

**UFGD**

Universidade Federal  
da Grande Dourados

# A APROPRIAÇÃO DA ÁGUA COMO ELEMENTO ESTRUTURAL DO TURISMO EM BONITO - MATO GROSSO DO SUL



**TOTAL  
BOOKS**

ELAINE KETELIN PINTO LUZ



2022

**A APROPRIAÇÃO DA ÁGUA COMO ELEMENTO  
ESTRUTURAL DO TURISMO EM BONITO  
- MATO GROSSO DO SUL**

**ELAINE KETELIN PINTO LUZ**

Coordenador editorial da coleção PPGG 2022:

Prof. Dr. Charlei Aparecido da Silva – coordenador do PPGG da UFGD



Copyright © Elaine Ketelin Pinto Luz

Foto da capa: Arthur Hara

Capa: Isadora Maria Ortiz Mesa

Coordenador editorial da coleção PPGG 2022: Prof. Dr. Charlei Aparecido da Silva – coordenador do PPGG da UFGD

Editoração: Paulo Roberto Fitz

Revisão: TotalBooks

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Luz, Elaine Ketelin Pinto

A apropriação da água como elemento estrutural do turismo em Bonito – Mato Grosso do Sul [livro eletrônico] / Elaine Ketelin Pinto Luz. – Porto Alegre, RS : TotalBooks, 2022. -- (Coleção PPGG-UFGD) PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-88393-26-0

1. Água - Uso - Bonito (MS)
  2. Turismo - Bonito (MS)
  3. Turismo - Aspectos ambientais
  4. Turismo - Aspectos econômicos
  5. Turismo - Aspectos sociais
- I. Título. II. Série.

22-99703

CDD - 338.4791

**Índices para catálogo sistemático:**

Geografia do turismo 338.4791

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Todos os direitos reservados para a autora.

EDITORA TOTALBOOKS® EIRELI

[www.totalbooks.com.br](http://www.totalbooks.com.br)

[contato@totalbooks.com.br](mailto:contato@totalbooks.com.br)

Não é permitida a reprodução total ou parcial desta obra, por quaisquer meios, sem a prévia autorização por escrito da autora.

A autora é responsável pelos conteúdos apresentados (textos, figuras, tabelas etc.) e assume total responsabilidade pública e jurídica sobre os mesmos.

## **EDITORA TOTALBOOKS**

### **CONSELHO EDITORIAL MULTIDISCIPLINAR**

Dr. Alfa Oumar Diallo  
Dr<sup>a</sup> Ana Maria Colling  
Dr. Antonio Moreno Jiménez  
Dr. Bruno de Souza Lima  
Dr. Celso Augusto Nunes da Conceição  
Dr. Charlei Aparecido da Silva  
Dr<sup>a</sup> Cintia Santos Diallo  
Dr<sup>a</sup>. Cristina Vargas Cademartori  
Dr. Eduardo Salinas Chavez  
Dr. Edvaldo César Moretti  
Dr<sup>a</sup> Edvania Gomes de Assis Silva  
Dr<sup>a</sup> Elisabeth Ritter  
Dr. Eliseu José Weber  
Dr. Fabio de Oliveira Sanches  
Dr<sup>a</sup> Gilca Lucena Kortmann  
Dr. Gustavo Daniel Buzai  
Dr. Henrich Hasenack  
Dr. Henri Luiz Fuchs  
Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro  
Dr<sup>a</sup> Irene Santos Garcia  
Dr. Javier Garcia López  
Dr. Jefferson Cardia Simões  
Dr. Jose Luis Gurria Gascón  
Dr. Paulo José Moraes Monteiro e Teixeira Germano  
Dr. Paulo Roberto Fitz  
Dr. Rodrigo Stumpf Gonzáles  
Dr. Rogério Gomes da Silva  
Dr<sup>a</sup> Valéria Silveira Brisolara  
Dr. Vinícius Gadis Ribeiro



**EDITORA TOTALBOOKS®**

Av. Willy Eugênio Fleck, 1500/337 – CEP 91150-180 – Porto Alegre - RS  
[www.totalbooks.com.br](http://www.totalbooks.com.br)

*Aos meus pais Lucinda e Edivaldo, às minhas  
irmãs Jéssica e Andressa, e aos meus  
sobrinhos Natasha, Pietro e Luísa.*

## APRESENTAÇÃO

Apresentar o livro “A apropriação da água como elemento estrutural do turismo em Bonito – Mato Grosso do Sul”, de Elaine Luz, é um daqueles momentos alegres do “ser professor”. O livro, resultado de pesquisa acadêmica, demorou pouco mais de dois anos para ser produzido; a pesquisadora enfrentou de frente o desafio de produzir ciência em tempo de pandemia, com tudo o que isso representa. Foram dias e meses de insegurança pessoal e familiar, em conjunto com os desafios intelectuais impostos para uma pesquisadora jovem e com muitas dúvidas.

Nesse turbilhão do tempo presente, Elaine produziu uma análise séria e inédita sobre um tema atual: o significado do elemento água no mundo contemporâneo e sua representação para a prática do turismo.

O recorte espacial da pesquisa foi o município de Bonito, no Mato Grosso do Sul, reconhecido como um destino turístico brasileiro com atratividade centrada na transparência e qualidade de suas águas. Um lugar produzido na disputa pelos elementos da natureza como o solo e a água. A disputa pelo tipo de uso do solo e da água gera conflitos, ressaltados pela autora no contexto da geração de riqueza e de miséria pela agropecuária e pelo turismo.

Pensar sobre a apropriação privada da água é o grande mérito do livro. A autora consegue de maneira objetiva, ao longo do texto, demonstrar o processo de produção de geografias na relação entre a história da construção da prática do turismo em Bonito e o significado dado ao elemento água no processo de construção dos atrativos turísticos.

O livro é composto por três capítulos. O capítulo 1, com o tema “A água como elemento turístico em Bonito”, trata de maneira criativa a constituição do lugar turístico Bonito associado ao movimento socioambiental de transformação do elemento natural água em atratividade. Neste capítulo, Elaine incorpora a reflexão da ideia de natureza socialmente produzida.

No capítulo 2, “Os conflitos pelo uso da água e as mediações legais”, a pesquisadora apresenta a regulação do Estado na configuração do elemento natural água em um bem privatizado pela atividade turística, e os conflitos no processo local de “turistificação” do território.

Com o título “Os caminhos da contradição: uso da terra pela agricultura e a atividade turística da água”, o capítulo 3 apresenta os discursos conflituosos entre a prática do turismo e a prática da agricultura altamente mecanizada e predatória dos recursos naturais (água e solo). A autora resgata os problemas concretos gerados para a prática do turismo em consequência do desmatamento e da degradação da qualidade da água dos rios, que perdem sua condição de atratividade. Ao mesmo tempo, e de forma combinada, a autora demonstra os interesses da classe proprietária de terras e produtora agrícola, que, em alguns casos, são os mesmos personagens que atuam no turismo; portanto, com os mesmos interesses. Nesse sentido, o conflito se estabelece com o mundo do trabalho: os trabalhadores no turismo são aqueles que perdem com a degradação das condições de atratividade do elemento água.

De forma conclusiva, a autora destaca o processo de privatização do acesso à água, estabelecida pelas práticas do turismo, com o “cercamento” dos patrimônios públicos rios e cachoeiras. A partir disso, a autora aponta a questão central na apropriação da água: o caráter privatista do processo de ressignificação do bem público.

Portanto, o livro produzido pela Elaine Luz, permite conhecer e refletir sobre esse tema fundamental para o tempo presente, o processo de ressignificação da água, e sua incorporação como mercadoria rara no mundo do capital.

*Edvaldo Cesar Moretti*  
*Dourados, outubro de 2021.*

## PREFÁCIO

A obra intitulada “A apropriação da água como elemento estrutural do turismo em Bonito - Mato Grosso do Sul” é resultado de uma trajetória acadêmica e, mais que isso, de uma caminhada de vida.

A autora Elaine Luz foi minha aluna, monitora e orientanda de iniciação científica e do Trabalho de Conclusão de Curso. Assim, acompanhar parte dessa trajetória de formação como licenciada em Geografia, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, e, agora como mestre, pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, torna-se ainda mais especial!

A obra que se segue faz parte dessa formação acadêmica e, especialmente, demarca a sua história de vida e de suas aspirações para o futuro. O resultado desse trabalho faz parte dos percursos e dos desafios vividos, desde o seu ingresso em uma universidade pública, via sistema de cota social, resguardando o excepcional direito constitucional brasileiro de que a educação é direito de todos e dever do Estado!

O despertar para a temática “água” aflorou nas aulas e nas diversas atividades realizadas durante a sua graduação. Destaco o interesse expresso nos notáveis questionamentos, os quais traduziam inquietações sobre o assunto. Mas, particularmente, no envolvimento das práticas-pedagógicas interdisciplinares, como exemplo as desenvolvidas na monitoria das oficinas e nos projetos de extensão voltados ao ensino em Geografia, como também das experimentações nos diversos trabalhos de campo, entre os quais respaldaram as bases teóricas e conceituais apresentadas durante o curso de graduação, e aprofundadas nas inúmeras reuniões de orientações e debates ocorridos nos encontros dos grupos de pesquisa.

A autora mergulha no tema, a partir do desenvolvimento de iniciação científica que, posteriormente, foi aprofundada em pesquisa de conclusão de curso voltada ao planejamento e gestão de recursos hídricos, versando sobre organismos de bacias hidrográficas, com recorte nas ações do comitê de bacia do rio Miranda, criado como um desdobramento das diretrizes para a consolidação da Política Estadual de Recursos Hídricos. Mas, por que estudar as águas nessa porção territorial do estado de Mato Grosso do Sul?

A capilaridade desse trabalho está expressa na opção pelo objeto e fenômeno investigado na dissertação de mestrado homônima, defendida no corrente ano, a qual se destaca pela atualidade e relevância do tema. Nos resultados, são apresentadas e discutidas as singularidades das características hidrogeológicas e as relações na constituição das paisagens locais. Apresenta, ainda, uma contextualização histórico-geográfica que evidencia o porquê das águas e, sobretudo, como seus rios cênicos são transformados e explorados como objeto e selo de *marketing* turístico.

Os empreendimentos que promovem as relações contemplativas e de contato direto com as águas materializam, nos atrativos turísticos, uma venda da experiência turística, especialmente fundamentada na estética dessas águas. Por isso, conforme exemplificado no livro, os recorrentes episódios de turvamento das águas dos rios em Bonito refletem um cenário de conflitos. E quais são os sujeitos envolvidos? A quem interessa conservar as águas dessa localidade? Seja como um bem comum ou um elemento de apropriação para geração de riqueza, tais indagações permitem indicar um olhar para novas pesquisas na área.

Esse trabalho é fruto coletivo, com contribuições do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente - GTA, vinculado aos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas na Universidade Federal da Grande Dourados - FCH/UFGD. Desse modo, destaca-se a pertinência da destinação de recursos aos programas de pós-graduação do país, com a manutenção e ampliação nos editais de bolsas de estudo, como também os que possibilitam a publicação e divulgação dessas pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento.

Por fim, para além da produção do conhecimento científico gerado, reafirmamos o papel dessas experiências que traduzem o cotidiano do fazer geográfico e a importância para geminar uma formação profissional humanizada, contribuindo para estabelecer o diálogo entre o acadêmico e as problemáticas socioambientais. Nesse momento histórico, advogamos o iluminar científico por uma sociedade mais justa e ressaltamos a necessidade de combater o obscurantismo de ideias fundamentalistas e discursos que negam os direitos fundamentais adquiridos.

A obra dessa jovem autora, oriunda da cidade de Santarém no Pará, veio com o mérito para além do universo acadêmico. Os meandros da sua empreitada na realização dessa pesquisa e o afincamento em tonar-se mestre em Geografia, certamente foram de superações que trazem um acúmulo extraordinário de vivências! E, por isso, é ainda mais grandioso!

***Vera Lúcia Freitas Marinho***  
***Dourados, outubro de 2021.***

# SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| APRESENTAÇÃO.....  | 6   |
| PREFÁCIO.....  | 8   |
| INTRODUÇÃO.....  | 11  |
| CAPÍTULO 1 .....   | 13  |
| A ÁGUA COMO ELEMENTO TURÍSTICO EM BONITO – MS  |     |
| 1.1 A produção do lugar turístico em Bonito – MS.....  | 13  |
| 1.2 A transformação dos rios em atratividade turística .....   | 34  |
| CAPÍTULO 2   |     |
| OS CONFLITOS PELO USO DA ÁGUA E AS MEDIAÇÕES LEGAIS  |     |
| 2.1 O aparato político-institucional do turismo no Brasil e no<br>Mato Grosso do Sul .....                 | 44  |
| 2.2 Os conflitos entre processo de produção dos atrativos turísticos e<br>outras práticas econômicas ..... | 55  |
| CAPÍTULO 3   |     |
| OS CAMINHOS DA CONTRADIÇÃO: USO DA TERRA PELA AGRICULTURA E<br>A ATRATIVIDADE TURÍSTICA DA ÁGUA            |     |
| 3.1 Conflitos no uso da terra entre turismo e agricultura.....   | 67  |
| 3.2 Agricultura predatória e turismo ecológico .....   | 74  |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 85  |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....   | 88  |
| ANEXOS.....  | 93  |
| Matérias veiculadas em mídia digital. ....   | 93  |
| Discurso da formatura da primeira turma de guias em Bonito – 1993.....                                     | 97  |
| Parecer técnico-científico sobre os turvamentos de aparência leitosa.....                                  | 100 |
| Decretos da prefeitura municipal de Bonito .....   | 101 |
| Moção ao prefeito de Bonito .....  | 104 |
| Ofício FAMASUL .....   | 105 |
| SOBRE A AUTORA.....  | 106 |

## INTRODUÇÃO

Bonito é um dos principais roteiros turísticos do Brasil e atrai cerca de 200 mil pessoas por ano. Além disso, o setor é responsável por quase 70% dos empregos disponibilizados e por mais de 50% do Produto Interno Bruto do município<sup>1</sup>. A “cidade das águas”, que é famosa por abrigar rios de águas cristalinas como o Formoso e o Sucuri, enfrenta uma série de conflitos relacionados à prática turística frente à degradação da qualidade das águas, especialmente quanto a sua qualidade cênica.

O presente texto é resultado de uma pesquisa de dissertação homônima, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, defendida e aprovada no ano de 2021 e visa estudar, compreender e analisar a complexidade e a amplitude das questões que envolvem a produção do lugar turístico, a valorização e valoração da água como um elemento fundamental para a economia do turismo no município de Bonito, os conflitos de interesse e as contradições no processo de produção dos atrativos turísticos com as práticas do agronegócio<sup>2</sup>, e ainda os problemas ambientais causados pela agricultura que afetam negativamente a prática turística.

Foram feitas pesquisas bibliográfica e documental, revisões de leis e decretos, entrevistas semiestruturadas, coleta de relatos e produção de mapas. As análises presentes neste texto foram elaboradas a partir de dados de *sites* oficiais dos governos federal, estadual e municipal, ONGs e fontes jornalísticas. Tendo em vista a importância das entidades municipais no processo de compreensão do tema, foi feita a coleta de entrevistas semiestruturadas junto a representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bonito (SEMA) e da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas para utilização de citações que aparecem no decorrer do texto.

Relatos gravados dos pesquisadores Paulo César Boggiani e Ângelo Franco do Nascimento Ribeiro, que atuam na região de Bonito, também foram coletados,

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.bonito.ms.gov.br/2020/12/23/prestacao-de-contas-turismo-atrativos-reformados-e-recorde-de-visitacoes/>. Acesso em: 22 mar. 2020.

<sup>2</sup> É um conceito utilizado para caracterizar a industrialização da agricultura, que possui caráter monopolista, rentista e excludente. (MENDONÇA, 2013).

transcritos e utilizados ao longo das análises. A fim de organizar a estrutura do trabalho, o texto foi dividido em três capítulos conforme indicado a seguir.

No capítulo 1, intitulado “**A água como elemento turístico em Bonito - MS**”, foi resgatada a história da produção do município de Bonito como um lugar turístico, a fim de compreender como o elemento água foi transformado em uma das principais mercadorias desse setor econômico. Portanto, devemos entender quais foram as motivações, os agentes e as principais ações que levaram uma cidade, majoritariamente rural até a década de 1980, a se tornar um dos principais polos de ecoturismo do Brasil e do mundo.

No segundo capítulo, denominado “**Os conflitos pelo uso da água e as mediações legais**”, foi delineado brevemente o papel do Estado na construção histórica do aparato político-institucional do turismo e como essas regulações permitem, em escala nacional, estadual e municipal, que o setor se aproprie da natureza, especificamente da água, como um de seus principais produtos de comercialização. Além disso, foram discutidos os principais conflitos entre os setores usuários no município de Bonito.

No capítulo final, “**Os caminhos da contradição: uso da terra pela agricultura e a atratividade turística da água**”, tentamos compreender a relação estabelecida entre turismo, sustentabilidade e agricultura no município de Bonito à luz do termo de “agro-eco-turismo”, cunhado por Ribeiro (2017). São abordados alguns dos principais conflitos entre os setores, com ênfase nos casos da tentativa de criação de Unidades de Conservação (UCs) no ano de 2016 e nos episódios de turvamento de aparência avermelhada, cuja ocorrência tem se intensificado nos últimos anos e prejudicado o setor turístico.

Na sessão de anexos foram reunidos documentos inéditos sobre a produção do lugar turístico, decretos, pareceres e, ainda, matérias jornalísticas veiculadas em mídia digital. O intuito do acervo é garantir o acesso aos dados da pesquisa, tendo em vista o atual cenário de apagamento de informações e disseminação da pós-verdade.

# CAPÍTULO 1

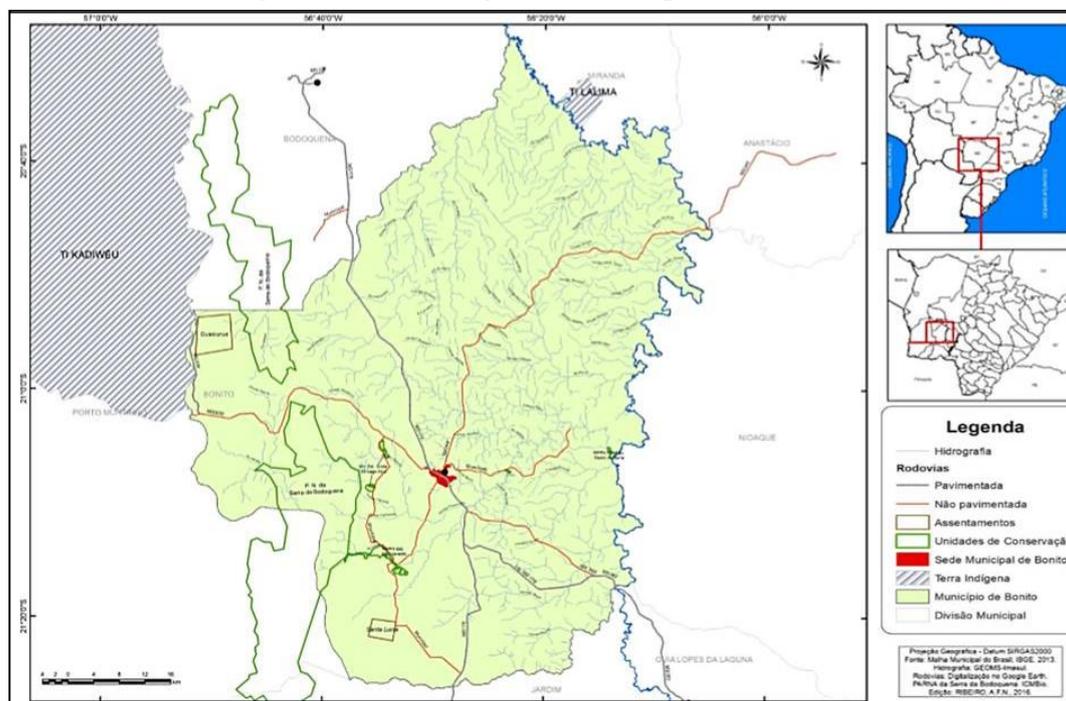
## A ÁGUA COMO ELEMENTO TURÍSTICO EM BONITO – MS

### 1.1 A produção do lugar turístico em Bonito – MS

O pensamento cartesiano<sup>3</sup> impôs, e de certa forma continua a cominar até os dias atuais, um viés tecnicista às diversas áreas do conhecimento. Nas análises sobre o turismo, a ciência do racionalismo positivista não é capaz de compreender todos os fenômenos que permeiam as práticas socioespaciais. Destarte, deve-se considerar o turismo como uma ciência social, capaz de desmistificar e compreender toda a complexidade histórica, os conflitos e as contradições em torno dos processos turísticos (MAGALHÃES, 2008).

Bonito localiza-se na microrregião da Bodoquena, na porção sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul. Possui uma área total de 4.934,318 km<sup>2</sup> e cerca de 3,483 km<sup>2</sup> de área urbana. Segundo dados do IBGE<sup>4</sup>, a estimativa populacional para o ano de 2020 era de 22.190 habitantes.

**Figura 1 - Localização do município de Bonito/MS.**



Fonte: RIBEIRO (2017).

<sup>3</sup> Racionalidade estabelecida a partir do século XVI, consolidada em princípios e métodos matemáticos como única forma de rigor científico. (GUEDES, 2012).

<sup>4</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/bonito/panorama>. Acesso em: 28 abr. 2021.

Tal localidade possui características hidrogeológicas singulares, cuja ocorrência proporciona o surgimento de feições morfológicas variadas como, por exemplo, cavernas, dolinas, rios subterrâneos, sumidouros, ressurgências, rios de águas cristalinas, entre outras. A litologia, com base em rochas predominantemente calcárias e dolomíticas, juntamente com a presença da água, facilitam o desgaste e solubilidade (BOGGIANI, 1999).

Essas características físico-espaciais despertaram a criação de um imaginário de atividades recreativas a partir da exploração dos elementos naturais da paisagem, tendo em vista a valorização da peculiaridade dos fenômenos ali encontrados. De acordo com Espinosa e Cordero (2015), e Monterrubio (2011), a prática recreativa produz espaços e tempos com o intuito de promover vivências distintas das atividades obrigatórias comuns ao dia a dia do trabalhador cidadão. Portanto:

*[...] tomando en cuenta el vínculo de la recreación con el ocio, la actividad recreativa se define desde su dimensión temporal. No obstante, la recreación como actividad sociocultural ha dado paso también a la evolución de una dimensión espacial, reflejada en una amplia variedad de espacios “producidos” para dicha actividad. Éstos pueden ser denominados “espacios recreativos.” (ESPINOSA; CORDERO, 2015, p. 346).*

A invenção da “vocaç o” econ mica para o turismo no município de Bonito segue uma série de direcionamentos locais, nacionais e até mesmo globais, que transformam áreas naturais em bens mercadológicos de consumo para fins de explora o turística. Dessa forma, alterou-se a maneira com a qual os sujeitos percebiam a paisagem, mudando seu significado e transformando-a em mercadoria. Douglas Santos (2018) descreve esse processo ao cultivar o conceito de paisagem:

*Paisagem   um movimento na constru o do conhecimento e, portanto, não   a identidade de um objeto, mas condi o da constru o do conhecimento pelo sujeito. Em outras palavras, paisagem não   o fenom nico na sua pura externalidade em rela o ao sujeito, mas a forma pela qual a externalidade se torna “coisa para o sujeito” ou “objeto”, ou, ainda, e com o sentido de complementar o embate, trata-se de uma “categoria do método” e não uma “categoria do fenom nico.” (SANTOS, 2018, p. 47).*

Tais espaços recreativos, que cunham sua atratividade por meio da paisagem, transformam-se a partir da vivência dos sujeitos em lugares turísticos. A partir do lugar “*se reconoce la importancia de tomar en cuenta el âmbito de las interacciones entre los*

*actores que lo usan y lo practican como tales, así como la subyacente negociación de los significados del mismo.*” (ESPINOSA; CORDERO, 2015, p. 346).

A partir dessa alteração na percepção sobre a paisagem, cria-se, portanto, no lugar, todo um padrão especializado de comercialização da natureza através do turismo, nesse caso o ecoturismo, pautado principalmente no *neomito de natureza intocada* (DIEGUES, 2008), no qual há a valorização mercadológica de ambientes naturais preservados. Por isso, muitas vezes, é agregado o discurso da exploração de ambientes preservados, ou seja, o valor para usufruto da mercadoria (a paisagem natural) torna-se mais alto conforme seu grau de conservação.

A partir da década de 80 do século XX através da atividade turística aspectos da paisagem são valorizados e transformados em atrativos turísticos, com destaque para o Pantanal (considerado aqui como heterogêneo nos diferentes aspectos que o constitui) e para o Planalto da Bodoquena, a princípio, especificamente o município de Bonito (MORETTI, 2007, p. 3).

Além disso, a produção do lugar turístico no município teve o intuito de (re)inventar a economia local tendo em vista que, na década de 80 do século XX, quando surgiram os primeiros indícios de que o turismo poderia vir a ser uma atividade promissora, a cidade passava por um momento de recessão econômica<sup>5</sup> em relação às atividades de agropecuária e extração vegetal. Então, o turismo emergiu em Bonito também como forma de transformar a natureza em uma mercadoria para revitalizar a economia da cidade, mesmo que ainda de forma incipiente na década de 1980.

Não é de estranhar que os primeiros anos da década de 1980 – conhecida como a década perdida – foram de ostracismo para o setor, como reflexo da crise econômica vivida na época. Em contrapartida, notou-se a ocorrência das primeiras matérias relacionadas à ecologia e à cultura, cujas ações continuaram a ser vistas nos anos seguintes, ainda que sem uma diretriz para desenvolver a atividade como um todo no país. (CARVALHO, 2016, p. 91).

Em 1978, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) tombou como patrimônio natural a Gruta do Lago Azul e a de Nossa Senhora de Aparecida. Esses locais já se destacavam por suas singularidades de relevo e potencial

---

<sup>5</sup> A década de 1980 do século XX ficou mundialmente conhecida como a “década perdida” devido ao contexto de recessão econômica e crise política da época. O Brasil também sofreu com a grande crise econômica com a alta na inflação e a desvalorização do cruzeiro, e essa crise desencadeou grandes mobilizações sociais contra a Ditadura Militar. Também foi vista como a “década ganha” em função do surgimento histórico de movimentos sociais. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2759:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23). Acesso em: 21 jul. 2020.

paisagístico. O tombamento teve o intuito de proteger as delicadas formações calcárias presentes nas grutas<sup>6</sup>.

Entre 1970 e 1980, o turismo era exercido de forma espontânea, sem a infraestrutura e técnica do turismo atual, nessa fase os visitantes frequentavam apenas alguns pontos específicos. Os visitantes possuíam relações de amizade ou parentesco com moradores locais ou mesmo eram pesquisadores vinculados a universidades do estado e, mesmo, de fora dele. Lugares como a Gruta do Lago Azul, a Ilha do Padre e até a área onde atualmente se localiza o Balneário Municipal<sup>7</sup> eram visitados apenas pelos habitantes, familiares de cidades próximas, estudantes e pesquisadores de diferentes lugares do Brasil e do exterior<sup>8</sup>. O mapa da Figura 2 representa os locais visitados nas décadas supracitadas.

Esse período se caracterizou pelo que chamamos de turismo popular e informal no lugar, feito por moradores ou visitantes de áreas próximas que eram conduzidos aos locais de lazer pelo Sérgio da Gruta, o primeiro guia turístico do município. Era popular, pois não se cobrava o acesso a esses lugares, apenas o trabalho do guia turístico era remunerado, mesmo que os pontos estivessem dentro de propriedades rurais. E também era informal, por sua institucionalização rarefeita, fazendo com que o setor fosse em certa medida marginalizado.

Nesse sentido, os processos turísticos eram organizados e geridos pela própria sociedade local e regional, sendo baseados em relações de vizinhança, solidariedade e amizade. Era comum que os guias, nessa época, ficassem dias em passeios com uma mesma família estabelecendo forte vínculo relacional entre esses grupos (BOGGIANI, 2021).

Além disso, naquele período, havia muita dificuldade de acesso dos visitantes às áreas de lazer por conta da falta de infraestrutura de rede viária do município. Os locais de visita já se encontravam, na época, dentro de propriedades privadas, e esse fator também se tornava um empecilho ao acesso da população.

---

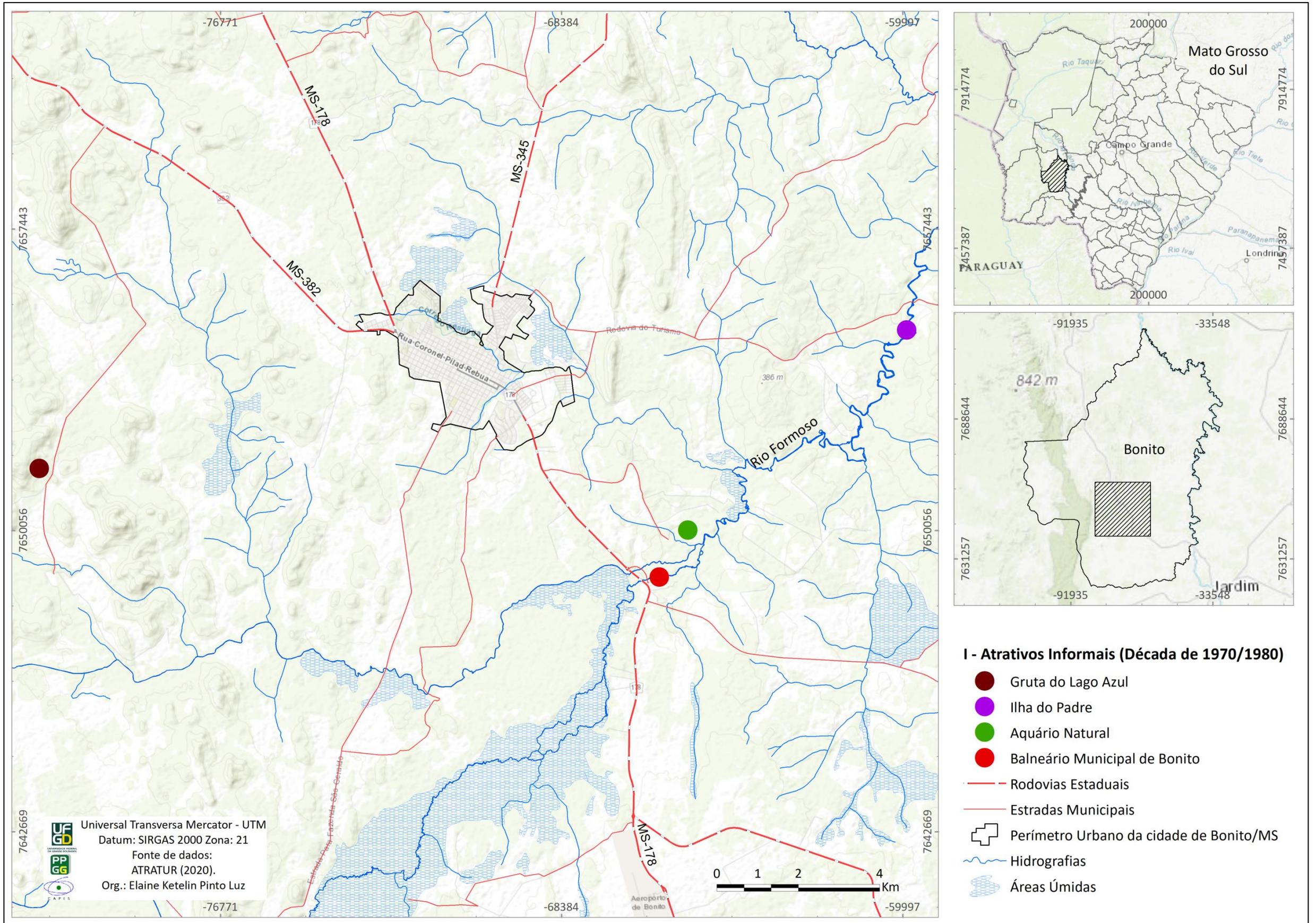
<sup>6</sup> Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ms/pagina/detalhes/626>. Acesso em: 14 fev. 2020.

<sup>7</sup> Atribuímos o nome de “atrativos populares” para esta fase do turismo na cidade de Bonito.

<sup>8</sup> Um importante estudo científico foi desenvolvido nessa fase: o chamado “Projeto Grutas de Bonito (MS) – Diretrizes para um Plano de Manejo Turístico”, que culminou em um relatório que mapeou algumas das cavernas da região e enfatizou o potencial espeleológico. LINO, C. F.; BOGGIANI, P. C.; CORTESÃO, J.; GODOY, N. M. & KARMANN, I, 1984. Projeto Grutas de Bonito (MS) - Diretrizes para um Plano de Manejo Turístico.



**Figura 2 - Mapa de Localização dos atrativos populares até a década de 1980.**



Fonte: Org. LUZ (2021).

**Figura 3** - Habitantes de Bonito em momento de lazer no Rio Formoso, em 1960, local onde atualmente se encontra o Balneário Municipal.

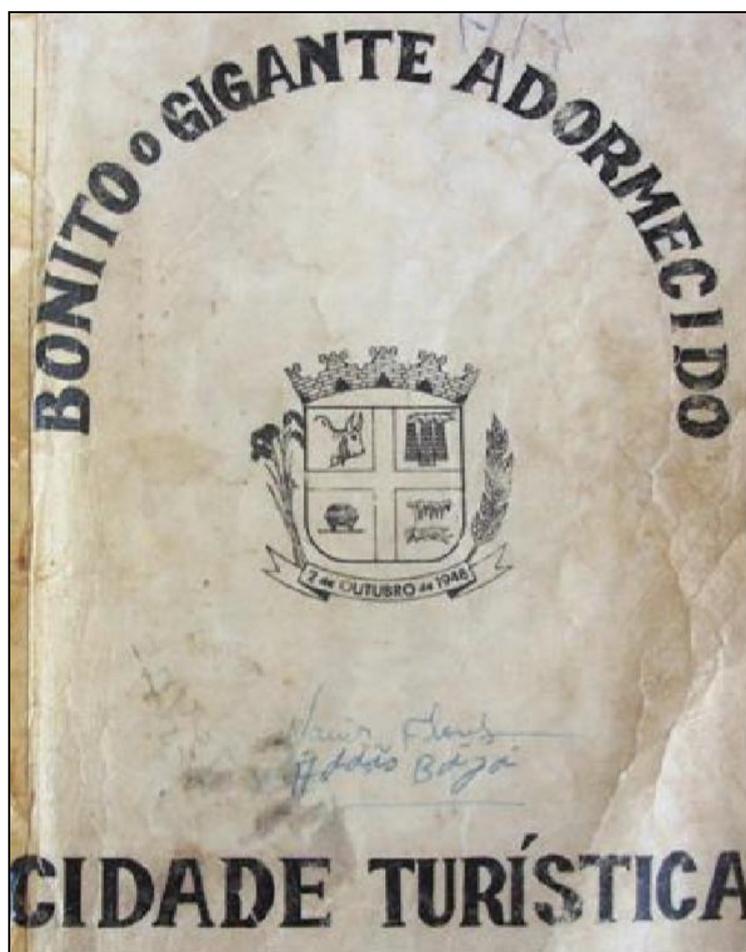


Fonte: COSTA (2010).

Em 1980 foram elaborados dois importantes registros da noção de potencial turístico praticado no lugar, de autoria do poeta e narrador oral Theodorico de Góes Falcão (1920-2008), conhecido popularmente como Bíjo. Os livretos, intitulados “*Bonito: o gigante adormecido: cidade turística*” e “*Bonito: a terra prometida*”, fazem parte do acervo local da Biblioteca Municipal Simplício de Assis e contam as histórias da cultura popular bonitense marcando os primeiros apontamentos de origem local das potencialidades turísticas do município.

O nome deste panfleto faz refletir sobre o ideário de paraíso, com certa conotação celestial, que foi arrojado sobre as visões de natureza ao longo dos tempos. Esse imaginário atualmente é utilizado pelos empreendimentos turísticos para cobrar altos preços pelo acesso ao exótico. Desse modo, a natureza, além de peculiar, tornou-se artigo de luxo.

**Figura 4** - Capa do folheto "*Bonito: o gigante adormecido: cidade turística*" de Theodorico de Góes Falcão.



Fonte: COSTA (2010).

A cidade pacata e rural, mas com feições que vinham sendo valorizadas pelo mercado, começou a chamar a atenção de lideranças locais, guias de turismo e do poder municipal. O prefeito da cidade entre 1983-1989, Darci João Bigaton, desapropriou a área onde foi instalado o Balneário Municipal de Bonito e organizou as primeiras campanhas de marketing para articular a cidade como centro turístico, promovendo a água dos rios como elemento de atratividade nas propagandas.

De acordo com Vargas (1998), é conferido ao lugar e suas características singulares, sejam naturais ou construídas pelo homem, uma valoração<sup>9</sup> para possibilitar o desenvolvimento da atividade turística. A valorização do lugar, no sentido subjetivo, o ato de dar importância, fez parte da estratégia de marketing das municipalidades para

<sup>9</sup> Atribuir um preço a determinada mercadoria.

transformá-lo em uma mercadoria que despertasse no turista o desejo de consumir a paisagem.

Promover um lugar turístico significa comunicar aos potenciais turistas que o lugar (x) ou (y) é capaz de satisfazer os seus desejos e necessidades. É a antecipação da experiência proporcionada no lugar turístico que se assume como a principal característica de toda a estratégia promocional das entidades públicas e privadas. (MARUJO; CRAVIDÃO, 2012, p. 286).

Nesse sentido, cria-se no imaginário das pessoas “o lugar natural e intocado” como um atributo especial, pois se distingue do que a sociedade urbano-industrial experimenta em seu cotidiano e, portanto, deve-se pagar um alto preço para vivenciar a experiência do acesso a esse tipo peculiar de mercadoria, o ambiente natural.

Ao considerar a relação entre o turismo e o ideário de natureza, percebe-se que a territorialidade turística é gerada sobre a influência e lógica do mercado. A natureza intocada é transformada em produto cobiçado, a partir do momento que sua potencialidade de atração passa a ser encarada como mercadoria. (LOBO; MORETTI, 2008, p. 48).

Conforme corrobora Costa (2010), também se engajaram na experiência inicial de projeção da cidade, como um centro turístico, alguns políticos do estado. A autora aborda o papel de Sérgio da Cruz que elaborou um projeto de lei em 1983 com o intuito de promover o município como área de interesse para o desenvolvimento da atividade turística (destacando principalmente as águas cristalinas), além das atividades agropecuárias e também de exploração de calcário.

É possível perceber a criação de quatro grandes “vocações” econômicas para o município: o turismo, as atividades agrícola e agropecuária, e a mineração. A partir de certo momento, houve um apelo ecológico que emergiu de uma necessidade econômica de manter os rios cristalinos, e assim manter também o potencial de atratividade do lugar para fins de comercialização. A partir de 1988, conforme Boggiani (2001):

[...] iniciaram-se os passeios de bote inflável ao longo do Rio Formoso, por iniciativa de empresários que já desenvolviam esta atividade no Rio Paraibuna, no Estado do Rio de Janeiro. Para este que teria sido o empreendimento turístico pioneiro de Bonito, foi criada a primeira agência de turismo de Bonito, a Happakany, por meio da qual também eram organizadas visitas à Baía Bonita, rebatizada como Aquário Natural, e às grutas do Lago Azul e Nossa Sra. Aparecida. (BOGGIANI, 2001, p. 4).

Dessa maneira, houve mobilização pela preservação da natureza em Bonito, o que provavelmente foi um dos motivos, além da baixa rentabilidade dos grãos, para a

afirmação da desaceleração da atividade agrícola e ampliação das áreas de pastagem na região a partir de 1992. Aproximadamente a partir de 2010, ocorre o processo inverso, pois as áreas de pastagem estão sendo transformadas em lavouras, ocorrendo ainda o avanço dessas sobre zonas de APPs (Áreas de Preservação Permanente), ocasionando uma onda de desmatamento. Conforme Ribeiro (2017):

Em outros momentos, a agricultura já ocupou áreas extensas de pastagens devido ao valor mais atrativo de grãos do que a criação de gado, isso se deu entre as décadas de 1980 e 1990. Já em 1995 a agricultura entrou em crise e as áreas voltaram a ser utilizadas para pastagens até a década de 2010, quando as lavouras começam a ocupar grandes extensões de áreas antes ocupadas por pastagem. (RIBEIRO, 2017, p. 138).

Atualmente, a mineração é uma atividade econômica consolidada no município, no entanto, na década de 1990, os habitantes se manifestaram contra a instalação da indústria mineral por conta do risco eminente de degradação das cavernas e da atratividade dos rios. Costa (2010) afirma que:

Como meio de ampliar a conscientização, surgiram estudos sobre o impacto ambiental gerado pela instalação de empresas de mineração de calcário, nas proximidades do rio Perdido, a vinte quilômetros de Bonito. A detonação de material explosivo durante o trabalho da indústria poderia acarretar prejuízo às cavernas, e este foi o fator principal de impedimento da sua instalação. Com isso, o projeto em Bonito não se concretizou. Porém, a mesma indústria acabou instalando-se no município de Bodoquena, vizinho 70 quilômetros de Bonito, recebida com grande expectativa de geração de emprego e renda pela comunidade local. (COSTA, 2010, p. 146).

Em 1992 foi realizada a “Expedição Franco-brasileira Bonito 92”, com a exploração da Gruta do Lago Azul por geólogos e espeleólogos brasileiros e bombeiros mergulhadores franceses, que encontraram diversos fósseis de animais do Pleistoceno. A gruta combina feições geológicas peculiares e possui um lago de águas azuis que deu o nome ao atrativo.

Durante a exploração do lago subterrâneo da Gruta do Lago Azul, foram encontradas ossadas fósseis de mamíferos já extintos, que habitaram a região há mais de 12 mil anos, no período Pleistoceno, representada por animais de grande porte, como bichos preguiças gigantes, de até três metros de altura, tatus, lhamas e cavalos primitivos e o voraz tigre dente-de-sabre. (BOGGIANI, 2001, p. 5).

Esses fatos, conforme Boggiani (2001), foram responsáveis pela projeção nacional e mundial do lugar como atratividade turística, pois houve uma ampla

divulgação de material jornalístico que se encarregou em disseminar a novidade dos fósseis encontrados e também a beleza cênica hidrogeológica da gruta.

**Figura 5** - Expedição franco-brasileira Bonito 92.



Fonte: Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas (1992) em acervo pessoal de Paulo César Boggiani.

**Figura 6** - Divulgação jornalística impressa sobre o turismo e a expedição Bonito 92.

BONITO

# Expedição faz importantes descobertas

## Mergulhadores franceses e brasileiros com a ajuda de um robô acharam ossadas fósseis de mamíferos já extintos

Especial para a Folha

Em setembro do ano passado foi realizada a Expedição Franco-Brasileira Bonito'92, onde mergulhadores brasileiros e franceses fizeram importantes explorações de cavernas subaquáticas. As governas locais foram colocadas como alvo de interesse, principalmente internacional.

Existem lagos cuja profundidade ultrapassa 80 metros ainda inexplorados, requerendo uso de técnicas aprimoradas para mergulhos profundos. Durante a expedição, foi respondido o lago existente no fundo da gruta Lago Azul, cujas profundidades atingiram 50 metros de profundidade. Durante os mergulhos foi utilizado um veículo teleoperado — o robô Achilleus —, que é empregado em trabalhos de pesquisa e exploração para petróleo. O robô tem o formato de um caixote de metal com uma câmara de vídeo acionada por cabo pelo operador, que fica na superfície e atua sem sofrer consequências de necessidade de movimento. Este mesmo robô foi empregado, posteriormente, nas buscas do corpo do depositado Lyonesse Gi-



Uma das quedas-d'água do rio Formoso, na região de Bonito, que foi explorada pela Expedição Franco-Brasileira em 1992

suards na água da cidade de Paris, no Rio de Janeiro.

O envolvimento de estrangeiros, acrescentado pelo uso inédito do robô em cavernas, causou muita conscientização na imprensa e uma série de reportagens com informações imprecisas. Sentiu-se até um desmascaramento da capacidade dos mergulhadores brasileiros, pas-

sando a impressão de que eram incapazes de estudar as cavernas.

Ao contrário do que foi muito veiculado, os franceses não eram pesquisadores. Se assim o fossem, a expedição deveria receber autorização do Conselho Nacional de Pesquisa, órgão que regulamenta a pesquisa de estrangeiros no país. Os mergulhadores franceses eram

experiantes, como afirmavam, e o trabalho de exploração realizado possibilitou importantes descobertas, tais como a descoberta de trabalhos de pesquisa.

Durante a exploração do lago subterâneo da gruta do Lago Azul foram encontradas ossadas fósseis de mamíferos já extintos, que habitaram a região há mais de

12 mil anos, no período Pleistoceno. Essa fauna era representada por bichos-preguiças gigantes de até três metros de altura, leões do tamanho do um Puma, ibaras e cavalos primitivos e até pelo temido tigre dentes-de-sabre. As cavernas, no geral, são ambientes propícios para preservação desses fósseis. Há dezenas de registros de ossificantes. Como a ossada

está submersa, ficou preservada da decomposição. A rotineira de manutenção do interior de caverna só é permitida com fins científicos e sob autorização da Ilustra Ilustração Brasileira do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e IBPC, após análise do projeto de pesquisa detalhada.

No mesmo lago ocorreram dois cronômetros de trabalho malentendidos, um parecido com um túnel de jardim e outro semelhante a um camarão, ambos abertos, cujas espécies são encontradas somente nesse lago. Por isso, os turistas são orientados a não tocarem na água a fim de se evitar qualquer alteração desse ecossistema. Um dos cronômetros é semelhante a outro encontrado na África do Sul, porém de gênero científico diferente. Tal fato tem sido erroneamente associado à separação da América do Sul e África. Existem inúmeras evidências geológicas de que estiveram unidas no passado geológico e se separaram há cerca de 100 milhões de anos, porém as cavernas se formaram milhões de anos após a deriva, portanto não há relação alguma entre os cronômetros e a separação continental. (Paulo César Boggiani)

**PARA QUANDO VOCÊ FOR A BONITO**

**Tapera (047) 255-1700.** Oferta de taxi por CR\$ 4,2 mil (com café de manhã).

**Bonitas (047) 255-1141.** Diária de casal a CR\$ US\$ 11 (inclui café).

**Olho D'água (047) 255-1430.** Diária de CR\$ 5,2 mil (com café de manhã).

**Lago Azul (047) 255-1502.** CR\$ 4,8 mil (inclui) e CR\$ 5,8 mil (com café).

**Guarita (047) 255-1451.** Diária de CR\$ 2,2 mil (com café).

**Florencia (047) 255-1408.** CR\$ 4 mil. Sem café de manhã.

**Canada (047) 255-1555.** US\$ 30,4 mil de casal. Inclui café.

**Pousadinho da Praça (047) 255-1348.** Pequeno pousado com diárias de CR\$ 1 mil. Sem café.

**Falta infra-estrutura turística**

Especial para a Folha

As cavidades naturais subterrâneas são propriedade da União, sendo o Ilustra o órgão responsável pela proteção dos recursos. As grutas do Lago Azul e Nova Senhora Aparecida, em Bonito, se encontram tombadas e sob a responsabilidade do IBPC, devido à sua importância científica.

As áreas que circundam as grutas são de propriedade do Estado, sendo a Divisão de Turismo da Codem o órgão responsável pelo local. Acreditamos-se a uma série de ações, a interesse da Prefeitura Municipal de Bonito que vem celebrando

**Guias recebem treinamento**

Especial para a Folha

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) desenvolve pesquisas na zona de Bonito, onde fica Bonito. Os resultados dos trabalhos foram divulgados entre os guias através de curso de guia especializado em turismo ecológico, realizado pela UFMS, Senac-MS e Colônia.

O curso foi o primeiro importante passo para se organizar a atividade turística e voltá-la também para o que se poderia chamar de turismo científico, o que já vem dando bons resultados com excursões de escolas e faculdades. Os guias de turismo foram treinados



Interior da gruta do Lago Azul, aberta à visitação pública

### Há locais para mergulhos

Especial para a Folha

Nos arredores de Bonito já foram identificadas 20 grutas, com destaque para as do Lago Azul e Nova Senhora Aparecida. Só a primeira pode ser visitada. O turista também encontra pontos para banho e mergulho nas águas do rio Formoso, onde é possível perceber um bom trecho de bone de borraça. Com um pouco de sorte são vistos macacos, tucanos e araras. Entre os cachoeiras, destaque para a do Moinho e a

do rio do Poço. O melhor do passeio é a visita às nascentes de água Bonito e do Securi. Bonito é um local extremamente fértil. Infelizmente, os visitantes não sabem os serviços cuidados. No final de 94, haverá a finalização da ligação asfáltica. Ao mesmo tempo que será um benefício, isso poderá acarretar sérias danos ao local. Os turistas não suportam turismo em massa. São necessárias medidas urgentes para planejamento e disciplinamento da atividade no local. (FCB)

|   |   |  |
|---|---|--|
| <p><b>CANCUN</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>8 dias/6 noites • Passagem aérea</li> <li>Hotel CASAS DO CANCUN PLAYA</li> <li>Cafê da manhã tipo buffet</li> <li>Traslado e Estacionamento</li> <li>Saídas: Quintas-feiras</li> </ul> <p>À vista US\$ 898,00 ou 15 de US\$ 71,00</p> <p>Dez. 20/23 - Natal US\$ 1.230,00 ou 15 de US\$ 98,00</p> | <p><b>ARUBA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>8 dias/6 noites • Passagem aérea</li> <li>Hotel CITY (ARUBA)</li> <li>Cafê da manhã tipo americano</li> <li>Traslados • Saídas: Terças-Feiras</li> </ul> <p>À vista US\$ 898,00 ou 15 de US\$ 71,00</p> <p>Dez. 20/23 - Natal US\$ 1.230,00 ou 15 de US\$ 98,00</p>  | <p><b>JAMAICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>8 dias/6 noites • Passagem aérea • Hotel HOLIDAY INN • Café da manhã • VOOS DIRETOS • Traslado • Saídas: Quintas-feiras</li> </ul> <p>À vista US\$ 898,00 ou 15 de US\$ 71,00</p> <p>Dez. 23 - Natal US\$ 1.210,00 ou 15 de US\$ 96,00</p>                            |
| <p><b>BARBADOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>8 dias/6 noites • Passagem aérea</li> <li>Hotel DIVI SOUTHWINDS</li> <li>Cafê da manhã tipo americano</li> <li>Traslados</li> <li>Saídas: Sextas-Feiras</li> </ul> <p>À vista US\$ 898,00 ou 15 de US\$ 71,00</p> <p>Dez. 19 - Natal US\$ 1.290,00 ou 15 de US\$ 102,00</p>                     | <p><b>SEAWIND CROWN</b></p> <p>CRUIZIRO PELO CARIBE</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Paradas: Aruba, Curaçao, Granada, Barbados, São João</li> <li>7 noites à bordo com: 5 refeições diárias</li> <li>Taxas portuárias e gratias</li> <li>Passagem aérea</li> <li>Saídas: de Aruba aos domingos</li> </ul> <p>À vista US\$ 1.348,00 ou 15 de US\$ 107,00</p> <p>Dez. 19 - Natal US\$ 859,00 ou 15 de US\$ 68,00</p> | <p><b>VARADERO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>8 dias/6 noites • Passagem aérea</li> <li>Hotel ILLUMARI • Café da manhã tipo buffet • Traslado • City tour em HAVANA</li> <li>Saídas sextas-feiras</li> </ul> <p>À vista US\$ 749,00 ou 15 de US\$ 60,00</p> <p>Dez. 19 - Natal US\$ 859,00 ou 15 de US\$ 68,00</p> |

**VIAJAR É TÃO BOM. E TÃO FÁCIL.**

|   |  |  |   |
|---|--|--|---|
| <p><b>COMPRAS DE NATAL</b></p> <p><b>MIAMI MAGIC FLIGHT</b></p> <p>ENTR. US\$99,40 + 15% de US\$72,10 ou US\$99,40 à vista*</p> <p><b>INCLUINDO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>7 NOITES</li> <li>HL. HOLIDAY INN C.C.</li> <li>PROGRAMA AEREA</li> <li>EM VOO DIRECTO</li> </ul> <p><b>REVEILLON: MIAMI/KEY WEST/ORLANDO</b></p> <p>ENTR. US\$1.400,00 + 15% de US\$1.000,00 ou US\$1.400,00 à vista*</p> | <p><b>NEW YORK COM ATLANTIC CITY</b></p> <p>ENTR. US\$1.400,00 + 15% de US\$1.000,00 ou US\$1.400,00 à vista*</p> <p><b>INCLUINDO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>7 NOITES</li> <li>HOTEL CROWN CENTRAL</li> <li>TRABALHOS, TOUR MANHATTAN E UM JAVAZ ESPECIAL VOO VARIAS.</li> </ul> <p><b>ASUNCION-3 DIAS</b></p> <p>ENTR. US\$200,00 + 15% de US\$200,00 ou US\$200,00 à vista*</p> <p>HOTEL CLASSE TUR. CI. BARBADOS. VARIAS.</p> | <p><b>BUENOS AIRES-5 DIAS</b></p> <p>ENTR. US\$297,00 + 15% de US\$297,00 ou US\$390,00 à vista*</p> <p>HOTEL CLASSE TUR. CI. BARBADOS E CITY TOUR INCLUIR AEREA.</p> <p><b>CIRCUITO ANDINO 12 DIAS</b></p> <p>ENTR. US\$1.090,00 + 15% de US\$800,00 ou US\$1.090,00 à vista*</p> <p>• MELHOR DO CHILE E ARGENTINA</p> <p>• INCLUI PARTE AEREA.</p> | <p><b>BRASIL ESPECIAL</b></p> <p>ENTR. US\$1.000,00 + 15% de US\$1.000,00 ou US\$1.000,00 à vista*</p> <p><b>INCLUINDO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>7 NOITES</li> <li>HOTEL CLASSE TUR. CI. BARBADOS. VARIAS.</li> <li>TRABALHOS, TOUR MANHATTAN E UM JAVAZ ESPECIAL VOO VARIAS.</li> </ul> |
|---|--|--|---|

Fonte: Folha de São Paulo (1993) em acervo pessoal de Paulo César Boggiani.

Outro fato que impulsionou a consolidação do lugar turístico, destacado por Boggiani (2001), foi a implantação do curso de capacitação e formação em guia de turismo, uma iniciativa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, do Sebrae/MS, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul (CODEMS) e, também, de empresários locais como os proprietários do Restaurante Tapera e do Hotel Bonzana.

[...] o Aurélio Chaves, então presidente da CODEMS, essa empresa de turismo, descendo de bote em uma expedição, vira pra mim e fala “Boggiani, eu quero que você coordene o curso de guia aqui em Bonito” [...]. Era um curso pago, então o hotel Bonanza deu as hospedagens aos instrutores e o Tó da Tapera deu as refeições, em troca eles podiam escolher pessoas para conceder bolsas, tinha gente que tinha dificuldade pra pagar. E essas bolsas seriam, vamos dizer assim, pro Tó indicar em troca das refeições. (BOGGIANI, 2021).

Coordenado por Paulo César Boggiani, o primeiro curso teve início em dezembro de 1992 e término em março de 1993, conforme o pesquisador. Apesar de muitas pessoas serem contrárias à implantação do curso, emergiu desse movimento a primeira ONG (Organização Não Governamental) de cunho ambientalista e produtivista fundada em Bonito.

**Figura 7** - Formatura do 1º Curso de Guias de Bonito.



Fonte: Acervo pessoal de Paulo César Boggiani (2021).

A pavimentação das estradas de acesso ao município foi iniciada em 1992, causando preocupação de alguns setores com a falta de infraestrutura turística e a possível atração de pessoas para a cidade devido à existência de estradas pavimentadas. Além disso, outra preocupação manifestada foi o impacto ambiental causado pela abertura e pavimentação asfáltica das vias. Havia outras preocupações como a urgência da construção de um sistema de esgoto para a cidade, e essas temáticas foram levadas até o poder público pela segunda turma de guias de turismo:

No segundo curso eles levaram os estudantes para Campo Grande, foram falar com uma secretária, era uma política, e eu achei legal que eles dissessem a ela que não queriam o asfalto em Bonito, o que seria ótimo para o turismo, queriam antes do asfalto um esgoto pra cidade. (BOGGIANI, 2021).

Depois de um longo e conturbado processo, as obras foram finalizadas no final de 1998, com a cidade um pouco mais estruturada para receber turistas, mas ainda com problemas de descarte de lixo e esgoto. Nesse período, a cidade já começava a contar com maior infraestrutura em hotéis, restaurantes, atrativos, estação de tratamento de água, etc.

A partir da disponibilidade de mão de obra reconhecidamente capacitada, os fazendeiros e empresários passaram a disponibilizar os atrativos para visitas orientadas pelos guias de turismo, pois, além dos ganhos financeiros, agora haveria a segurança de que suas propriedades não seriam depredadas ou invadidas.

Na época, os banhistas entravam clandestinamente nas propriedades privadas para fins de lazer. Isso caracterizava a apropriação privada dos rios antes mesmo da implantação dos empreendimentos turísticos. Transformar esses espaços em atrativos, transformando-os em uma cara mercadoria, foi também uma forma de escolher o tipo de público que poderia ter acesso a ela. Assim, a criação de atrativos turísticos ganhou impulso, e já em 1996 havia 24 atrativos sendo explorados na região, e, em 1997, a cidade contabilizava 19 agências de turismo.

Os guias possuíram um papel fundamental na produção do lugar turístico. Além de serem os primeiros a mobilizar a sociedade em prol do turismo em Bonito e fazerem a medição do acesso aos atrativos com os proprietários de terras, também foram aliados importantes nas discussões em prol da preservação ambiental no município. A formação desses profissionais nos cursos de guias da década de 1990 foi carregada de conteúdos voltados para educação ambiental. Essa lógica do turismo aliado à preservação ambiental

emergiu no local através dos guias de turismo, hipótese que é expressa na frase “Os guias fizeram e fazem Bonito” dita por Boggiani (BOGGIANI, 2021).

Com a evidente demanda por novos guias, surgiram outras iniciativas de capacitação de novos profissionais nos anos de 1994, 1997 e 2000. A visita dos atrativos acompanhada de guias turísticos se tornou obrigatória com a Lei Municipal 689 de 1995. Ainda nesse mesmo ano foram criados o COMTUR (Conselho Municipal de Turismo de Bonito) e o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), a partir da Lei Municipal 695 de 1995<sup>10</sup>. O COMTUR, de caráter consultivo e deliberativo, foi criado com o intuito de promover a interação entre poder público e sociedade civil nos processos decisórios acerca do desenvolvimento turístico no município.

Uma das primeiras ações do Conselho Municipal de Turismo de Bonito foi a regulamentação do *Voucher Único*<sup>11</sup> através da Instrução Normativa 01/1995, permitindo normatizar as regras de acesso aos atrativos, de acordo com a capacidade de carga e a taxa de impostos para investimento na área. Com o intuito de melhorar a fiscalização e organização dos atrativos, em 2010 foi adotado o *voucher* digital.

Esse é um importante instrumento para a consolidação do lugar turístico, pois como ferramenta de gestão legítima o controle sobre o acesso à água e aos atrativos em geral. Além disso, intercorre a relação entre setor público e privado a partir da arrecadação ou isenção de impostos e parcerias entre os setores.

O lugar turístico se refere às áreas onde se constrói a visão de que o usufruto desse ou daquele espaço, dessa ou daquela singularidade, podem gerar ganhos financeiros. No caso de Bonito, o lugar turístico foi construído por diversos agentes a partir da percepção do potencial das formações hidrogeológicas da região. Esses agentes, inicialmente marginalizados por suas posições vistas como “fora da realidade” ou “ambientalistas”, passaram a ter voz ativa a partir de alguns acontecimentos específicos.

O quadro a seguir mostra de forma linear os principais eventos que consolidaram a economia do turismo no município:

---

<sup>10</sup> BONITO, P. Mun. de Bonito. Lei nº 695/95, cria o Conselho Municipal de Turismo, cria o Fundo Municipal de Turismo, e da Outras Providências. Disponível em: <http://www.camarabonito.ms.gov.br/leis-ordinarias/2014/lei-n-695-de-21-de-junho-de-1995>. Acesso em: 01 mar. 2020.

<sup>11</sup> Criado pelo empresário local Antônio Carlos Silveira Sorares e institucionalizado pelo COMTUR em sua primeira reunião, o *voucher* único se tornou a principal ferramenta de organização e gestão da atividade turística em Bonito.

**Quadro 1** - Linha do tempo dos acontecimentos que consolidaram o turismo em Bonito.

| <b>Data</b> | <b>Fase</b>                       | <b>Características</b>  |
|-------------|-----------------------------------|---|
| 1948        | Fundação                          | Criação do município de Bonito.   |
| 1970        | Visitação local                   | Atrativos usados por moradores e familiares, turismo não organizado.                        |
| 1977        | Autonomia do estado               | Criação do estado de Mato Grosso do Sul.  |
| 1978        | Tombamento                        | Grutas do Lago Azul e Nossa Senhora de Aparecida.   |
| 1981        | Uso de água da Gruta do Lago Azul | Estudos iniciais para uso como água mineral.  |
| 1982        | Desapropriação                    | Desapropriação da Gruta do Lago Azul.   |
| 1983        | Incipiente                        | Início da visitação não profissional.   |
| 1984        | Política de Ecoturismo            | Criado o Programa Nacional de Ecoturismo.   |
| 1984        | Primeiro Plano de Manejo          | Manejo Turístico da Gruta do Lago Azul  |
| 1986        | Viabilidade econômica             | Cobrança de taxas nas fazendas.   |
| 1986        | CODEMA                            | Criação do Conselho de Meio Ambiente Municipal.   |
| 1987        | Projeto Sustentável               | Pioneirismo do Projeto Vivo.  |
| 1988        | Balneário Municipal               | Prefeitura municipal de Bonito desapropriou a área.   |
| 1988        | Passeio de botes infláveis        | Início da atividade organizada descendo o Rio Formoso.                                      |
| 1992        | Expedição Franco-Brasileira       | Pesquisa espeleológica.   |
| 1992        | Primeiro curso para guias         | Início da capacitação de mão de obra local.   |
| 1992        | Início de obras da rodovia        | Pavimentação do acesso a cidade de Bonito.  |
| 1993        | Bonito na mídia                   | Globo repórter sobre Bonito.  |
| 1993        | Início da capacitação             | 1º curso de guias da região.  |
| 1993        | RPPNs                             | Leis específicas para RPPNs no Mato Grosso do Sul.  |
| 1993        | Fundada a primeira ONG local      | Fundada a SoDeBon.  |
| 1994        | Segundo curso para guias          | Formação de guias de turismo.   |
| 1994        | AGTB                              | Criação da Associação dos Guias de Turismo.   |
| 1995        | Normatização                      | Criação do Conselho Municipal de Turismo, obrigatoriedade de guias e <i>voucher único</i> . |

(continua)

|             |                                 | (continuação)  |
|-------------|---------------------------------|--|
| <b>1995</b> | Infraestrutura de acesso        | Prefeitura abre estradas de acesso aos atrativos.  |
| <b>1996</b> | Normatização                    | Criação da ATRATUR e ABAETUR.  |
| <b>1997</b> | Normatização                    | Criação da ABH – Associação Bonitense de Hotelaria.  |
| <b>1999</b> | Polos turísticos                | EMBRATUR identifica os polos ecoturísticos brasileiros.  |
| <b>2000</b> | Fundação Neotrópica             | Cria sede em Bonito.   |
| <b>2002</b> | Artigo Estadão                  | Discussão meio ambiente e turismo/lazer.   |
| <b>2002</b> | ONG                             | Criação da ONG Amigos do Mimoso, atual IASB.   |
| <b>2003</b> | Associação RPPN's               | Fundada a REPAMS.  |
| <b>2003</b> | Criação do Projeto Formoso Vivo | Ações de conservação.  |
| <b>2004</b> | Planificação estratégica        | Programa de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil.  |
| <b>2006</b> | Excesso de turismo              | Alguns atrativos atingem o limite de carga diária de visitação.  |
| <b>2007</b> | ETE                             | Entra em operação estação de tratamento de esgoto.   |
| <b>2007</b> | Revitalização                   | Revitalização da Praça da Liberdade.   |
| <b>2009</b> | Turismo Científico              | 1º curso de observação de aves.  |
| <b>2009</b> | Aeroporto                       | Inauguração em maio do aeroporto de Bonito.  |
| <b>2010</b> | Agricultura                     | Aumento nas áreas de lavouras.   |
| <b>2012</b> | Normatização                    | Criação do Voucher Digital.  |
| <b>2013</b> | Turismo Internacional           | Maior repercussão internacional do destino.  |
| <b>2015</b> | UCs                             | Estudos para criação de UCs nas áreas de banhado.  |
| <b>2016</b> | UCs                             | Tentativa de consulta para criação das UCs.  |
| <b>2019</b> | Aterro sanitário                | Desativação do lixão (resíduos coletados e descarregados no Aterro Sanitário do município de Jardim) <sup>12</sup> . |

Fonte: OLIVEIRA (2010); SILVA (2015); RIBEIRO (2017). Org. Autora (2021).

Apesar da consolidação do município como polo turístico, existe um histórico de contradição e conflito no qual as atratividades foram construídas em áreas de propriedade privada, onde já havia o desenvolvimento de atividades econômicas como a agricultura e a pecuária, em maior ou menor grau. É fato que as atividades agrícola e pecuária, enquanto práticas no atual modelo produtivo de monocultura associada ao desmatamento

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.bonito.ms.gov.br/2020/12/21/meio-ambiente-encerramento-do-aterro-controlado-e-aco-es-de-conservacao-do-solo-foram-desafios-da-gestao/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

de grandes áreas e uso intensivo de agrotóxicos, são nocivas ao meio ambiente e têm gerado conflitos de uso das águas entre os setores econômicos no município. Cabe destacar, no entanto, que o turismo também causa impactos socioambientais.

Desde o início da atividade turística, houve conflitos entre os interesses das pessoas vinculadas ao turismo e os setores agrícola e pecuário, pois, mesmo que a maioria dos proprietários das fazendas e lavouras fossem os mesmos donos dos atrativos, havia e ainda há resistência em preservar o meio ambiente, tendo em vista que o objetivo dessas pessoas é o uso intenso dos recursos (solo e água) para produção de riqueza em todas as atividades (RIBEIRO, 2017).

Os ambientes naturais da carste possuem ampla atratividade cênica e são altamente vulneráveis. Feições hidrogeológicas como grutas, estalactites, estalagmites, tufas calcárias, rios de águas cristalinas, entre outros, necessitam de um ambiente equilibrado, ou seja, ainda que existam ações antrópicas sobre esses ambientes, devem ser mínimas as consequências para que o potencial de atratividade não se perca.

Um dos primeiros registros de conflito entre ambientalistas e ruralistas foi durante um episódio de expansão das terras agricultáveis que chegou, inclusive, a desmatar matas ciliares dos córregos da bacia do Formoso e gerou consequências ambientais. Segundo Boggiani (2001):

A rentabilidade econômica gerada pela lavoura levou ao máximo de aproveitamento das áreas agricultáveis, situadas nas cabeceiras dos principais rios da região, como o Formosinho e o Formoso, o que promoveu acelerado e descontrolado processo de desmatamento, ao ponto de terem ocupado até às margens dos córregos. Esta situação de uso da terra, aliada a chuvas anormais ocorridas em maio de 1992, com incidências superiores a 100 ml em períodos de três dias, conduziu a um nível de turvamento nunca visto das águas dos rios da região, até então de incrível transparência e límpidos. (BOGGIANI, 2001, p. 4).

Nesse episódio, os ambientalistas escreveram em um muro de uma avenida principal a frase “Os agricultores estão acabando com Bonito”. O avanço do desmatamento, a erosão do solo e o rio turvo, não sensibilizaram o grupo ruralista que até hoje vem causando uma série de transtornos à prática do turismo e também degradando o meio ambiente. Posteriormente iremos abordar a temática de uso e ocupação da terra e suas consequências para o turismo e para o meio ambiente.

Retornando a temática de produção do lugar turístico, a partir do ano 2000, Bonito começou a receber premiações em concursos como “Melhor Destino de Ecoturismo do

Brasil” pela “Revista Viagem e Turismo” (2000-2013) e “Melhor Destino de Turismo consciente do Mundo”, pela WTM-London (2013).

Atualmente a cidade conta com um *trade turístico* altamente especializado e solidificado. De acordo com a Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito (2015), são 95 locais de hospedagens, 48 atrativos turísticos, 38 restaurantes, 46 agências de turismo, um aeroporto que recebe dois voos por semana de forma regular, e ainda, transporte urbano com 27 táxis e 64 mototáxis.

Cabe ressaltar que alguns atrativos da lista estão localizados no município de Jardim, e são colocados no *site* da ATRATUR como atrativos da Serra da Bodoquena. Listamos apenas os atrativos turísticos citados pelo site que pertencem a Bonito, conforme o Quadro 2 a seguir.

Dos 24 atrativos citados no quadro anterior, 21 fazem uso direto da água para lazer ou contemplação, e quase todos se encontram localizados em área rural. Segundo Ribeiro (2017), os mesmos donos das terras nas quais funcionam fazendas e as lavouras são, também, em sua maioria, donos dos empreendimentos turísticos da região. Esse autor cunhou o termo “agro-eco-turismo” para designar a contradição das propriedades que combinam, dentro do mesmo território, as atividades de agricultura, pecuária e turismo “ecológico”.

[...] observamos que os mesmos empresários transitam por várias atividades; isso não seria problema se não houvesse conflitos entre as atividades. Porém, há algumas problemáticas originadas da situação quando ocorre, por exemplo, turvamento de rios pelo manejo inadequado do solo em algumas propriedades. Nesses casos, o trade turístico não participa do debate. (RIBEIRO, 2017, p. 133).

A partir do contexto histórico e material que permeia a construção do lugar turístico, é possível compreender o papel de todas as formas de organização do *trade* turístico como estratégias para possibilitar, regulamentar e facilitar a mercadorização do lugar, da paisagem e, conseqüentemente, da água. Dessa maneira, Bonito se consolidou ao longo do tempo como um dos principais destinos ecoturísticos do Brasil, e também possui grande atratividade internacional.

**Quadro 2 - Atrativos turísticos de Bonito – MS.**

| Nomes dos atrativos | Atividade que desenvolve |
|---------------------|--------------------------|
|---------------------|--------------------------|

|  |   |
|--|---|
| <b>Abismo Anhumas</b>                            | Descida de rapel e deck flutuante construído sobre um espelho de águas cristalinas. |
| <b>Boia Cross Cabanas Arborismo</b>              | Descida em corredeiras e cachoeiras e arborismo com tirolesa aquática.              |
| <b>Boia Cross - Parque Ecológico Rio Formoso</b> | Descida em 3 corredeiras e 5 cachoeiras.  |
| <b>Cavalgada - Parque Ecológico Rio Formoso</b>  | Cavalgada em fazenda e parada para banho no Formoso.                                |
| <b>Dive Bonito - Passeio Subaquático</b>         | Submersão em águas cristalinas.   |
| <b>Eco Park Porto da Ilha</b>                    | Passeios de bote, duck (caiaques), boia cross e stand up.                           |
| <b>Mergulho - Operadora Ygarapé</b>              | Mergulho e rapel.   |
| <b>Sítio Ybirá Pe</b>                            | Arborismo e banhos em cachoeira.  |
| <b>Boca da Onça Ecotour</b>                      | Caminhada, trilha, banho e rapel.   |
| <b>Ceita Corê Ecoturismo</b>                     | Trilha por 11 cachoeiras, banhos e mergulho.  |
| <b>Estância Mimosa Ecoturismo</b>                | Trilha, contemplação, passeios e banhos em cachoeiras.                              |
| <b>Parque das Cachoeiras</b>                     | Trilha e banhos em cachoeiras.  |
| <b>Gruta do Lago Azul</b>                        | Trilha e contemplação de caverna e lago.  |
| <b>Grutas de São Miguel</b>                      | Trilha e contemplação de cavernas.  |
| <b>Projeto Jiboia</b>                            | Palestra e interação com cobras nativas.  |
| <b>Taboa Fábrica de Encantos</b>                 | Passeio pelo processo de produção da Taboa.   |
| <b>Balneário do Sol</b>                          | Banho e recreação.  |
| <b>Balneário Municipal</b>                       | Banho e recreação.  |
| <b>Praia da Figueira</b>                         | Banho, flutuação, cama elástica, caiaque, pedalinho, tirolesa.                      |
| <b>Barra do Sucuri</b>                           | Trilha e flutuação no Rio Sucuri.   |
| <b>Bonito Aventura</b>                           | Trilha e mergulho no Rio Formoso.   |
| <b>Nascente Azul</b>                             | Flutuação no Rio Bonito e Lago da Capela.   |
| <b>Parque Ecológico Rio Formoso</b>              | Flutuação no Rio Formoso.   |
| <b>Rio Sucuri</b>                                | Flutuação e passeios.   |

Fonte: ATRATUR (2020)<sup>13</sup>. Org. Autora (2021).

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.atrativosbonito.com.br/inicio>. Acesso em: 12 mai. 2020.

## 1.2 A transformação dos rios em atratividade turística

Bonito é conhecida mundialmente como a “*Cidade das águas*” devido à comercialização turística de seus rios de águas cristalinas. Dos atrativos turísticos de Bonito citados no Quadro 2, cerca de 87% estão relacionados ao uso da água (Figura 8). Isso denota a dependência e demanda do setor por água de qualidade para possibilitar o processo de mercadorização.

**Figura 8** - Atrativos turísticos em Bonito e o uso da água.

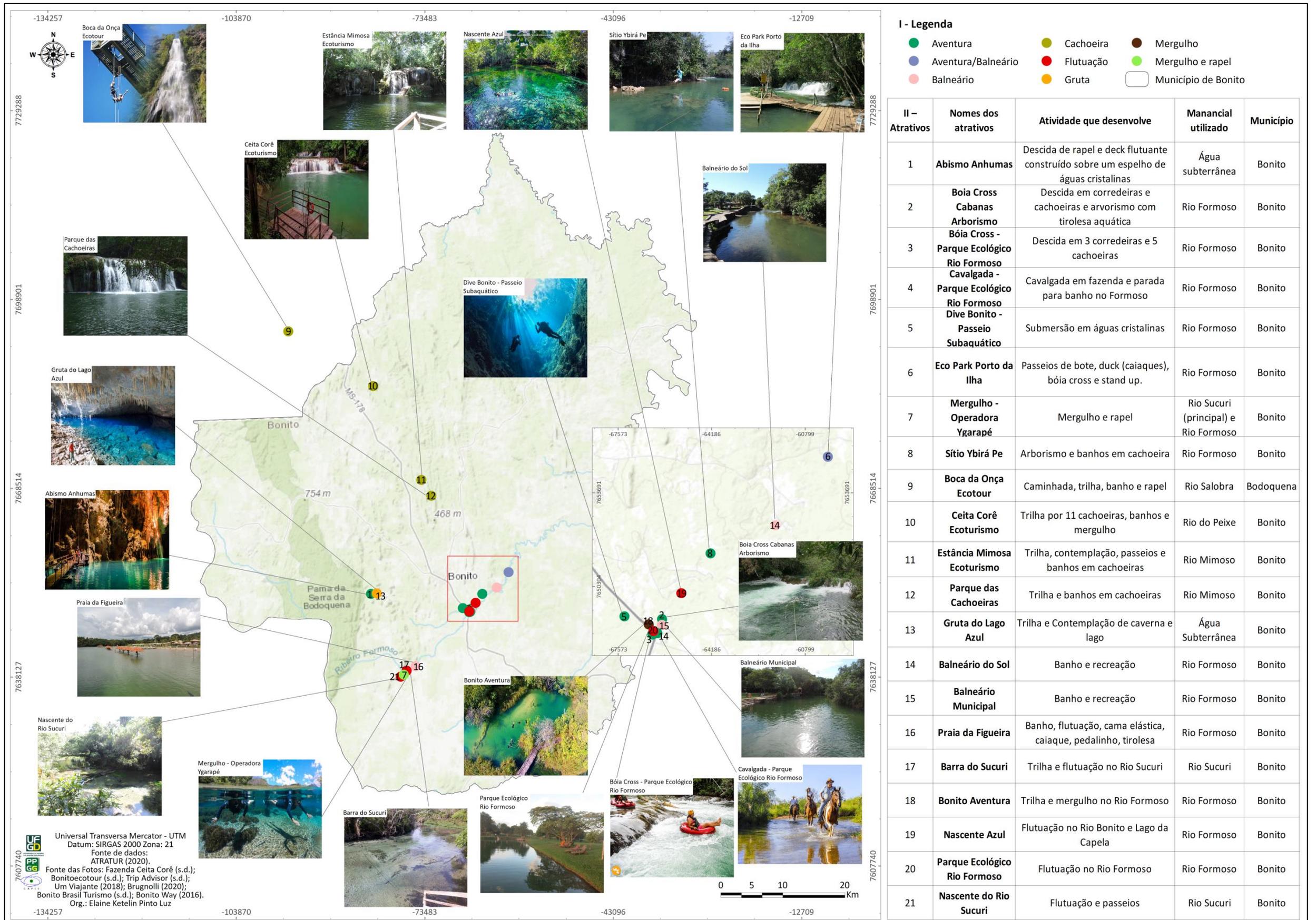


Fonte: Org. LUZ (2021).

No mapa a seguir (Figura 9) são apresentados, nomeados e categorizados os 21 empreendimentos estudados que utilizam a água enquanto elemento de atratividade turística.

O processo de uso e ocupação das terras em Bonito seguiu um padrão similar aos dos agrupamentos humanos ao longo do tempo, assim, é comum encontrar no município grandes propriedades privadas que possuem rios utilizados economicamente, a priori, como fonte de irrigação ou para dessedentação animal. Posteriormente, com a percepção do potencial de exploração estética das águas, ocorreu a apropriação com o intuito de comercializar os ambientes naturais através do turismo.

Figura 9 - Atrativos turísticos em Bonito e o uso da água.



Fonte: Org. LUZ (2021).

A percepção da água como um elemento turístico comercializável aconteceu por volta de 1970 por um pequeno grupo de pessoas como guias, empresários e pesquisadores. Apenas depois de algum tempo e de muitas ações das pessoas que acreditavam na possibilidade da prática turística, é que foi reconhecido o potencial de atratividade do lugar (RIBEIRO, 2017). Dessa maneira, a Prefeitura Municipal e muitos proprietários de terras iniciaram a comercialização dos atrativos.

Até a década de 1970, os atrativos turísticos do município eram pouco conhecidos fora dele. Serviam de lazer para a população local. Gradativamente vai se desenvolvendo um turismo amador, independente de maiores investimentos. Alguns proprietários de terras onde se localizavam certos atrativos começam a despertar para a possibilidade de aproveitamento do potencial daquilo que dispunham, ou seja, passam a vislumbrar a possibilidade de consorciar as atividades agropecuárias, base da economia regional, com a atividade turística, através da exploração dos atrativos existentes em suas propriedades. (VARGAS, 2001, p. 1).

A prática turística se apropria da água como mercadoria e passa a impor valor aos novos padrões de qualidade que despertam o desejo de consumo em seu público-alvo e na constituição da transformação do significado das águas de Bonito.

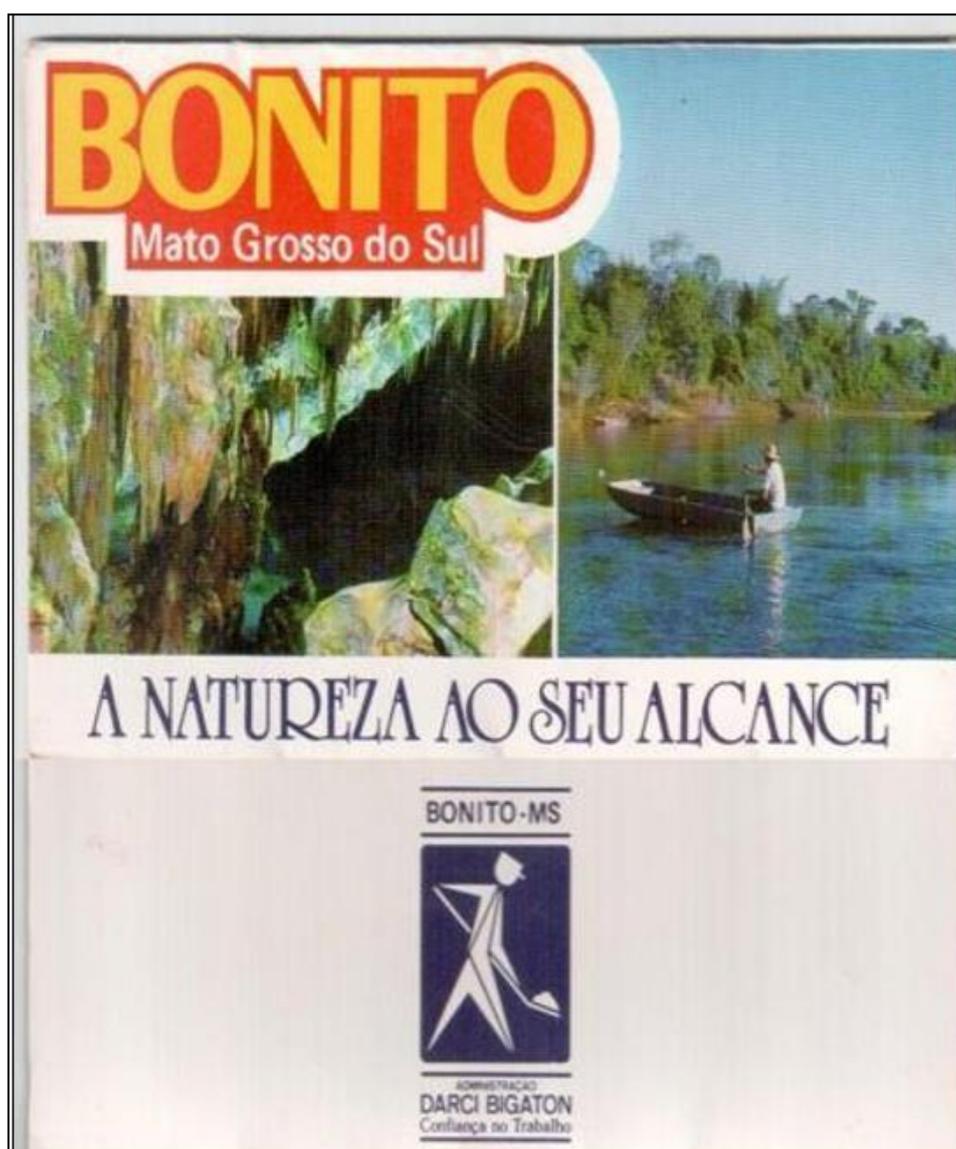
Essa dinâmica é própria do sistema vigente e global, pois “a luta pela manutenção da lucratividade apressa os capitalistas a explorarem todo tipo de novas possibilidades. São abertas novas linhas de produto, o que significa a criação de novos desejos e necessidades.” (HARVEY, 1993, p. 103).

As propagandas foram agentes que impulsionaram o turismo local, forçando o município a implantar certo nível de infraestrutura para receber o fluxo de turistas. É possível perceber, no panfleto a seguir, a água como uma centralidade do marketing.

Em 1993 foi ao ar, na rede de televisão aberta, uma matéria sobre Bonito no programa “Globo Repórter”, que abordou enfaticamente as descobertas feitas pela expedição franco-brasileira de 1992 sobre a Gruta do Lago Azul. Essa exposição midiática fez com que se elevasse o fluxo de turistas (OLIVEIRA, 2010).

O potencial de atratividade advém da valorização mercadológica das características hidrogeológicas da região. A litologia é de rochas calcárias (*carste*) e dolomíticas as quais possuem alto índice de porosidade e solubilidade; esse fator possibilita a existência de feições morfológicas naturais como dolinas, sumidouros, ressurgências, cavernas, tufas calcárias, etc. Nesse sentido, os processos geomorfológicos e hidrológicos, a partir da dissolução do calcário, possibilitam a transparência das águas dos rios de Bonito (BOGIANNI, 1999; SILVA, MARINHO e KUERTEN, 2019).

**Figura 10** - Panfleto de marketing do lugar feito pelo poder municipal na década de 80 do século XX.



Fonte: COSTA (2010).

Essas características do ambiente natural passaram por um processo de valoração econômica, o qual teve como um dos principais elementos a valorização da água. Mas não qualquer água. O Rio Miranda, por exemplo, com suas águas turvas não tem o mesmo potencial de atratividade para atividades de contemplação, banho, flutuação, mergulho e outras. O fator que fez de Bonito a famosa “cidade das águas” é a característica da qualidade estética<sup>14</sup> de seus rios: a água cristalina.

A beleza cênica e a qualidade da água são determinantes para definir o lugar turístico. Nesse sentido, a atratividade estética das águas cristalinas de Bonito desperta nos indivíduos a vontade de consumir especificamente esse tipo de produto, e não pagar por um passeio, banho, flutuação ou contemplação nas águas turvas do Miranda.

A prática do turismo utilizando a água como atrativo, atribui valor à qualidade da água, já que para que o turismo aconteça, a água deve apresentar características que exerçam o poder de atração e de satisfação do turista, além de características físicoquímicas compatíveis às normas estabelecidas ao uso turístico. (SILVA; PIROLI; PINTO, 2016, p. 288).

É fato que a gênese do interesse pela comercialização da água pelo setor turístico se deu através da beleza cênica dos rios, pois os estudos de qualidade da água (balneabilidade) aconteceram algum tempo depois que as atividades iniciaram (SILVA, PIROLI e PINTO, 2016). Atualmente o turismo vem enfrentando episódios de turvamento nas águas dos rios, que afetam diretamente a atratividade cênica e comprometem a continuidade da atividade. É necessário lembrar que o primeiro episódio de turvamento ocorreu no ano de 1992 (BOGIANNI, 2001; SILVA, 2015; RIBEIRO, 2017). Adiante trataremos especificamente desse tema.

Não estamos definindo a água como elemento único de potencialidade e atratividade turística de Bonito, mas, sim, a tomando como centralidade nesse processo a partir da valorização de suas qualidades físico-químicas e beleza cênica pelo setor turístico.

---

<sup>14</sup> “Kant utiliza a palavra “estética” para designar os julgamentos de beleza, tanto na arte quanto na natureza. Essa é uma perspectiva mais ampliada da utilização do termo. Recentemente o conceito foi ampliado abrangendo também as qualidades de um objeto, as atitudes do sujeito para considerar o objeto e a experiência prazerosa que o indivíduo pode ter diante de algo.” (SILVA, 2015, p. 49).

Dos elementos naturais, a água é um dos recursos que mais atrai os turistas, pela diversidade de práticas possíveis de turismo de aventura e ecoturismo. Assim, pode-se considerar que o homem constrói a ideia de natureza baseado na evolução histórica da sociedade. Neste contexto, o turismo de natureza é muito influenciado por essa ideia de natureza vigente, pois é a partir dela que o homem se relaciona com esta natureza. Desta forma, para o turismo é fundamental compreender qual é a natureza que é atrativa para os turistas e como se dá esse juízo de valor estético e as formas de interação com esses ambientes naturais. A água está presente nas paisagens turísticas dos principais destinos turísticos em áreas naturais e exerce um poder de atração muito forte. Por isso, é fundamental compreender a importância dos recursos hídricos como elemento da paisagem e as suas formas de apropriação e valorização. (SILVA, PIROLI e PINTO, 2016, p. 289).

A valorização da água no turismo, a partir do processo de percepção, é estabelecida pelas noções de beleza cênica, exotismo e de uma natureza idealizada como intocada. Ou seja, as pessoas apreendem e representam a realidade através dos sentidos e sentimentos que são gerados diante da interação com o lugar. Assim, a relação sociedade-natureza-turismo atribui à água algum tipo de valor simbólico que é concomitantemente transformado em valor mercadológico (MACHADO, 2013). Esse valor simbólico é, além de uma qualidade estética, atribuído à água a partir das noções de purificação, de renovação, etc.

Ao atribuir um valor simbólico e mercadológico ao recurso hídrico, imediatamente ocorrem campanhas de preservação desse recurso, pois há a possibilidade de obtenção de lucro a partir da manutenção de suas qualidades, ou seja, conservar a natureza é sinônimo de manter a atratividade comercial (MACHADO, 2013).

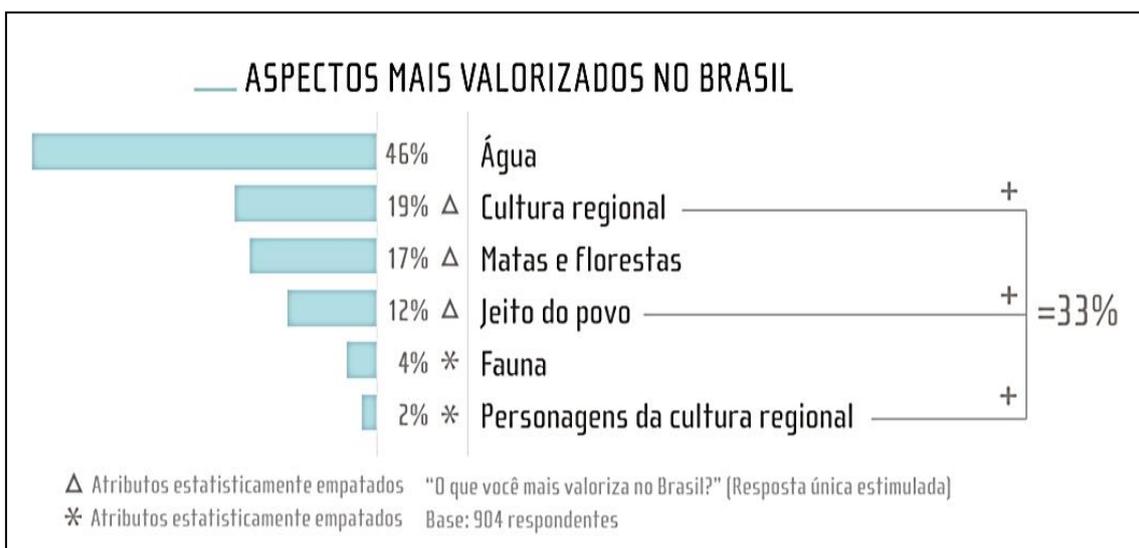
Em Bonito, o turismo teve seu processo de consolidação fortemente relacionado às causas ambientais, mas também com forte oposição feita pelos ruralistas. O movimento ambientalista vem, desde então, criando ONGs e projetos, e organizando atos em defesa do meio ambiente e, principalmente, da preservação das águas do município (BOGIANNI, 2001; RIBEIRO, 2017).

O uso da água pelo turismo no município possui finalidade de recreação e lazer. Nesse sentido, o tipo de contato com a água pode ser primário ou secundário, de acordo com a disponibilidade de cada atrativo. Os atrativos de contato primário envolvem a imersão do corpo na água, caracterizada por atividades como mergulho, flutuação, banhos e outros. Por outro lado, os atrativos de contato secundário incluem atividades que não envolvem necessariamente o contato direto com o elemento água tais como a pesca, contemplação, passeios de bote, boia e remo. Cabe salientar que os dois tipos de contato

podem ser oferecidos em um mesmo atrativo (MOTTA, 1995; SILVA, 2015; SILVA, PIROLI e PINTO, 2016).

O produto turístico que advém da apropriação do recurso hídrico em Bonito é o turismo de natureza e o ecoturismo. Em escala nacional, várias pesquisas comprovam que a água é o principal elemento de atratividade dos turistas que fazem parte desse segmento. Escolhemos um estudo feito pela ABETA – Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura – em parceria com o Ministério do Turismo, para demonstrar esses dados.

**Figura 11** - Atributos de atratividade mais valorizados no Brasil.



Fonte: ABETA (2010).

Essa pesquisa indicou que, no Brasil, o produto turístico mais valorizado pelo turista era a água, pois, quando foram questionados sobre o assunto, “quase metade (46%) disse ser água: cachoeiras, rios e mar.” (ABETA, 2010, p. 44). Segundo o documento, existe uma relação muito forte entre água, sociedade e turismo, pois possibilita a vivência de um “mundo diferente”, no qual se encontra paz interior, renovação, uma relação de paz e equilíbrio com a natureza.

É fato que a água é um dos elementos centrais de atratividade turística no território brasileiro, e certamente não acontece de forma diferente no município de Bonito. Contudo existe a especificidade dos rios de águas cristalinas, sobre essa característica utilizamos a pesquisa intitulada “Água e turismo na bacia do Rio Formoso em Bonito/MS: Percepção

dos turistas”. A partir desse estudo foi possível compreender que, além da atratividade da água, sua característica de transparência é a principal potencialidade de atração.

Conforme Silva, Piroli e Pinto (2016), autores do estudo indicado acima, a maior parte dos atrativos utiliza-se da água para suas atividades, por isso os pesquisadores procuraram analisar a percepção dos turistas após o contato com os rios a fim de entender ao quão importante é a água cristalina como elemento de potencialidade e atratividade paisagística para o turismo no município.

A pesquisa revelou que a maior parte dos turistas acreditava que a água cristalina sugere a qualidade da água para banho, ou seja, garante sua baneabilidade. Além disso, quando questionados sobre a coloração e transparência dos rios, grande parte deles afirma que a água possui uma cor verde e azul em caráter cristalino. Nesse estudo pessoas que estiveram na cidade em dias chuvosos já mencionaram a turbidez das águas como um fator que decepcionou a experiência turística.

Pela análise das entrevistas ficou claro que os turistas vêm para Bonito em busca da natureza com enfoque principalmente na água. Eles criam uma expectativa que é atendida e quase sempre superada pelas experiências que vivenciam nos passeios. [...] Quando se trata dos recursos hídricos em diversos momentos os turistas destacam que a água transparente foi fundamental para a experiência turística e compreendem que a água é um elemento da paisagem. (SILVA; PIROLI; PINTO, 2016, p. 309).

É o sentimento de lugar que se relaciona às motivações dos turistas para procurarem Bonito, pois, ao entrarem em contato com esse espaço turístico, pela sua percepção, os turistas lhe atribuem valor de acordo com suas necessidades, interesses, desejos, sonhos, propósitos e aspirações. (MARIANI, 2002, p. 39).

Os autores também perguntaram aos turistas entrevistados como a água influenciou a experiência turística no lugar. Conforme a Tabela 1, dos 29 entrevistados 14 responderam que a água cristalina influencia diretamente em uma boa experiência turística, além disso, afirmam que essa característica destaca o lugar frente a outros destinos.

**Tabela 1** - Forma que a água influencia a experiência turística.

| <b>Categoria</b>             | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
|------------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Transparência da água</b> | 14                         | 48,27%                         |
| <b>Preferência</b>           | 4                          | 13,79%                         |
| <b>Essencial</b>             | 4                          | 13,79%                         |
| <b>Beleza</b>                | 2                          | 6,89%                          |
| <b>Bem Estar</b>             | 2                          | 6,89%                          |
| <b>Conservação</b>           | 2                          | 6,89%                          |
| <b>Superação</b>             | 1                          | 3,44%                          |
| <b>Total</b>                 | <b>29</b>                  | <b>100%</b>                    |

Fonte: SILVA, PIROLI, PINTO (2016). Org. Autora (2021).

**Tabela 2** - Elementos que mais chamam a atenção dos turistas na natureza.

| <b>Elementos</b>     | <b>Frequência Absoluta</b> | <b>Frequência Relativa (%)</b> |
|----------------------|----------------------------|--------------------------------|
| <b>Tudo</b>          | 10                         | 41,66%                         |
| <b>Rios</b>          | 4                          | 16,66%                         |
| <b>Peixes</b>        | 2                          | 8,33%                          |
| <b>Paisagem</b>      | 2                          | 8,33%                          |
| <b>Animais</b>       | 2                          | 8,33%                          |
| <b>Tranquilidade</b> | 1                          | 4,16%                          |
| <b>Vegetação</b>     | 1                          | 4,16%                          |
| <b>Cachoeira</b>     | 1                          | 4,16%                          |
| <b>Vida Marinha</b>  | 1                          | 4,16%                          |
| <b>Total</b>         | <b>24</b>                  | <b>100%</b>                    |

Fonte: SILVA (2015). Org. Autora (2021).

Sob a luz do conceito de estética da mercadoria, a prática turística se apropria da natureza e, por extensão ao tema de nossa pesquisa, se apropria da água de três maneiras: a primeira ocorre via invenção e apropriação de suas qualidades estéticas, ligada principalmente ao imaginário de oásis e de natureza intocada, atribuindo um valor à beleza cênica da paisagem; o segundo tipo de apropriação é o material, que implica em anexar diretamente a natureza ao comércio turístico a partir da criação de atrativos. A terceira e última forma de apropriação é a junção da apropriação estética e da material, na qual ocorre a mercantilização da natureza propriamente dita (MOTTA, 1995; SILVA, 2015; MARTINS, 2019).

Sobre a estética da mercadoria o autor considera:

Quando referimos à estética da mercadoria, fazemos referência à imagem que a mercadoria oferece ao seu consumidor. E mais, diz respeito à forma como esta encarna o “belo” a fim de torná-la um objeto de desejo. Daí que grandes agências de viagens, por exemplo, investem milhões na divulgação dos lugares turísticos que são vendidos como “paraísos”, ambientes de natureza “intocada”, de realização de sonhos, etc. Trata-se da substituição do lugar empírico (que detém o belo evidentemente, mas também contradições e conflitos) por imagens idealizadas. (MARTINS, 2019, p. 520).

A estética da mercadoria turística, quando analisada pelo viés geográfico, revela a fetichização da natureza e a tentativa de varrer as contradições e os conflitos para debaixo do tapete. Nesse sentido, “vende-se uma natureza “exteriorizada” e autônoma em relação às condições sociais, ambientais e econômicas” (MARTINS, 2019, p. 524).

Ao transformar os rios de águas cristalinas de Bonito em paraísos perdidos e intocados, se aliena toda a carga de complexidade das relações socioambientais presentes no processo de produção, consumo e mercadorização da natureza. Ao se apropriar da água transformando-a em atrativo, o turismo entra em conflito com as demais práticas econômicas do município como a agricultura e a pecuária. Essas atividades, por vezes, consomem a natureza de maneira extensiva causando desmatamento, erosão e compactação do solo, contaminação dos rios com agrotóxicos, turvamento dos rios e outros problemas ambientais.

Existe também a questão da privatização do acesso à água. Antes da criação dos atrativos, mesmo que os rios já se encontrassem em propriedades privadas, os habitantes costumavam frequentá-los para lazer e recreação sem precisar pagar nada por isso. Hoje, com os altos preços dos empreendimentos, o acesso a esse bem comum foi reduzido para as classes menos favorecidas, limitando o acesso livre da sociedade bonitense apenas ao Balneário Municipal.

## CAPÍTULO 2

### OS CONFLITOS PELO USO DA ÁGUA E AS MEDIAÇÕES LEGAIS

#### 2.1 O aparato político-institucional do turismo no Brasil e no Mato Grosso do Sul

Nas palavras de Harvey (2016), a natureza é utilizada pelo capital como uma “grande reserva de valores de uso potenciais” os quais são “monetizados, capitalizados, comercializados e trocados como mercadorias”. O autor aponta que é somente a partir desse modo que a lógica capitalista pode se compulir em níveis mundiais; portanto, a natureza transformada em recurso natural é “fracionada e dividida na forma de direitos de propriedade privada garantidos pelo Estado.” (HARVEY, 2016, p. 232).

A propriedade privada implica o cercamento dos bens naturais comuns. Embora seja difícil cercar determinados aspectos da natureza (como o ar que respiramos e os oceanos em que pescamos), podemos imaginar uma variedade de alternativas (em geral com a ajuda do Estado) monetizar e comercializar todos os aspectos dos bens comuns do mundo natural. Muitas vezes as intervenções do Estado servem para corrigir falhas do mercado. Mesmo que pareçam progressistas, o efeito dessas intervenções é promover a penetração dos processos de mercado e das valorações do mercado em todos os aspectos de nosso mundo vivido. [...] Quando os bens comuns são privatizados, todos os objetos, coisas e processos existentes neles recebem um valor (às vezes de forma arbitrária, por ordem burocrática), pouco importando se neles foi investido trabalho social ou não. É assim que o capital cria seu ecossistema característico. (HARVEY, 2016, p. 233).

No Brasil, o aparato político-institucional do turismo, que regulamenta a prática e a apropriação da água, segue os direcionamentos de tendências internacionais e, ao mesmo tempo, tenta incluir e contemplar as singularidades regionais do próprio país que tem dimensões continentais. O desafio de gestão certamente é complexo, porém tem avançado desde a década de 1960 e, principalmente, a partir do impulso democrático da Constituição Federal de 1988, que promoveu a igualdade jurídica entre os organismos federativos, reconhecendo suas diferenças e necessidades que demandam políticas públicas específicas.

O decreto-lei 55 de novembro de 1966<sup>15</sup> foi o primeiro quadro institucional do turismo dentro do setor público<sup>16</sup>, pois criou o Sistema Nacional de Turismo, indicou o primeiro conceito de uma Política Nacional de Turismo – PNT, criou o Conselho Nacional de Turismo – CONTur (normativo) e a Empresa Brasileira de turismo – EMBRATUR<sup>17</sup> (executor), e instituiu o Plano Nacional de Turismo – PLANTUR, sendo que as entidades respondiam ao Ministério da Indústria e do Comércio até o ano de 1990.

Com base no decreto, o Conselho Nacional de Turismo foi criado como entidade normativa com o intuito de elaborar e gerir a PNT, e ainda outorgar a exploração das práticas turísticas. A EMBRATUR, ao contrário, foi designada como pessoa jurídica de direito público<sup>18</sup>, financiadora e executora da PNT e demais designações do CONTur.

O conteúdo do decreto e as primeiras ações dessas entidades, justificados pelas disparidades regionais, focaram no desenvolvimento econômico das localidades com potencialidades de exploração, reconhecendo o setor turístico como estratégico. Essa fase representa o início do esforço estatal em regulamentar e impulsionar a prática turística no país. Inclusive, a afirmação dessa consolidação também se mostra presente na criação dos fundos de subsídio econômico para o turismo, promulgados a partir do decreto-lei nº 1.191 de 1971<sup>19</sup> que instituiu o Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR.

Por essa razão, é pertinente dizer que de 1971 até os primeiros anos da década de 1980, o modelo turístico adotado pelo Brasil sinalizava para um caráter centralizado e intervencionista do Estado, alinhado com a

---

<sup>15</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966. Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. 1966. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109350/decreto-lei-55-66>. Acesso em: 05 set. 2020.

<sup>16</sup> Alguns autores consideram a década de 30 do século XX como a primeira fase de institucionalização do turismo no Brasil por conta da criação da “Divisão do turismo”, o primeiro órgão estatal do turismo no país. Essa entidade tinha a função de fiscalizar as ações das agências de viagens. Em nossa pesquisa, adotaremos a década de 1960, pois nela iniciaram-se a massificação questões de legislação, ou seja, as leis que regem as práticas turísticas.

<sup>17</sup> Atualmente a EMBRATUR possui o nome de Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. O Decreto nº 10.172, de 11 de dezembro de 2019 instituiu o Serviço Social Autônomo Embratur - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (BRASIL, 2019). Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.172-de-11-de-dezembro-de-2019-232942344>. Acesso em: 09 set. 2020.

<sup>18</sup> Nos dias atuais, a EMBRATUR, conforme o decreto Nº 10.172, de 11 de dezembro de 2019, é pessoa jurídica de direito privado que tem por objetivo tratar de interesses internacionais relacionados ao turismo. BRASIL. Decreto nº 10.172, de 11 de dezembro de 2019. Institui o Serviço Social Autônomo Embratur - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. Governo do Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.172-de-11-de-dezembro-de-2019-232942344>. Acesso em: 09 set. 2020.

<sup>19</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971. Dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo e dá outras providências. Portal da Legislação, 1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1191.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1191.htm). Acesso em: 11 set. 2020.

expectativa do crescimento econômico que estava atrelada ao setor, uma vez que o discurso do turismo como uma atividade que gera emprego e renda, e que favorece a produção e circulação de divisas, florescia no Brasil. (MARANHÃO, 2017, p. 243).

O CONTur foi extinto no ano de 1991, com a Lei nº 8.818<sup>20</sup>, e suas competências foram transferidas à EMBRATUR. De acordo com Maranhão (2017), esse momento indica uma reformulação da instituição, que foi nomeada Instituto Brasileiro de Turismo e passou a ser responsável por elaborar, dirigir e executar a PNT, até então inexistente.

Tardiamente, a Política Nacional de Turismo só foi sancionada através do decreto-lei 448 no ano de 1992<sup>21</sup>, sob o comando do governo de Fernando Henrique. Nesse período, foi difundido no Brasil, com veemência, a razão neoliberal<sup>22</sup>, refletindo também em como o turismo era abordado pelo Estado. Nesse contexto, a PNT (1996-1999) tornou-se instrumento dessa lógica, e, mesmo que focasse no desenvolvimento regional, não foi capaz de suprir as necessidades socioambientais desse processo (FRATUCCI, 2008; TRENTIN e FRATUCCI, 2011; MARANHÃO, 2017).

O Estado, ao contrário do discurso disseminado, não é um entrave em relação aos trâmites de mercado. Existe uma relação que pode ser associada ao parasitismo entre os setores público e privado, pois o Estado atua para permitir que o setor privado possa avançar. A tese de Estado como uma máquina grande e lenta (intervencionista) é largamente utilizada pelos neoliberais com o intuito de reduzir investimentos sociais que promovem o bem-estar coletivo e, desse modo, canalizam os recursos para investimentos privados e para o desenvolvimento de políticas econômicas. Nesse sentido, o Estado

---

<sup>20</sup> BRASIL. Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991. Dispõe sobre Impostos e Contribuições Federais, Disciplina a Utilização de Cruzados Novos, e dá outras Providências. Portal da Legislação, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De1191.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De1191.htm). Acesso em: 11 set. 2020.

<sup>21</sup> Uma das diretrizes presentes neste decreto se refere à “prática do turismo como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do País.” (BRASIL, 1992). É possível perceber o discurso de preservação da natureza em nome da exploração turística, pois a natureza preservada vale mais.

<sup>22</sup> De acordo com Laval e Dardot (2016), o neoliberalismo é considerado uma nova ordem racional que possui a capacidade de produzir subjetividades, gerando consequências concretas que se refletem no cotidiano dos trabalhadores e na forma como se relacionam de forma passiva com as condições precárias impostas pelo capitalismo. Essa razão normativa toma forma concreta a partir de uma governamentalidade específica que enraíza valores de cunho econômico em todas as esferas da vida humana. A reflexão política sobre neoliberalismo como modo de governo permite uma análise ampla, revelando os Estados como mecanismos que contribuíram para universalizar o capitalismo ao longo do tempo e do espaço, e atualmente, universalizar econômica e socialmente a lógica da concorrência e o arquétipo da empresa. (LAVAL; DARDOT, 2016).

neoliberal torna-se um agente econômico financiador ativo, porém com interesses submissos unicamente ao capital (MAZZUCATO, 2014).

Assim, essa articulação entre os setores público e privado se manifestou também na PNT como uma das macroestratégias para o desenvolvimento do setor turístico. Com a publicação do Plantur – Plano Nacional de Turismo (1992-1994), o Estado passou a investir em infraestrutura para promover a internacionalização do turismo a partir do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR em 1991, que elegeu o Nordeste sua região estratégica<sup>23</sup>. Como forma de corrigir problemas da primeira fase, o programa adotou, a partir de 1999, princípios de desenvolvimento sustentável para a agenda turística (MARANHÃO, 2017).

A segunda PNT (1996-1999) foi conduzida pelo Sistema Nacional de Turismo, formado por parcerias público-privadas para fins de planejamento e execução das ações estaduais e municipais. O principal reflexo dessa regionalização dos instrumentos da política se apresentou na configuração do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT e teve por objetivo estimular o desenvolvimento do turismo nos municípios e a participação da sociedade nesse processo. O programa trouxe diretrizes baseadas em sustentabilidade, descentralização da gestão, capacitação profissional e parcerias. (BRASIL, 1996; FRATUCCI, 2011; CARVALHO, 2016).

O objetivo geral do PNMT era o fomento e o desenvolvimento do turismo sustentável nos municípios brasileiros, partindo da conscientização e sensibilização das comunidades para a importância do turismo; da descentralização das ações de gestão e do incentivo à cogestão local; do estímulo ao fortalecimento das relações entre o poder público local e os segmentos da sociedade civil organizada e da elevação dos níveis de qualidade, eficiência dos produtos e serviços turísticos locais. Para tanto, pressupunha o repasse, pela EMBRATUR, de condições técnicas, operacionais e gerenciais para o planejamento e gestão do turismo na escala local dos municípios. (FRATUCCI, 2011, p. 842).

---

<sup>23</sup> “Em razão da instabilidade política vivida na época, o Plantur não conseguiu projetar-se, resumindo-se basicamente na execução de um único programa, mas de grande envergadura - o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE). Este foi criado em 1994, quando o governo passou a autorizar o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).” (CARVALHO, p. 91-92, 2016).

A partir de 2003<sup>24</sup>, com o governo Lula, se inicia uma nova fase na política econômica brasileira. Num momento chamado de “milagrinho brasileiro”<sup>25</sup>, o então presidente criou o Ministério do Turismo e, nessa perspectiva, o setor passou a usufruir do poder ministerial e do *status* de instância federal. Além disso, os debates sobre a regionalização do setor são consagrados pelo Programa de Regionalização do Turismo – PRT (2004) e sua política de gestão territorial.

A Lei Geral do Turismo<sup>26</sup> foi promulgada em 2008, trazendo a segurança jurídica que há muito se buscava. Essa lei estabeleceu as normas da Política Nacional de Turismo, definiu o papel do Governo Federal no planejamento, gestão, execução e fiscalização do setor, e regulamentou a atividade como “fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro.” (BRASIL, 2008, p. 1).

Desde então, o Plano Nacional de Turismo é atualizado de acordo com os diagnósticos gerados, cabendo a cada um deles novos planos e metas. O “PNT – uma viagem de inclusão” (2007-2010) teve a prerrogativa de aumentar o mercado interno, tornar o setor um canalizador de inclusão, além de consolidar 65 destinos do país com padrões internacionais<sup>27</sup>. Para o triênio 2013-2016, o “PNT – o turismo fazendo mais pelo Brasil” trouxe um enfoque territorial para aumentar a capitalização do turismo, bem como

---

<sup>24</sup> É importante lembrar que, antes do governo Lula, o ano de 2000 representou um marco na legislação do país, pois “registraram-se importantes ações para o turismo ambiental, a saber: autorização para a União contratar operação de crédito externo destinado a financiar, parcialmente, o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur), por meio da Secretaria de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente (MMA); instituição da Lei da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, ou Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, regulamentação do Art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC); publicação do Decreto nº 3.683, de 6 de dezembro de 2000, que altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.” (CARVALHO, p. 92, 2016).

<sup>25</sup> O período conhecido como “milagrinho” econômico ocorreu no governo Lula entre 2003 e 2010, e foi caracterizado pelo aumento expressivo das exportações de *commodities*, maior controle sobre as contas públicas e sobre a inflação, criação de políticas redistributivas de caráter assistencialista, insumos públicos na estrutura física e socioambiental, pela mediação entre interesses dominantes e não dominantes, etc. Houve uma grande reorganização da política econômica e social nacional que, apesar de ser instituída pela negociação entre o governo e os setores econômicos dominantes, teve efeitos significativos no crescimento econômico do país (CARVALHO, 2018).

<sup>26</sup> BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Legislação, Brasília, DF, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm). Acesso em: 10 out. 2020.

<sup>27</sup> O Município de Bonito e a Serra da Bodoquena estavam entre os 65 destinos internacionais (BRASIL, 2007).

incentivar a realização de grandes eventos, engajar o brasileiro a viajar pelo país e ainda aumentar a competitividade (BRASIL, 2007; BRASIL, 2014; MARANHÃO, 2017).

Designado para os anos 2018-2022, o atual plano em vigência é o “PNT – mais emprego para o Brasil”. O documento tem como principais linhas de atuação: o ordenamento, gestão e monitoramento; a estruturação do turismo brasileiro; a formalização e qualificação no turismo; o incentivo ao turismo responsável; e o marketing e apoio à comercialização. Esse plano tem o objetivo de realizar as diretrizes previstas na Política Nacional de Turismo, que são: “contribuir para a redução das desigualdades sociais e econômicas regionais, promover a inclusão pelo crescimento da oferta de trabalho e melhorar a distribuição de renda.” (BRASIL, 2018, p. 15).

A natureza e sua preservação eram abordadas como temas transversais nos primeiros planos nacionais e, dessa maneira, não eram vistas como recursos fundamentais para a reprodução do setor turístico. A partir de 2013, o termo sustentabilidade foi inserido nos planos como meta, visando ações de crescimento econômico, equidade social e, ainda, proteção ambiental. A partir do ano citado, os planos “forneceram um arcabouço para o amadurecimento da abordagem de sustentabilidade no âmbito da construção de políticas públicas para o setor.” (BRASIL, 2018, p. 117).

A partir do PNT (2018-2022), o Ministério do Turismo propõe uma mudança na terminologia utilizada, sugerindo que não mais seja adotado o termo “turismo sustentável”, mas, sim, “turismo responsável”. No PNT (2018-2022) essa alteração se justifica pela:

[...] abordagem ampla, que acolhe a defesa e o desenvolvimento de temas como ética e responsabilidade social, proteção dos direitos de crianças e adolescentes no turismo, acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, respeito às diferenças de gênero, geração, raça e etnia, respeito ao meio ambiente e a manutenção e valorização das culturas locais, além de maior participação das comunidades receptoras na definição das políticas de desenvolvimento do turismo e no acesso a esse mercado. (BRASIL, 2018, p. 118).

Nesse sentido, o termo “turismo responsável” abrange a adoção de práticas sustentáveis dentro do setor. De acordo com o documento, a busca por um selo sustentável tem como objetivo base estimular “a sustentabilidade como diferencial dos destinos turísticos brasileiros, valorizando produtos turísticos que promovam e estimulem a manutenção dos ativos naturais e culturais das localidades” e fomentar a “visibilidade dos

atores do turismo que optam por se posicionar no mercado como destinos e empresas que têm no turismo responsável seu diferencial competitivo.” (BRASIL, 2018, p. 119).

O princípio de sustentabilidade como diferencial de competitividade nos leva a interpretar a natureza preservada como uma mercadoria supervalorizada na sociedade contemporânea, e o turismo como uma atividade aparentemente “imbatível”. Porém, através de um olhar mais crítico, essa fetichização<sup>28</sup> dos ambientes naturais, e da própria prática turística pela lógica da competitividade, pode vulnerabilizar todo o setor, tendo em vista que qualquer atividade econômica mais lucrativa que o turismo pode ser favorecida em detrimento da preservação desses ambientes naturais, dos quais o setor é dependente.

Historicamente, como demonstramos, o Estado brasileiro justifica e regulamenta a apropriação da natureza e, por extensão, da água, a favor do crescimento econômico. Essas leis se manifestam no setor turístico, contudo, são adicionados princípios sustentáveis e responsáveis para que a atividade possa se reproduzir.

A intervenção do Estado no turismo brasileiro acontece a partir do momento em que a atividade passa a ser vista como um dos elementos constitutivos do desenvolvimento do país. Desde então, a interferência do Estado sempre tomou a dianteira do processo de criação e divulgação do destino no Brasil, incorporando campanhas de *marketing* repletas de estereótipos [...] A transformação da intervenção estatal nacional em uma gestão descentralizada acompanha o próprio processo mundial de profissionalização do turismo, no qual a iniciativa privada e as associações de classe participavam cada vez mais na elaboração de políticas e execuções de projetos. (GRECHI, 2011, p. 73).

No Mato Grosso do Sul, as leis seguem tais direcionamentos nacionais que regulamentam o turismo, de acordo com o modelo de gestão apresentado. Em 1979, mesmo ano da divisão do Mato Grosso em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com a criação de uma nova Unidade da Federação, o governo instituiu a Empresa de Turismo do MS – TURISUL. A gestão e regulamentação da atividade em território sul-matogrossense passaram, deliberadamente, por um longo período de negligência e só foram impulsionadas a partir do PNMT, que abrangeu os municípios de Bonito, Corumbá e Campo Grande.

---

<sup>28</sup> “Marx nos diz que, na sociedade capitalista, os objetos materiais possuem certas características que lhes são conferidas pelas relações sociais dominantes, mas que aparecem como se lhes pertencessem naturalmente. Essa síndrome, que impregna a produção capitalista, é por ele denominada fetichismo, e sua forma elementar é o fetichismo da MERCADORIA enquanto repositório ou portadora do VALOR.” (BOTTMORE, 2012).

A empresa de turismo passou por algumas reorganizações de ordem institucional. No ano de 1981, passou a ser intitulada MSTUR e foi subordinada à Secretaria de Indústria e Comércio. Em 1990 ela foi extinta e reestruturada como Diretoria Geral de Fomento ao Turismo e, no ano posterior, subordinada à mesma secretaria, então denominada Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. Em 1992, essa configuração de gestão foi dissolvida e o governo estadual criou a CODEMS – Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (GRECHI, 2011).

Após vários decretos, no ano de 2018, a Unidade da Federação sanciona a Lei nº 5.224 que estabelece as diretrizes para o SET/MS – Sistema Estadual de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul, a Política Pública Estadual para o Turismo e o Plano Estadual de Turismo, e delibera as competências do governo do estado na gestão e fomento do turismo no estado (MATO GROSSO DO SUL, 2018). O documento define o turismo sustentável como prioridade e destaca, conforme o Artigo 17:

Para os fins desta Lei e, em consonância com as políticas públicas estaduais, considera-se turismo sustentável a atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural e os ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro. (MATO GROSSO DO SUL, 2018).

Bonito foi um dos municípios mais contemplados pela política estadual de fomento ao turismo. No ano de 2000, o setor se beneficiou da criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e da Política para o Desenvolvimento do Ecoturismo do Estado de Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO SUL, 2000). No mesmo ano, o Pantanal foi reconhecido como patrimônio natural da humanidade pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

A dinâmica do quadro institucional do turismo em Bonito era rarefeita entre as décadas de 70 e 80 do século XX, considerando que a atividade vinha sendo praticada de maneira informal por alguns anos. O COMTUR, criado no ano de 1995, através da Lei Nº 695 (MATO GROSSO DO SUL, 1995), foi um importante instrumento de incentivo à organização do *trade* turístico. O Quadro 3 a seguir contém as principais associações e entidades formadas neste período.

**Quadro 3** - Principais associações e entidades organizativas do *trade* turístico em Bonito/MS.

|      |   |
|------|---|
| 1994 | AGTB – Associação dos Guias de Turismo de Bonito          |
| 1996 | ABAETUR – Associação das Agências de Ecoturismo de Bonito |
| 1997 | ATRATUR – Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito   |
| 1998 | ABH – Associação Bonitense de Hotelaria                   |
| 2000 | ATB – Associação dos Transportes                          |
| 2001 | ABRASEL - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes   |
| 2005 | <i>Convention e Visitors Bureau</i>                       |
| 2008 | Grupos Gestor do Projeto “65 indutores”                   |

Fonte: GREICHI, 2011. Organizado pela autora, 2021.

Grechi (2011) organizou um quadro da dinâmica organizacional, entre 1979 e 2010 das secretarias e departamentos de turismo do estado de Mato Grosso do Sul e da cidade de Bonito. Foram feitas alterações no quadro para abranger as novas mudanças que ocorreram desde então. Pode-se perceber diferença referente ao arranjo institucional bonitense em relação ao estado (Quadro 4).

Aparentemente, parece aleatório adicionar ou retirar o termo sustentável, aglutinar secretarias de meio ambiente e econômica, etc. No entanto, todas essas alterações organizacionais conjecturam momentos político-econômicos que refletem como esses setores e pautas são abordados pelos governos. Grechi (2011) pontua que essas modificações apontam como a política para o setor turístico se institucionaliza e se materializa nos aparelhos de Estado.

O aparato político-institucional do município, já abordado no primeiro capítulo, permitiu a regulamentação da atividade e, assim, tornou legal mais uma forma de exploração da natureza. A formação hidrogeológica local atraiu a atenção dos habitantes nativos, dos donos de grandes propriedades de terra e também de empresários do setor turístico. Dessa forma, o Estado, em seus diferentes níveis, contribuiu para a apropriação da água como parte estruturante do *trade* turístico em Bonito.

**Quadro 4** - Alterações de ordem organizacional nas instituições do MS e Bonito.

| <b>ANO</b> | <b>MATO GROSSO DO SUL</b>   | <b>ANO</b> | <b>BONITO</b>  |
|------------|---|------------|--|
| 1979-1980  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico;</li> <li>➤ Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul (TURISUL);</li> </ul>                     | -----      | -----  |
| 1982       | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo;</li> <li>➤ Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul (MSTUR);</li> </ul>                             | -----      | -----  |
| 1990       | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Secretaria de Indústria e Comércio e a Diretoria Geral de Turismo;</li> </ul>  | 1991       | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer e o Departamento de Turismo;</li> </ul>                    |
| 1993       | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio;</li> <li>➤ Companhia de Desenvolvimento Econômico de MS – CODEMS / Diretoria de Turismo;</li> </ul> | 1993       | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Indústria e Comércio / Departamento de Turismo;</li> </ul>  |
| 1998       | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;</li> </ul>  | 1996-2000  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Indústria e Comércio / Departamento de Turismo</li> </ul>   |
| 2001-2003  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Secretaria de Meio Ambiente, Cultura e Turismo;</li> <li>➤ Fundação de Turismo de MS;</li> <li>➤ Secretaria de Produção e do Turismo;</li> </ul> | 2001-2004  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Secretaria Municipal de Turismo Indústria e Comércio / Divisão de Turismo, Indústria e Comércio;</li> </ul> |
| -----      | -----   | 2005-2008  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio;</li> </ul>   |
| 2008-2010  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Secretaria de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo / Fundação do Turismo MS;</li> </ul>                  | 2009-2010  | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio;</li> </ul>   |
| 2015       | <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico / Fundação do Turismo MS;</li> </ul>   | -----      | -----  |

|             |   |      |   |
|-------------|---|------|---|
| <b>2017</b> | ➤ Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar – SEMAGRO / Fundação do Turismo MS. | 2011 | ➤ Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio / Diretoria de Turismo. |
|-------------|---|------|---|

Fonte: GRECHI (2011). Org. Autora (2021).

A apropriação da água pelo setor também é justificada pelo viés da propriedade privada. Os rios, considerados atualmente como atrativos, encontram-se dentro de áreas privadas, em sua maioria, pertencentes a grandes agropecuaristas que historicamente detêm o poder político e econômico no município. Esse fator promoveu o afastamento da população da posse e controle da atividade, onde a maioria exerce até hoje papéis de subordinação através do trabalho assalariado e informal.

A apropriação da água de forma privada, neste caso transformada em um atrativo turístico, vem sendo regulamentada nas instâncias federal, estadual e municipal ao longo de quase sete décadas. As leis ambientais têm caminhado lado a lado com as diretrizes para o turismo, tendo em vista que os ambientes naturais preservados são de extremo valor comercial para o setor.

Todo o trâmite de regulação da atividade do turismo sustentável, dentro da lógica capitalista, percorre caminhos de contradição entre suas próprias necessidades, pois, tendo em vista que o lucro é o objetivo inicial e final da prática e do próprio sistema capitalista, a natureza preservada torna-se um alvo cercado de conflitos. Esses conflitos e contradições ocorrem de maneira endógena e exógena ao setor e afetam diretamente seu funcionamento.

As pessoas se tornam legalmente livres para espoliar o valor social que há em possuir uma natureza mercadorizada, transformando-a também em monetização. “Isso cria uma base para a formação de uma classe rentista (e proprietária de terras) potencialmente poderosa, que regula o acesso à reserva de valores de uso em virtude de seu poder de monopólio de classe e da renda que extrai da terra.” (HARVEY, 2016, p. 233).

A lógica capitalista de lucro pelo lucro entra em contradição com a capacidade de regeneração do planeta e renovação dos recursos naturais. O turismo produz e consome ambientes preservados, mas os sistemas naturais não são fechados e, por isso, sua preservação não depende somente do setor. No entorno do atrativo podem surgir outras

práticas econômicas mais nocivas à saúde ambiental. Essas práticas podem causar alterações físicas e químicas no ambiente explorado pelo turismo. No próximo subitem trabalharemos a questão dos conflitos e contradições existentes entre o *trade* turístico de Bonito e outras economias do município.

## **2.2 Os conflitos entre processo de produção dos atrativos turísticos e outras práticas econômicas**

Historicamente, as complexas estruturas de organização da sociedade e os variados interesses que as permeiam causam uma série de conflitos de ordem ambiental, política, econômica e social. A problemática do conflito não é um fenômeno que ocorre apenas em grandes centros urbanos, mas, sim, reverbera sobre todo e qualquer agrupamento humano.

Os conflitos são inerentes a qualquer sistema social, funcionando como propulsores de mudanças; sendo o consenso apenas de uma contingência. Os conflitos são distúrbios na ordem dos sistemas sociais que solicitam esforços para o desenvolvimento de estratégias para neutralizá-los ou mitigá-los. Considera-se como uma contingência prejudicial em um sistema equilibrado. As análises e consequentes intervenções têm de levar em consideração o grau de desvio a partir de algum estado original considerado ótimo. (OLIVEIRA, 2010, p. 45).

A história que conhecemos sobre o mundo, possui uma narrativa baseada nos conflitos sociais relacionados aos mais variados aspectos da vida como o trabalho, a propriedade, a natureza, etc. Portanto, “se há conflito, há tensão, há incômodo, há contradição. São elementos que se repetem no decorrer do tempo – nunca absolutamente iguais, mas em tendências e paralelos.” (FERNANDES, 2020, p.30). Esses conflitos e contradições podem ser interpretados sob diferentes lentes ideológicas que farão diferentes representações dos fenômenos, mas apenas poucas delas concebem um quadro analítico fiel à realidade.

Destarte, os conflitos acerca do uso da água também são intrínsecos ao modelo atual de organização da sociedade. A água ganha nova significação ao ser apropriada enquanto recurso hídrico e, dessa forma, é transformada em uma mercadoria. Esse insumo passa a fazer parte da cadeia de produção, o qual é utilizado e disputado de diferentes maneiras pelos diversos setores usuários (MARINHO, LUZ, 2020). Os múltiplos usos da

água pelo setor “produtivo”<sup>29</sup> são contraditórios e geram conflitos, o que Fernandes (2020) também classifica como anormalidades:

Uma contradição da realidade material é uma relação de opostos no mesmo lugar. Isso é diferente de uma incoerência ou uma hipocrisia, porque, nesses casos, a direção tomada é uma, mas a incoerência gera um desvio, uma anormalidade [...] numa contradição social, não se trata de um pequeno desvio, mas de algo que parte de uma situação e/ou gera uma consequência que torna aquele algo problemático em si. (FERNANDES, 2020, p. 31).

Ao mesmo tempo em que alguns estudiosos afirmam que existe um grau ótimo entre uso dos recursos naturais dentro do sistema capitalista, outros corroboram com a assertiva da crise ambiental inerente ao modo de produção atual. Dessa forma:

[...] embora seja chamada de crise, a questão ambiental é parte do sistema capitalista, o que leva esta análise para além da dicotomia simplificada de problema e resolução, de causa e consequência. Em outras palavras, quero dizer que, embora a questão ambiental tenha atualmente ganhado maior enfoque e projeção nos debates e propostas, sabe-se que isso é fomentado pelo aumento de consumo, bem como a venda de novas tecnologias e produtos “verdes”. Dessa forma, a questão ambiental, da forma posta, não representa a quebra de um paradigma desenvolvimentista, mas sim, reflexo da evolução desse paradigma. (LOBO, 2006, p. 3).

Além do conflito de interesses, cada uma dessas atividades econômicas acomete certo impacto sobre o ambiente explorado, ou seja, gera danos socioambientais. Essa degradação socioambiental entra em conflito com setores econômicos que mercadorizam ambientes naturais preservados, por vezes até mesmo práticas turísticas consideradas pouco impactantes causam efeitos socioambientais negativos.

O estado de Mato Grosso Sul executa atividades econômicas que precedem a exploração turística, tais como a agricultura, a pecuária e a mineração, que são consideradas os pilares da economia regional muito antes da divisão político-administrativa em 1979. Bonito seguiu a mesma lógica, pois:

[...] o setor produtivo rural local, antes do advento do turismo, se pautava por um histórico de exploração dos recursos naturais que causaram diversos problemas ambientais como desmatamento, queimadas, assoreamento, contaminação dos rios, através das

---

<sup>29</sup> Termo utilizado para designar atividades econômicas rentáveis, foi por muito tempo utilizado para marginalizar e descredibilizar economias populares e feministas, como se estas não integrassem o ciclo econômico. O trabalho reprodutivo (trabalho doméstico) é um dos maiores exemplos de marginalização de atividades consideradas pelo capital como não produtivas (GAGO, 2019).

atividades rurais de criação de gado, plantio de monocultura mecanizada, carvoaria e mineração. (OLIVEIRA, 2010, p. 91).

A partir de 1950, a agropecuária passa a ter forte incentivo governamental para se expandir em Bonito, ao passo que se iniciava o extrativismo mineral na região Centro-Oeste. Essas atividades foram propulsoras no período da modernização e diversificação econômica regional e, para que fosse possível sua consolidação, adentraram o cerrado destruindo grande parte da vegetação nativa, que fora substituída por pastos, plantações e áreas de escavação. Esse arranjo territorial ocasionou fenômenos como a concentração de terras, poucos empregos urbanos e um desenvolvimento socioeconômico incipiente (GALINDO e SANTOS, 1995; LOBO, 2006).

Já no início da década de 1990, houve o primeiro registro de conflitos entre os ambientalistas que defendiam a preservação da natureza em nome da exploração turística e outros setores da economia local. Boggiani (2001, p. 5) afirma que foi grafitada a frase “Os agricultores estão acabando com Bonito” em um muro da principal rua da cidade, a Pilab Rebuá.

Um discurso feito por Boggiani durante a formatura da primeira turma de guias que ocorreu em 1993 já manifestava preocupações de caráter socioambiental com questões como a falta de saneamento básico, a necessidade de desativação do lixão, geração de empregos, construção de ciclovias e outras demandas<sup>30</sup>.

Oliveira (2010) corrobora com a temática: ao introduzir o ecoturismo em áreas onde predominam atividades primárias, todo o local é reinventado, havendo uma grande mudança nos valores e costumes; desse modo, ocorrem transformações na relação sociedade e natureza, processo esse que não é livre de contradições e conflitos. As pessoas que defendiam a instalação do turismo associado à preservação ambiental entravam em:

[...] situações de intimidação, coação e ameaça à vida ao se interpor aos interesses do mercado e do lucro. Uma das situações de conflito esteve associada à garantia do cumprimento de normas ambientais na necessidade de EIA/RIMAS<sup>31</sup> para estes empreendimentos. (OLIVEIRA, 2010, p. 92).

Conforme aponta Lobo (2006), a elite agrária do município centraliza o poder de tomada de decisão e influencia as ações das municipalidades de acordo com seus

---

<sup>30</sup> O discurso foi datilografado em 1993 e posteriormente digitalizado pelo autor. O documento, nunca antes publicado, encontra-se nos anexos dessa pesquisa.

<sup>31</sup> Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental.

interesses. O autor aponta que esse grupo controla rédeas do segmento turístico, ou seja, possui o controle da dinâmica histórica e geográfica, e do estabelecimento da política para a atividade. Esse controle é exercido a tal ponto que foi capaz de criar uma elite do turismo. Essa, por sua vez, tem a capacidade de ditar regras e controlar o mercado local.

Ribeiro (2010) também aborda a temática e avança um pouco mais ao salientar que o processo de implantação dos atrativos ocorreu em grandes propriedades privadas que já praticavam as atividades chamadas de pioneiras. Dessa forma, os empreendimentos de turismo ecológico pertencem aos ruralistas do município. A esse fenômeno o autor denominou de “agro-eco-turismo”:

A decisão em usarmos o termo agro-eco-turismo é tomada quando observamos que os mesmos empresários transitam por várias atividades; isso não seria problema se não houvesse conflitos entre as atividades. Porém, há algumas problemáticas originadas da situação quando ocorre, por exemplo, turvamento de rios pelo manejo inadequado do solo em algumas propriedades. Nesses casos, o trade turístico não participa do debate. Outro exemplo é a criação de UCs, o que enfrenta resistência da categoria ruralista e, do mesmo modo, o segmento do turismo se afastou da discussão. (RIBEIRO, 2010, p. 133).

O autor ainda questiona o quão problemática é a ausência do *trade* turístico em relação aos debates de ordem socioambiental. Para ele, os proprietários rurais que possuem relação com o turismo não tomam partido por medo de “problemas de relacionamento” e por não compreenderem a relação entre a proteção ambiental e a qualidade das águas.

Além disso, é importante ressaltar que muitos se ausentam da responsabilidade de planejar e gerir os problemas ambientais causados pela pressão de atividades antrópicas por conta da lucratividade do modelo das atividades agropecuária e extrativista. Esses agentes não se reconhecem enquanto agravadores da crise ambiental e delegam os prejuízos ao Estado (em seus diferentes níveis) e à sociedade, distribuindo apenas as perdas.

A Serra da Bodoquena possui grande potencial extrativista mineral, devido às formações litológicas de calcário dolomítico e calcítico e ainda reservas de fosfato e mármore que predominam na região. O calcário equivale à terceira substância mineral mais comercializada no estado, representando 8,70% do total arrecadado pelo CFEM<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> Compensação Financeira da Exploração de Recursos Naturais.

em 2020. Até fevereiro de 2020, Bonito contava com quatro empresas registradas e licenciadas para extração de minério<sup>33</sup> (MATO GROSSO DO SUL, 2020).

Em passado recente relata-se sérias situações de conflitos entre os agentes da atividade de mineração e do turismo, devido à detonação de explosivos. Uma solução paliativa adotada em determinada ocasião foi a restrição dos horários de detonação e no volume de carga dos explosivos. A extração na região tem provocado preocupações, não somente nos interessados ligados ao desenvolvimento do turismo, como também, entidades ambientalistas. (OLIVEIRA, 2010, p. 99).

Cabe lembrar que já existiram frentes de lavra em locais onde hoje se encontram atrativos turísticos, como é o caso da área onde atualmente está localizada a Praia da Figueira, na fazenda São Geraldo.

Ribeiro (2017) apontou que algumas das frentes de lavra dessas empresas se localizam perto de rios como o Formoso, Formosinho e Sucuri. Segundo o autor, essas atividades, caso não fossem fiscalizadas de maneira efetiva pelo poder público, poderiam acarretar sérios problemas ambientais que afetam diretamente o setor turístico. A proximidade entre atrativos e das áreas de escavação é representada pelas figuras 12 e 13:

**Figura 12** - Holoestratótipo no Rio Formoso em lavra na Fazenda São Geraldo.



Fonte: SALLUN *et al.*, 2009.

<sup>33</sup> EDEM Empresa de Desenvolvimento em Mineração e Participações Ltda.; Calcário Bonito Ltda. (CALBON); Calcário Xaraés Ltda. Epp; Dorival Ferreira Xavier.

No dia 20/04/2021, houve turvamento no Rio Formoso, que durou aproximadamente dois dias, no trecho da praia da Figueira, Balneário Municipal e Bosque das Águas. A aparência leitosa e turbida da água afetou um longo trecho do canal. Alguns moradores e pesquisadores acreditam que as explosões das mineradoras estejam agravando os episódios, que se tornaram frequentes a partir de 2015.

**Figura 13** - Atrativos e frentes de lavra para mineração.



Fonte: Google Earth. Organizado pela autora, 2021.

**Figura 14** - Proximidade entre atrativos e frentes de lavra para mineração.



Fonte: Google Earth. Organizado pela autora, 2021.

Um estudo realizado pela Fundação Neotrópica do Brasil (2021), com o objetivo de avaliar a extensão e encontrar a origem dos turvamentos, concluiu que o fenômeno é causado pela existência de desbarrancamentos das margens do rio, na região do banhado do Rio Formoso<sup>34</sup>, que provocam o carreamento de sedimento calcáreo, causando o turvamento das águas cristalinas. Não houve a incidência de chuvas na cidade quando o turvamento ocorreu, o que causa certa situação de alerta entre grupos de ambientalistas e entre os moradores da cidade.

A área onde está turvando, parece que o rio está fazendo uma mudança de curso, que pode ser natural ou não, e ele passou a escavar um depósito de calcário, e ao escavar esse depósito, ao invés de jogar aquele solo vermelho característico da região, é jogado no rio esse pó calcário branco que deixa a água com aparência leitosa. Aparentemente esse turvamento, a atual hipótese de trabalho é essa: o Rio Formoso, nas cabeceiras, mudou o curso e passou a erodir calcário pulverulento na água deixando seu aspecto leitoso. (BOGGIANI, 2021).

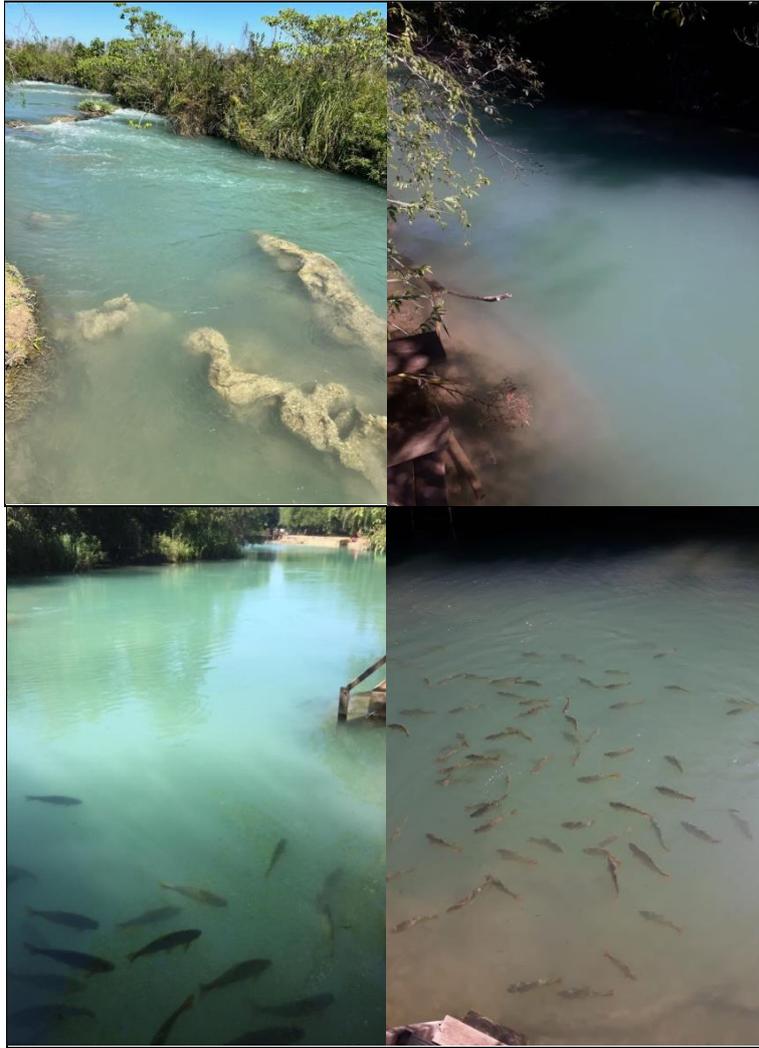
<sup>34</sup> Coordenadas geográficas do ponto de desbarrancamento: 21°14'20.82"S, 56°30'44.60"W.

As imagens a seguir (figuras 15 e 16), registradas por moradores e pela expedição da Neotrópica, demonstram a aparência das águas e o ponto de desbarrancamento, respectivamente:

A expedição produziu um relatório preliminar que apontou a área como geomorfologicamente formada por canais meândricos em contínuo fluxo de erosão. Esses processos formam variações no curso dos rios, podendo ser acelerados por ações antropogênicas, conforme citado:

Em levantamentos mensais realizados pela Fundação Neotrópica do Brasil – que abrange 34 pontos de monitoramento na região, a turbidez medida em Unidade de Turbidez Nefelométrica (NTU) comumente apresenta níveis abaixo de 1,0 NTU na maior parte dos pontos, isso significa que... mesmo durante os meses de maior pluviosidade, apresentando valores mais altos apenas em coletas realizadas em dias subsequentes a chuvas abundantes. Ademais, considera-se também fatores antropogênicos que podem ocasionar o aumento da turbidez, independentemente do regime de chuvas, ações de lavra mineral, desvios de cursos d'água, drenagem de áreas úmidas e obras nas margens dos rios. (FUNDAÇÃO NEOTRÓPICA DO BRASIL, p. 5).

**Figura 15** - Turvamento do Rio Formoso no dia 20/04/2021.



Fonte: Acervo de moradores e visitantes (2021).

Existem reservas de calcário em pó em áreas de banhado e áreas de proteção ambiental que já estão sendo lavradas pela empresa EDEM. O interesse da mineração em áreas de banhado na Serra da Bodoquena se dá pela ocorrência de reservas de calcário em pó. Geralmente o material é extraído de rochas calcárias, sendo necessário explodir as rochas, britar e, posteriormente, retirar o pó calcário. A existência de reservas de calcário pulverulento é estratégica para o setor, tendo a redução drástica do custo com o processo de beneficiamento do material, pois se encontra na natureza em estado praticamente pronto para comercialização.

Em Bonito temos jazidas de calcário em pó; são depósitos de calcário em áreas de banhado que possuem quilômetros de área e por volta de 6 ou 7 metros de espessura, então é só escavar, colocar pra secar e vender. [...] essas jazidas estão em área de várzea, área de proteção ambiental. (BOGGIANI, 2021).

Os turvamentos de aparência leitosa podem ou não ter relação com essas frentes de lavra de calcário pulverulento em áreas de banhado. Cabe ressaltar a necessidade de monitoramento desses processos com profissionais e métodos capazes de identificar as causas dos problemas ambientais que afetam as águas de Bonito e o *trade* turístico.

**Figura 16** - Ponto de desbarrancamento no banhado do Rio Formoso.



Fonte: Fundação Neotrópica do Brasil (2021).

Atualmente ocorre uma emblemática situação de conflito de interesses relacionada às margens do Rio Formoso. De acordo com o Código Florestal brasileiro, artigo 6º, os Chefes do Poder Executivo (municipal, estadual e federal) podem instituir áreas de preservação permanente quando declaradas de interesse social, tendo como alguns dos objetivos: contensão de erosão, enchentes e deslizamentos; proteção de áreas de várzea; proteção de áreas úmidas; proteção de sítios de valor científico, histórico e cultural (BRASIL, 2012).

A Prefeitura Municipal de Bonito, na gestão de Odilson Arruda Soares, declarou as margens direita e esquerda do Rio Formoso, da nascente até a foz, incluindo as áreas de banhado, como áreas de interesse social através do decreto nº 38, de 07 de março de 2018. A notícia teve grande repercussão no Mato Grosso do Sul, tendo em vista os episódios de turvamento das águas cristalinas.

A medida foi tomada num momento em que Bonito sofria as consequências de desequilíbrio ambiental que levaram as águas cristalinas de alguns principais atrativos turísticos ficarem turvas devido a sedimentos arrastados pela enxurrada. Rapidamente o governo do Estado agiu para detectar a causa do problema e alguns fatores foram apontados, como a implantação de lavouras sem o preparo adequado do solo próximas às margens dos rios, bem como estradas não devidamente preparadas para reduzir e direcionar o fluxo das águas pluviais, entre outros. (MATO GROSSO DO SUL, 2021).

Porém, com a mudança de gestão, juntamente com a fragilidade dos decretos municipais e a falha no novo código florestal, no início do ano de 2021 a medida foi revogada pelo novo decreto nº 85 de 7 de abril de 2021.

A então gestão do prefeito Josmail Rodrigues obteve severas críticas por conta da revogação do decreto municipal que protegia as margens do Rio Formoso. Além da manifestação contrária ao decreto nº 85 por parte de grupos ambientalistas locais, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) também se posicionou aprovando, no dia 09 de abril de 2021, uma moção endereçada diretamente ao prefeito na qual alerta para os impactos causados pela medida e a necessidade de anulação da mesma.

Após a polêmica que teve repercussão nas instâncias estaduais, o prefeito revogou o decreto nº 85 através do decreto nº 87 de 09 de abril de 2021. Isso significava que as margens do Rio Formoso eram novamente consideradas áreas de proteção ambiental. No entanto, alguns dias após a retomada da medida de 2018, o prefeito novamente voltou atrás e deliberou a supressão do decreto de nº 87 ao promulgar o decreto nº 97 de 15 de abril de 2021<sup>35</sup>.

Essa tensão não aconteceu de forma aleatória, mas, sim, denota toda a complexidade do estabelecimento da política e a forma com que esses sujeitos lidam com os problemas ambientais no município. Não se sabe a qual tipo de pressão o prefeito está sendo submetido a ponto de alterar por diversas vezes essa ferramenta tão importante para a preservação dos rios e para manutenção dos atrativos.

Algum tempo depois, foi levado até a Câmara Municipal, o Projeto de Lei Ordinária nº 22 de 26 de maio de 2021<sup>36</sup> que declarava as margens do Rio Formoso como

---

<sup>35</sup> Todos os decretos mencionados estão disponíveis em anexo a este documento.

<sup>36</sup> Disponível em: <https://camarabonito.ms.gov.br/projeto-de-lei-ordinaria/2021/projeto-de-lei-ordinaria-n-22-de-26-de-maio-de-2021>. Acesso em: 24 jun. 2021.

áreas de interesse social. A iniciativa visava fortalecer, por meio de lei municipal, a preservação do principal rio da cidade.

A não preservação dessas áreas é de grande interesse econômico para setores como a agricultura e a mineração. A agricultura tenta aproveitar ao máximo cada metro de terra cultivada, avançando com suas lavouras sobre o acostamento de estradas e até mesmo sobre as margens dos rios, como é o caso de Bonito. A mineração no município encontra grandes ocorrências de fosfato e calcário pulverulento em áreas de banhado. Portanto, deve-se levar em consideração o poder de persuasão da elite econômica bonitense nos processos decisórios, pois preservar esses espaços significa a perda de lucro.

No próximo capítulo será abordada a questão do avanço da agricultura e sua relação com os turvamentos avermelhados que vêm ocorrendo no município com certa frequência desde 2018.

## CAPÍTULO 3

### OS CAMINHOS DA CONTRADIÇÃO: USO DA TERRA PELA AGRICULTURA E A ATRATIVIDADE TURÍSTICA DA ÁGUA

#### 3.1 Conflitos no uso da terra entre turismo e agricultura

O turismo como atividade econômica necessita de condições sociais, políticas e ambientais específicas para a manutenção de seu pleno funcionamento (caracterizado pela acumulação de riqueza, geração de empregos, proteção e preservação do meio ambiente, entre outros). Essas condições envolvem leis ambientais, fiscalização, educação ambiental, organização do *trade*, etc. Todas essas características acabam encontrando obstáculos em atividades econômicas que possuem outros objetivos, muitas vezes impondo seus interesses materiais sem nenhum diálogo.

No estado de Mato Grosso do Sul, o agronegócio é o mais influente setor da economia e esse poder reverbera sobre o âmbito político, social, econômico e ambiental, fazendo com que muitas decisões e ações sejam tomadas a partir da lógica funcional do setor. Um dos casos mais emblemáticos que expressa esse poder, caracterizado como um grande retrocesso à proteção ambiental no município de Bonito, foi o encerramento da implantação de Unidades de Conservação por meio de mandato judicial requerido pelo Sindicato Rural de Bonito.

Conforme aponta Ribeiro (2017), os debates sobre a criação das UCs foram iniciados a partir do Projeto Formoso Vivo<sup>37</sup>. O projeto fez o levantamento de dados sobre a quantidade de propriedades ao longo do principal rio da BHRF (Bacia Hidrográfica do Rio Formoso) com o intuito de investigar se as APPs e RLs estavam sendo respeitadas conforme a Lei Estadual nº 1.871 de 1998<sup>38</sup> e a Lei Municipal Nº 989, de 9 de dezembro

---

<sup>37</sup> “O Projeto Formoso Vivo teve início em março de 2003, por iniciativa da Promotoria de Justiça de Bonito, que por meio de indenização ambiental por danos pretéritos decorrentes da exploração de calcário por uma empresa de médio porte do município, angariou recursos para viabilizar a contratação de uma equipe especializada em diagnósticos ambientais para proceder a um levantamento total das condições das áreas de até 150 metros às margens do Rio Formoso. A partir daí foram surgindo mais parceiros para o projeto, que hoje já expandiu sua execução para outros rios da bacia e conta com uma ação integrada de órgãos governamentais ambientais como a SEMA/IMA-P, IBAMA/PNSB, Polícia Militar Ambiental, Prefeitura de Bonito e organizações não-governamentais como a Fundação Neotrópica do Brasil, que juntos com o Ministério Público têm construído excelentes resultados de conservação na bacia hidrográfica do Rio Formoso.” Disponível em: <https://www.mpms.mp.br/formosovivo>. Acesso em: 30 jul. 2021.

<sup>38</sup> Conhecida como Lei das Águas Cristalinas, é um instrumento legal que aborda as especificidades dos rios cênicos. Estabelece uma faixa de proteção especial de 300 metros (150 metros em cada margem) para

de 2003<sup>39</sup>. Foram identificadas 75 propriedades às margens do Rio Formoso. O quadro a seguir aborda os itens que foram avaliados pelo projeto:

**Quadro 5 - Itens avaliados pelo Projeto Formoso Vivo.**

|   |
|---|
| 1. atividades principais exercidas na propriedade;  |
| 2. destino dado ao lixo produzido na propriedade;   |
| 3. existência ou não de licença ambiental;  |
| 4. uso da água do Rio Formoso;  |
| 5. existência ou não de averbação ou na matrícula do imóvel da área de reserva legal da propriedade, georreferenciada;  |
| 6. tamanho da mata ciliar que costeia a nascente e as margens dos rios e as atividades exercidas na área de proteção especial (150 metros);   |
| 7. áreas de degradação ambiental na área de proteção especial, seja proveniente de erosões, desmatamentos, plantas exóticas, atividades antrópicas ou quaisquer outras que pudessem estar causando desequilíbrio ou prejuízos ao meio ambiente; |
| 8. existência de motobombas para extração de água dos rios, sendo especificada a capacidade de extração de água das mesmas;   |
| 9. existência de locais onde o gado tenha acesso ao rio para beber água;  |
| 10. existência de pontos que causem turvamento nas águas do rio em dias de chuva;   |
| 11. amostras qualitativas da floresta de preservação permanente;  |
| 12. questionário socioeconômico.  |

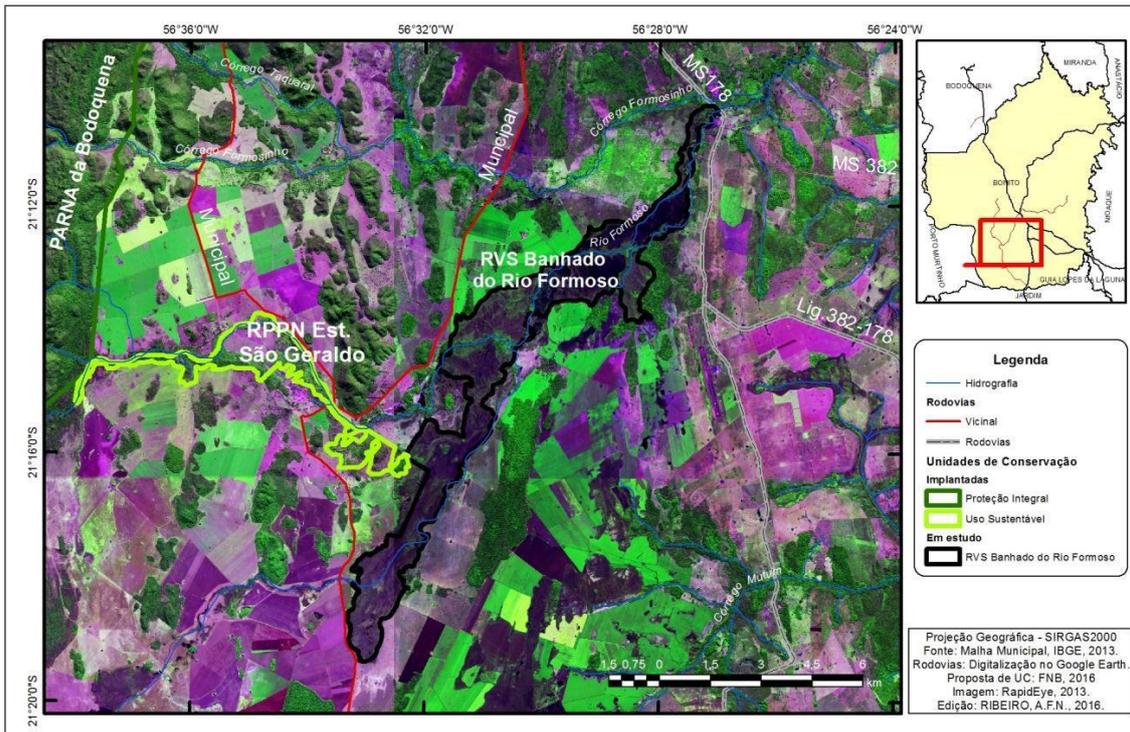
Fonte: LOUBET, PAULINO, CONTANTINO (2021).

A partir dos dados levantados com o projeto, surgiu a proposta da criação de Unidades de Conservação, tendo grande parte das áreas concentradas em propriedades privadas. Com a identificação das áreas com problemas potenciais de degradação ou atividades predatórias, foi proposta a implantação de três UCs: o Parque Natural Municipal (PNM) da Guavira, uma área de 60,90 ha de cerrado pertencente ao poder municipal; o Refúgio da Vida Silvestre (RVS) do banhado do Rio da Prata; e o Refúgio da Vida Silvestre (RVS) do banhado do Rio Formoso. Os dois refúgios foram os mais questionados pelo setor ruralista.

**Figura 17 - Localização da Reserva da Vida Silvestre do banhado do Rio Formoso.**

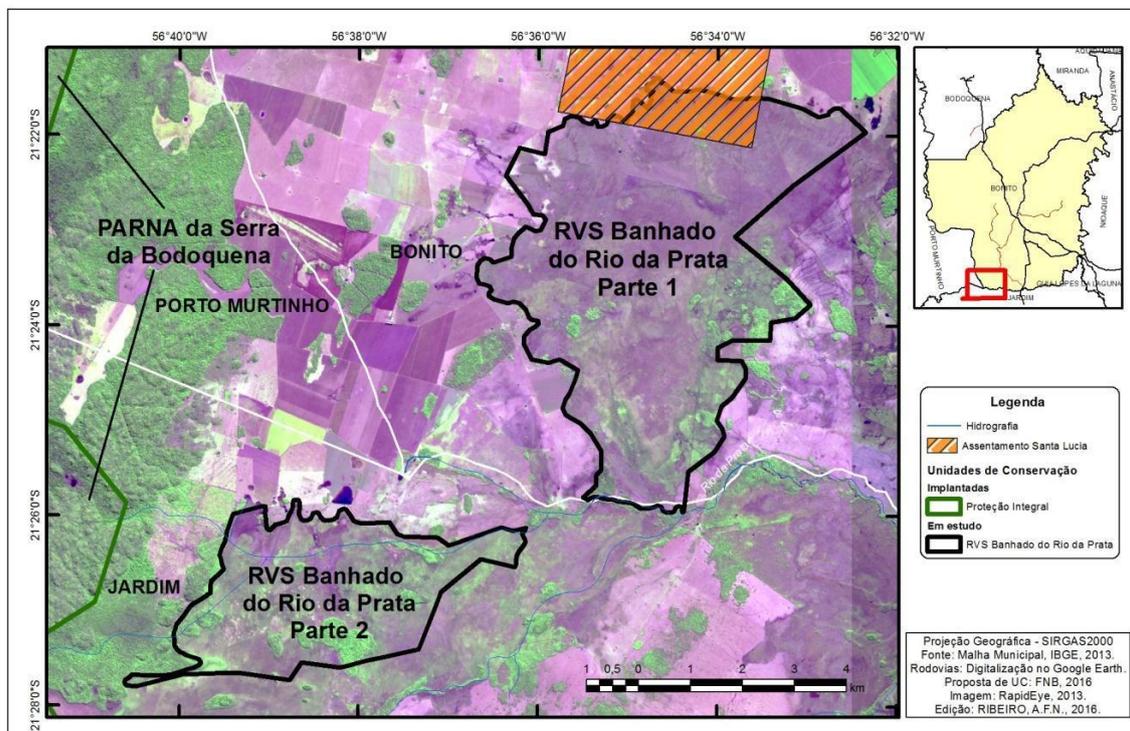
---

os rios Prata, Formoso e seus afluentes, além de proibir na área de proteção atividades como agricultura, indústria, mineração, etc. (MATO GROSSO DO SUL, 1998).



Fonte: RIBEIRO (2017).

Figura 18 - Localização da Reserva da Vida Silvestre do banhado do Rio da Prata.



Fonte: Ibidem (2017).

Os dois RVSs propostos se localizam dentro de propriedades privadas. O banhado do Rio da Prata é composto por duas partes que somam 4.647,0787 hectares em área localizada na Fazenda Gramado e no Assentamento Santa Lúcia. Já o RVS do banhado do Rio Formoso conta com aproximadamente 2.275 hectares inseridos nos territórios da Fazenda São Geraldo, Fazenda Água Azul, Fazenda Barra do Sucuri, Fazenda Barreiro Grande e Parque Ecológico do Rio Formoso (FUNDAÇÃO NEOTRÓPICA DO BRASIL, 2016).

A criação das UCs teria como foco principal proteger as áreas que controlam a qualidade da água, que é a mercadoria principal do turismo de Bonito/MS. Então, qual a razão do trade se ausentar da discussão? Em nossa concepção, aqueles que não são proprietários rurais se relacionam com esse setor, e não se posicionam para evitar problemas de relacionamento, mas não percebem que com o uso intenso de áreas de banhado podem comprometer a atratividade das águas de Bonito/MS. (RIBEIRO, 2018, p. 42).

A mobilização contrária à criação das Ucs teve grande repercussão. Um de seus desdobramentos foi a criação de um grupo intitulado “Amigos do Formoso”, composto por proprietários de chácaras, ruralistas e empreendedores turísticos. O grupo se posicionava alegando a falta de preparação do município frente à gestão ambiental e também divulgou informações ideológicas de que as terras poderiam ser desapropriadas para que fossem criadas as UCs<sup>40</sup>.

A “Amigos do Rio Formoso” espalhou outdoors pela cidade com os dizeres “Um rio precisa de amigos verdadeiros. Saiba tudo a criação das unidades de conservação em Bonito”. Por sua vez, a Prefeitura de Bonito produziu um vídeo de 3 minutos com forte apelo ambiental justificando sua proposta, além de disponibilizar a proposta em seu site<sup>41</sup>. (PELLEGRINI, 2016, *online*).

O Sindicato Rural de Bonito, entidade que representa os proprietários rurais, se mostrou o maior obstáculo à realização do projeto, tendo em vista os pedidos de cancelamento de reuniões e consultas públicas, fato que resultou na extinção do projeto por meio de mandado de segurança coletivo. Em uma entrevista gravada, o pesquisador Ângelo Ribeiro, que acompanhou o processo de tentativa de implantação das UCs, descreve como essa atuação:

---

<sup>40</sup> Disponível em: <https://www.oeco.org.br/noticias/bonito-fara-audiencia-publica-sobre-novas-ucs/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

<sup>41</sup> Idem.

Todo o processo que teve em Bonito sobre as Unidades de Conservação que a prefeitura tentou criar, todos eles foram judicializados pelo Sindicato Rural de Bonito; então às vezes tinha reunião pra discutir alguma coisa e o sindicato rural recorria à justiça, bloqueava e cancelava as reuniões. Tanto é que o processo de criação foi suspenso pela justiça na época e tudo isso tendo o sindicato como agente dessa situação. (RIBEIRO, 2021).

Em 2006, a Federação da Agricultura e Pecuária de MS – FAMASUL deu início a uma ação contra a criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena<sup>42</sup>. Esse caso também representou o conflito de interesse existente sobre o uso da terra no município de Bonito. A ação se estendeu por aproximadamente 10 anos, nos quais várias liminares foram concedidas a favor da entidade; porém, no ano de 2016, o processo foi extinto pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3). De acordo com o tribunal, o processo foi encerrado por conta da falta de legitimidade da FAMASUL enquanto defensora dos direitos dos proprietários rurais, ou seja, ajuizar uma demanda que é de desígnio dos sindicatos rurais<sup>43</sup>.

De acordo com o ICMBio<sup>44</sup>, o Parna da Bodoquena possui área total de 76.481 hectares divididos em dois fragmentos que abrangem os municípios de Jardim, Porto Murtinho, Bodoquena e Bonito. Desse total, apenas 18,34% das terras, foram adquiridas pela União, e o restante ainda se encontra sobre propriedade privada. As terras podem ser obtidas pelo Estado através da compra feita com os recursos arrecadados por meio da compensação ambiental; da desapropriação de áreas privadas; ou mesmo doação de particulares.

A Lei 1.871/1998, mais conhecida como “Lei das Águas Cristalinas”, também se tornou um alvo dessa instituição. Em 2014 a FAMASUL encaminhou um ofício<sup>45</sup> que sugeria um projeto de lei ao presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

---

<sup>42</sup> O Parna da Bodoquena foi criado pelo Decreto de 21 de setembro de 2000. Conforme o art. 1º, tem por objetivo “preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.” (BRASIL, 2000). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/dnn/2000/Dnn9037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2000/Dnn9037.htm). Acesso em: 01 ago. 2021.

<sup>43</sup> Disponível em: MPF/MS: TRF3 extingue processo que questionava a criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena - Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul. Acesso em: 01 ago. 2021.

<sup>44</sup> Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/8006-justica-extingue-acao-contra-parque-da-serra-da-bodoquena>. Acesso em: 01 ago. 2021.

<sup>45</sup> O documento encontra-se em anexo a este trabalho.

O projeto pedia alteração na lei de 1998 alegando divergências entre a lei estadual e o Código Florestal<sup>46</sup>.

Um dos aspectos de divergência entre as leis estadual e federal estaria no tamanho da faixa de proteção. Enquanto que a estadual estabelece 300 metros, sendo 150 de cada lado, a federal determina em seu artigo 4º que para rios que tenham de 50 a 200 metros de largura, a área de proteção mínima é de 100 metros e para os que tenham de 200 metros a 600 metros de largura, que a faixa de proteção é 200 metros, ou seja, o Código Florestal é menos restritivo que a “Lei das Águas Cristalinas”<sup>47</sup>. (VIEGAS, 2015, *online*).

A proposta da FAMASUL se tornou o Projeto de Lei Nº 191, do então deputado Jerson Domingos (PMDB-MS). O projeto foi aprovado pela Assembleia em dezembro de 2014, mas, no ano seguinte, foi vetado pelo governador Reinaldo Azambuja (PSDB) e pela assembleia legislativa que havia passado por reformulações devido às eleições de 2014. Os proprietários rurais procuraram a FAMASUL para derrubar a Lei das Águas Cristalinas a fim de possibilitar a expansão das áreas de cultivo sem que sofressem qualquer tipo de penalidade, além da supressão das multas e ações ambientais já sancionadas<sup>48</sup>. Apesar do veto, o projeto de lei pode ser reformulado e novamente levado à Assembleia, seguindo os interesses dos proprietários rurais.

É fato que, no Brasil, os ruralistas são a elite política vigente. Os diferentes mecanismos de acesso à propriedade da terra, utilizados pelo setor, nem sempre são amistosos ou mesmo dentro da lei. O grupo é hegemônico político e economicamente e, a partir disso, impõe seus valores e modo de vida a toda a sociedade e, por muitas vezes, sabotam qualquer tentativa de contestação (LIMA, 2020).

A banca ruralista tem atuado, prioritariamente, com o intuito de mudança da legislação trabalhista, fundiária, tributária, indigenista e quilombola, assim como atuou para a aprovação do novo Código Florestal, em 2012, que flexibilizou a Lei Ambiental brasileira, usando como principal argumento o aumento da produtividade e competitividade do setor agropecuário. (LOCATEL e LIMA, 2016, p. 78).

---

<sup>46</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/03/assembleia-de-ms-veta-projeto-que-revogava-pontos-da-lei-das-aguas.html>. Acesso em: 03 ago. 2021.

<sup>47</sup> Disponível em: <https://carollinasalle.jusbrasil.com.br/noticias/175712267/assembleia-de-ms-veta-projeto-que-revogava-pontos-da-lei-das-aguas>. Acesso em: 03 ago. 2021.

<sup>48</sup> Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2015/03/fazendeiros-do-mato-grosso-do-sul-querem-mudar-blei-que-protoge-bonitob.html>. Acesso em: 04 ago. 2021.

Devido ao seu poder de influência, são capazes de bloquear os interesses de outros grupos sociais e econômicos, como é o caso das ações levantadas pelo Sindicato Rural de Bonito para suprimir o processo de criação das UCs no município. Nesse caso, a fração de classe agropecuária está presente também na prática turística, tendo em vista que os proprietários de terras são, em sua maioria, os proprietários dos atrativos turísticos do município.

Essa característica foi discutida por Ribeiro (2017, 2018) a partir do termo “agroeco-turismo”, o qual demonstra o quão problemática é a relação entre os setores, por conta dos diferentes interesses entre expansão máxima dos lucros no agronegócio e a necessidade de preservação das águas (e da natureza de forma geral) para comercialização através do turismo.

Alguns representantes do poder público não consideraram a existência de conflitos e afirmaram que essas “alegações” eram de cunho extremista, e em nada contribuiriam para o processo de solução dos problemas do município. Foi o caso da representante da Secretaria de Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio – SECTUR de Bonito/MS:

Todas as atividades têm suas regras e eu vejo às vezes muito extremismo [...] acho que trabalhar em conjunto com a cidade [...] ter uma visão mais macro, nossa cidade é isso, tem um potencial de ecoturismo, tem o potencial de outras atividades também e elas precisam estar em harmonia. Então eu acho que isso é essencial, evitar essas guerras de interesses, porque acho que isso não leva a nada e quem perde é a própria sociedade e a própria natureza. (SALVADORI, 2021).

É importante compreender e representar as contradições existentes na produção do território turístico em Bonito. Todos esses conflitos fazem parte dos processos econômicos, políticos, sociais e ambientais do município e afetam todos os setores, em maior ou menor grau. Atualmente, um dos maiores problemas enfrentados é a resistência do setor agropecuário em aceitar a criação de novas unidades de conservação, além de possíveis e potenciais infrações cometidas pelo setor com o avanço de lavouras sobre áreas de proteção ambiental. Assim, “o grande receio dos proprietários é a criação de uma unidade de conservação. A discussão atual está em cima dessas áreas de banhado, na recuperação das margens de rios e monitoramento.” (BOGGIANI, 2021).

O agronegócio é um padrão que submete a agricultura às regras do capitalismo, sempre procurando produzir o que é mais lucrativo. Esse modelo é fomentado pelo Estado, que trabalha em conjunto a corporações transnacionais e fazendeiros para a

produção, distribuição e comercialização de *commodities*. O neoliberalismo encontra terreno fértil no agronegócio, apesar do discurso de diminuição das “interferências” estatais sobre o mercado em momentos de crise, a máquina estatal sempre cobre os custos, dá crédito, ou perdoa dívidas estratosféricas.

[...] o agronegócio, enquanto modelo de desenvolvimento para o meio rural hegemônico no Brasil, não somente se consolida como uma expressão neoliberal, como pretende ser um modelo totalizante, um organizador político ao desenvolvimento rural a partir de perspectivas relacionadas a uma racionalidade pró-mercado. (LIMA, 2020, p. 49).

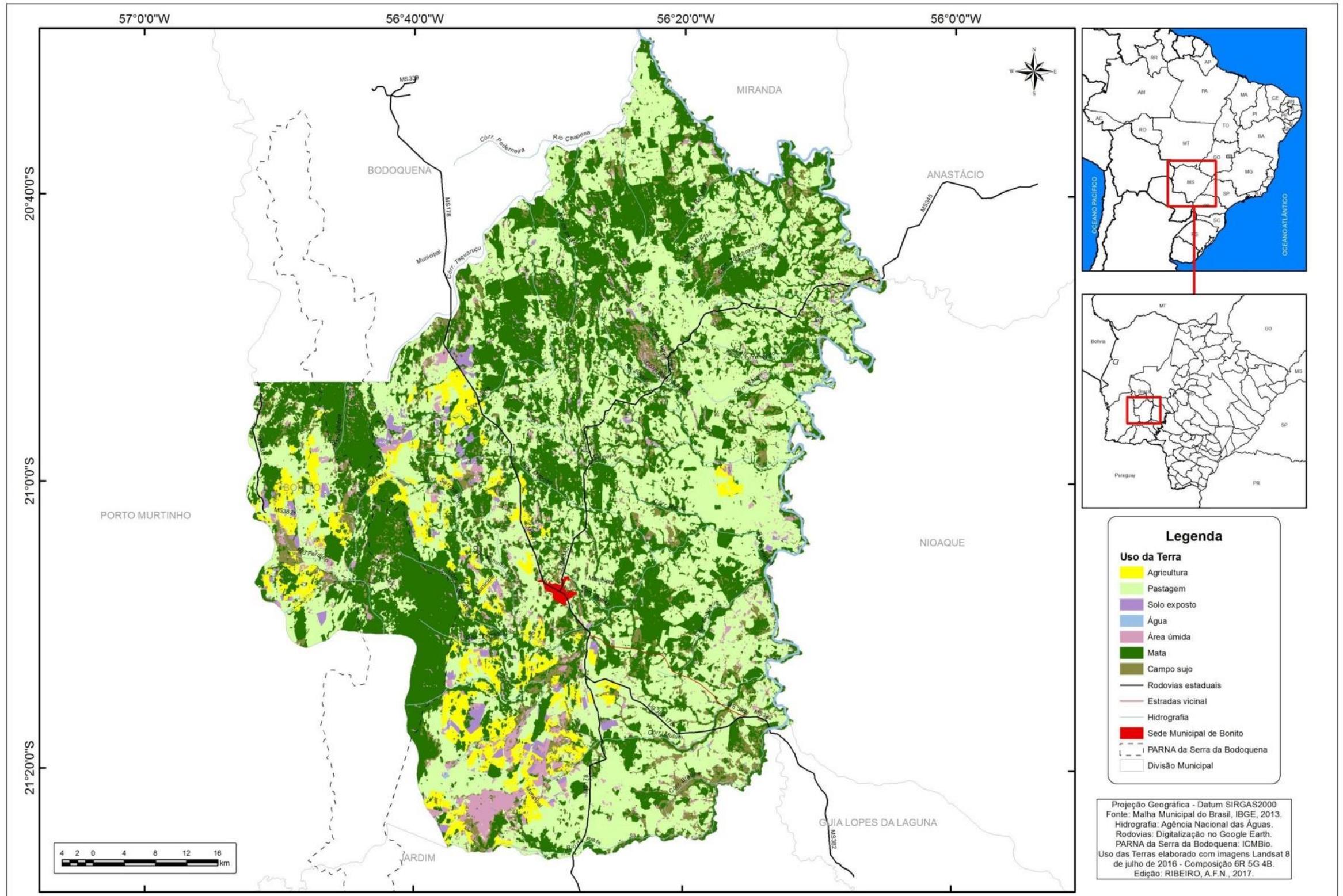
Esse modelo totalizante não se aplica somente ao mercado, mas estende sua lógica a todas as esferas da vida. O agronegócio procura dominar seu entorno tangível e intangível, com o intuito de aumentar seus lucros e poder de influência. Em Bonito, essas características se manifestam na forma de batalhas contraditórias entre os interesses do turismo e do agronegócio.

### **3.2 Agricultura predatória e turismo ecológico**

A base ecossistêmica sobre a qual se encontram os atrativos turísticos de Bonito é caracterizada com grande vulnerabilidade ambiental. A Bacia Hidrográfica do Rio Formoso possui uma fragilidade ambiental natural. Isso acontece por conta da ocorrência do sistema cárstico na região e essas características são acentuadas com as ações antrópicas predatórias e sem planejamento, apesar de que o planejamento não garante preservação ambiental, muito menos a ausência de tensões e conflitos de interesses. Muitas vezes até os acentuam (MEDEIROS, 2020).

De acordo com Ribeiro (2017), a localização das lavouras de Bonito seguiu um padrão de ordenamento territorial, tendo como fator principal a ocorrência de solos propícios ao cultivo. O autor aponta a existência de um corredor de áreas de lavoura que se formou ao redor do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. O mapa da Figura 19 aponta essas áreas em amarelo.

**Figura 19 - Uso da terra no município de Bonito.**



Fonte: RIBEIRO (2017).

De acordo com o autor, o motivo da formação desses corredores de lavoura é a ocorrência de Argissolos Vermelho-Amarelos. Esse tipo de solo aparece em uma faixa a oeste e corta o município de norte a sul nas margens do parque. Aproximadamente 77% das lavouras estão sobre faixas de Argissolos.

Os Argissolos apresentam fertilidade relacionada à subclasse a que está associada e ao tipo de relevo, mas se aplicado o corretivo correto apresenta um bom resultado, tanto que a maior parte das lavouras de Bonito/MS está localizada nessa classe, que deve ter certo cuidado, pois se combinado com relevo acidentado e a presença de cascalho é altamente suscetível à erosão, sendo indicado para outra atividade. (RIBEIRO, 2017, p. 57).

Em relação à altimetria, a maior parte das lavouras de Bonito se encontram entre 300 e 600 metros de altitude, em faixas de declividade de relevo plano ou suave ondulado. Esse fato é justificado pela dificuldade de mecanização da atividade em relevos de maior declividade. Conforme dados do IGBE<sup>49</sup>, em 2017 o total de área plantada com culturas temporárias em Bonito era de aproximadamente 46 mil hectares.

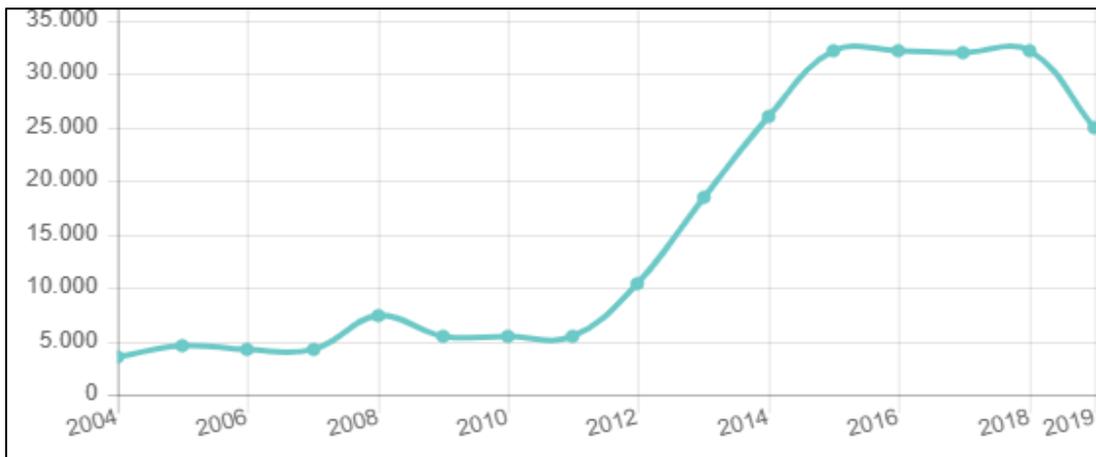
Atualmente esse número teve um grande aumento, os dados para o ano de 2019 apontam que somente as lavouras temporárias de soja ocupavam cerca de 53.000 hectares, seguidas por 25.052 hectares de área plantada com milho. Essas culturas são as mais expressivas e juntas somam mais de 75 mil hectares. Os gráficos das figuras 20, 21 e 22 demonstram a diminuição das lavouras de milho a partir de 2014 e com queda drástica a partir de 2018, na medida em que ocorria o aumento das áreas de lavoura de soja.

Esse aumento da área plantada no município ocorre juntamente com o fenômeno do desmatamento. Um estudo realizado pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) aponta que o índice de desmatamento do bioma Mata Atlântica vem subindo continuamente desde o ano de 2016, conforme o gráfico da Figura 22:

**Figura 20** - Série histórica - área plantada com milho no município de Bonito.

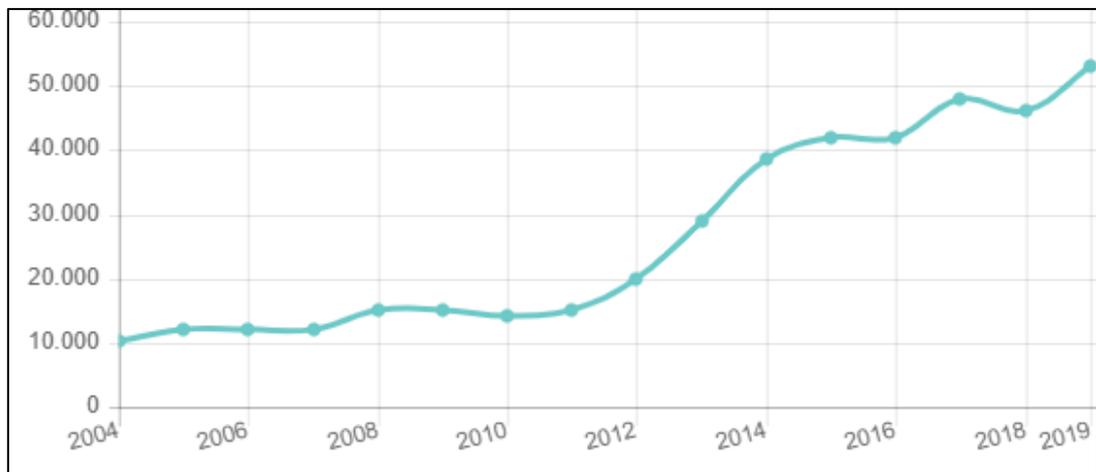
---

<sup>49</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/bonito/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 13 ago. 2021.



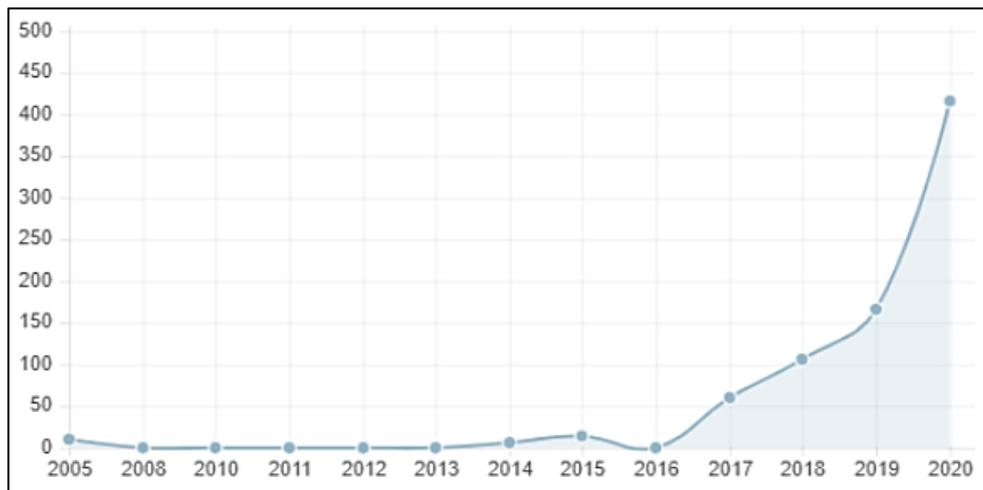
Fonte: IBGE (2021).

**Figura 21** - Série histórica - área plantada com soja no município de Bonito.



Fonte: IBGE (2021).

**Figura 22** - Série histórica - taxa de desmatamento.



Fonte: SOS Mata Atlântica<sup>50</sup>.

<sup>50</sup> Disponível em: <https://www.aquitemmata.org.br/#/busca/ms/Mato%20Grosso%20do%20Sul/> Bonito. Acesso em: 13 ago. 2021.

No ano de 2020, Bonito liderou o Ranking Geral de Desmatamento nos Municípios, com 416,10 hectares desmatados, que pode ser comparada à área de um campo de futebol por dia. Atualmente, a área de Mata Atlântica é de 38.981 hectares, que representa cerca de 8,10% da cobertura original<sup>51</sup>. A taxa de desmatamento, se comparada ao ano anterior, cresceu cerca de 150%. Cabe lembrar que boa parte do bioma se encontra dentro, na zona de amortecimento, ou ao redor do Parna da Bodoquena, lugar apontado como área de expansão de lavouras. Outros detalhes podem ser observados na Figura 23.

Além do crescimento das áreas de lavoura e do desmatamento no município, outro fator preocupante é o arrendamento de terras. O modelo é caracterizado pelo “aluguel” de terras para cultivo, no qual o arrendador cede a posse temporária de suas terras a um arrendatário através de contratos remunerados. Isso se torna um problema, pois o arrendatário não quer expandir seus gastos, mas, sim, seu lucro. Portanto não investe em ações de conservação do solo.

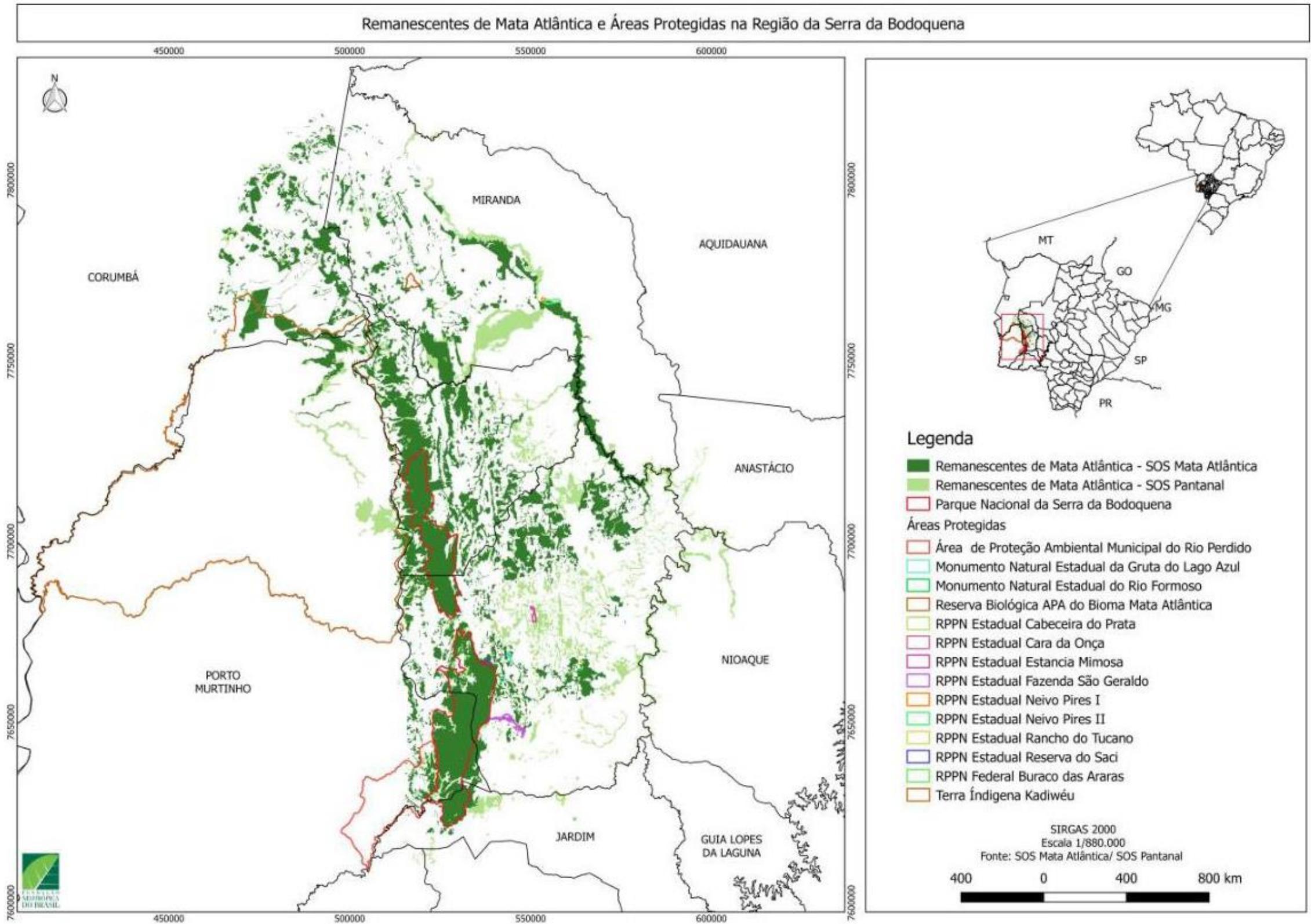
[...] o grande problema é o arrendatário; o problema é que ele quer economizar pra ganhar mais, então ele não vai investir em conservação de solo, mas sim vai gastar com maquinário, óleo diesel e tudo é caro. Então, ele quer ganhar o máximo possível no tempo em que ele estiver arrendando a terra. O arrendamento de terra fora da Serra da Bodoquena subiu muito o preço que o proprietário estava cobrando e a cana estava valendo mais, então não compensava economicamente plantar soja, o valor do arrendamento estava muito alto e isso empurrou os “sojeiros” para a Serra da Bodoquena que teriam uma terra de arrendamento mais barata. Existe uma questão econômica envolvida, e é comum plantarem soja até no departamento do estado, como as estradas, visando aproveitar ao máximo o espaço de plantação; então até mesmo em beira de rio, só que o grande problema é que eles estão perdendo solo e o solo hoje é um recurso muito importante. (BOGGIANI, 2021).

A combinação dos elementos apresentados aumenta a vulnerabilidade ambiental na BHRF, e, apesar de toda a perda ecossistêmica ser de suma importância, o foco de nossa análise é sobre a erosão, o carreamento de sedimentos e a consequente turbidez dos rios cênicos de Bonito.

---

<sup>51</sup> Idem.

**Figura 23** - Remanescente de Mata Atlântica na Serra da Bodoquena em 2016.



Fonte: FUNDAÇÃO NEOTRÓPICA BRASIL.<sup>52</sup>

<sup>52</sup> Disponível em: [http://ecoa.org.br/wp-content/uploads/2019/12/nota\\_tecnica\\_parque\\_nacional\\_da\\_serra\\_da\\_bodoquena\\_final\\_pdf.pdf](http://ecoa.org.br/wp-content/uploads/2019/12/nota_tecnica_parque_nacional_da_serra_da_bodoquena_final_pdf.pdf). Acesso em: 14 ago. 2021.

O aumento intensificado das áreas destinadas à agropecuária e o decréscimo das áreas de matas e cerrado, além de diminuir a fauna e flora da bacia, pode trazer sérias consequências para os rios da região. O aumento indiscriminado dos sedimentos carreados para o leito dos rios aumenta a turbidez, prejudicando em muito a limpidez das águas que deram fama internacional a Bonito. Essa preocupação fica mais evidente no enfoque erosivo, por sua ligação direta com os dados de uso e ocupação do solo, já que o aumento das áreas desmatadas explica o aumento da vulnerabilidade [...] (JUNIOR *et al.* 2018, p. 49).

Com o aumento de ações antrópicas, o manejo inadequado e a ocorrência de altos índices de precipitação, o processo de erosão hídrica tem causado grande desestabilização do solo e poluição dos sistemas aquáticos que se localizam próximos às propriedades, levando em consideração que em Bonito os rios cênicos se encontram dentro de grandes empreendimentos agropecuários. Os sedimentos são carreados pela água da chuva até os cursos d'água aumentando sua turbidez, o risco de assoreamento e a degradação das tufas calcárias presentes no local.

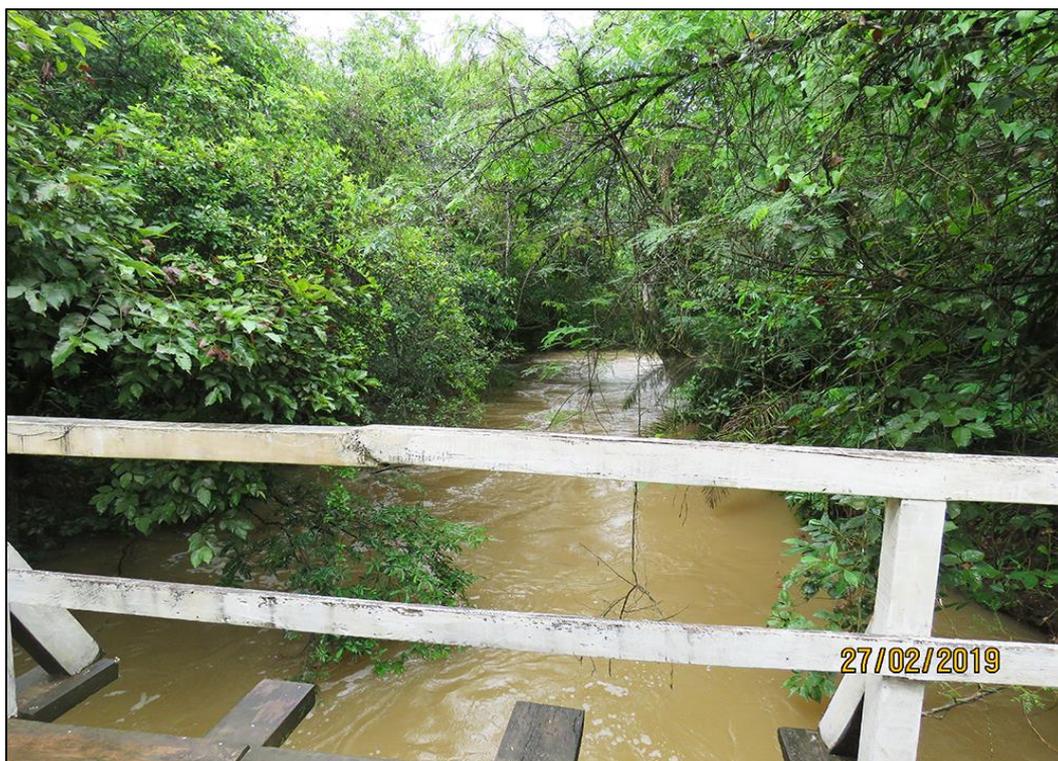
A partir de dezembro 2018, os turvamentos começaram a acontecer com certa frequência, tendo a agricultura como uma das principais causas desses episódios. A ocorrência de solo exposto, característica das culturas, é um fator que aumenta o índice de turbidez quando combinado com ações de pluviosidade. No município, essas zonas de solo exposto são constituídas por 86% de solos arenosos. (RIBEIRO, 2017; MEDEIROS, 2020).

Os rios do município de Bonito apresentam situação instável e estão suscetíveis ao turvamento das águas devido à ação da chuva e agricultura predatória. O cenário se agravou após chuvas intensas registradas em dezembro de 2018. Segundo a Secretaria Municipal de Turismo de Bonito (SECTUR) a degradação ambiental reflete nas regiões naturais e na economia local. (CORREIA; PIAZZA, 2019, *online*).

Em 2019, os episódios voltaram a ocorrer entre os meses de janeiro a março e afetaram os rios da Prata, Formoso e Sucuri. No ano de 2020, outro caso ocorreu no mês de janeiro.

A Secretária de Turismo, Indústria e Comércio, quando questionada sobre a origem da problemática, aponta algumas questões: “tem problemas com a agricultura, tem problemas de erosão, tem problemas também de várias chácaras, que foram feitas perto dos rios. É muito complexo pra eu te dar uma resposta pontual.” (SALVADORI, 2021).

**Figura 24** - Rio Formoso em episódio de turvamento no ano de 2019.



Fonte: CORREIA; PIAZZA, 2019, *online*.

Talvez a resposta não precise ser pontual, e sim, complexa. O problema não é complexificar a origem dos turvamentos, que obviamente possuem diversas fontes de maior ou menor grau de influência, mas o que fazer quando duas atividades que possuem diferentes maneiras de obter lucro (uma através da preservação estética da natureza e outra que promove sérios danos ambientais) ocupam o mesmo espaço, sob o comando dos mesmos proprietários. O turismo é responsável por cerca de 70% dos empregos em Bonito, enquanto o agronegócio se torna cada vez mais mecanizado.

O setor agropecuário afirma que os turvamentos são causados por conta da falta de planejamento e má conservação das estradas do município (RIBEIRO, 2017). Em entrevista gravada, esse fato também foi mencionado pela Secretária de Meio Ambiente de Bonito:

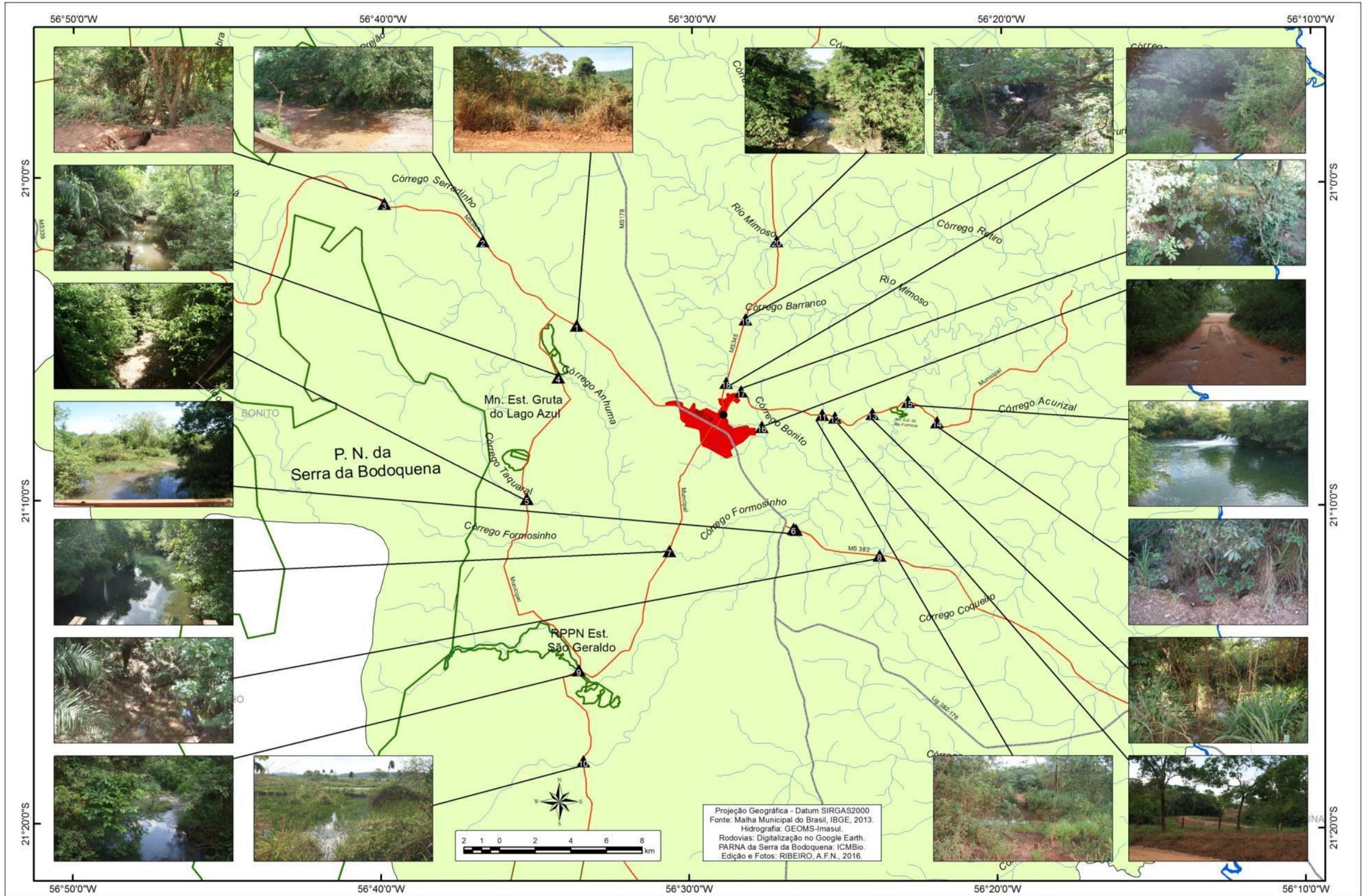
Nós estamos muito focados na conservação de estradas nesse momento e na captação de recursos pra fazer a tal da drenagem urbana, que é algo fundamental. Em relação ao turvamento de cor avermelhada, a gente tem essa falta de conservação na área urbana, nas estradas e na própria cidade que não tem drenagem. Então, isso faz o carreamento das ruas ir direto para o córrego, porque não tem uma caixa de retenção boa o suficiente, e isso leva a poluição direto pro rio; esses corpos levam a água mais adiante pro Rio Formoso. Às vezes, com 30 milímetros de chuva na área urbana, já acontece o turvamento do Formoso que é mais embaixo. (TREVELIN, 2021).

A situação das estradas de Bonito tem grande influência sobre os turvamentos dos rios cênicos, pois as águas advindas da pluviosidade são em grande parte escoadas superficialmente através das estradas e pontes até os cursos d'água. Os mapas das figuras 25 e 26 demonstram áreas rurais (Figura 25) e urbanas (Figura 26) com diversos problemas de ocupações nas margens dos rios, vegetação rarefeita ou inexistente, áreas de lavoura e pastagem próximas às pontes, estradas de chão com fissuras, entre outras características.

O atual estado das estradas e pontes não é o único fator que aumenta a turbidez dos rios. Muitas vezes esse discurso é utilizado para retirar a responsabilidade dos produtores rurais sobre os processos de degradação ambiental e de iniciativas de contenção. O poder público, por muitas vezes, reforça ideologicamente esse ponto de vista que protege os grandes produtores e reduz a complexidade existente nas consequências ambientais da agricultura extensiva.

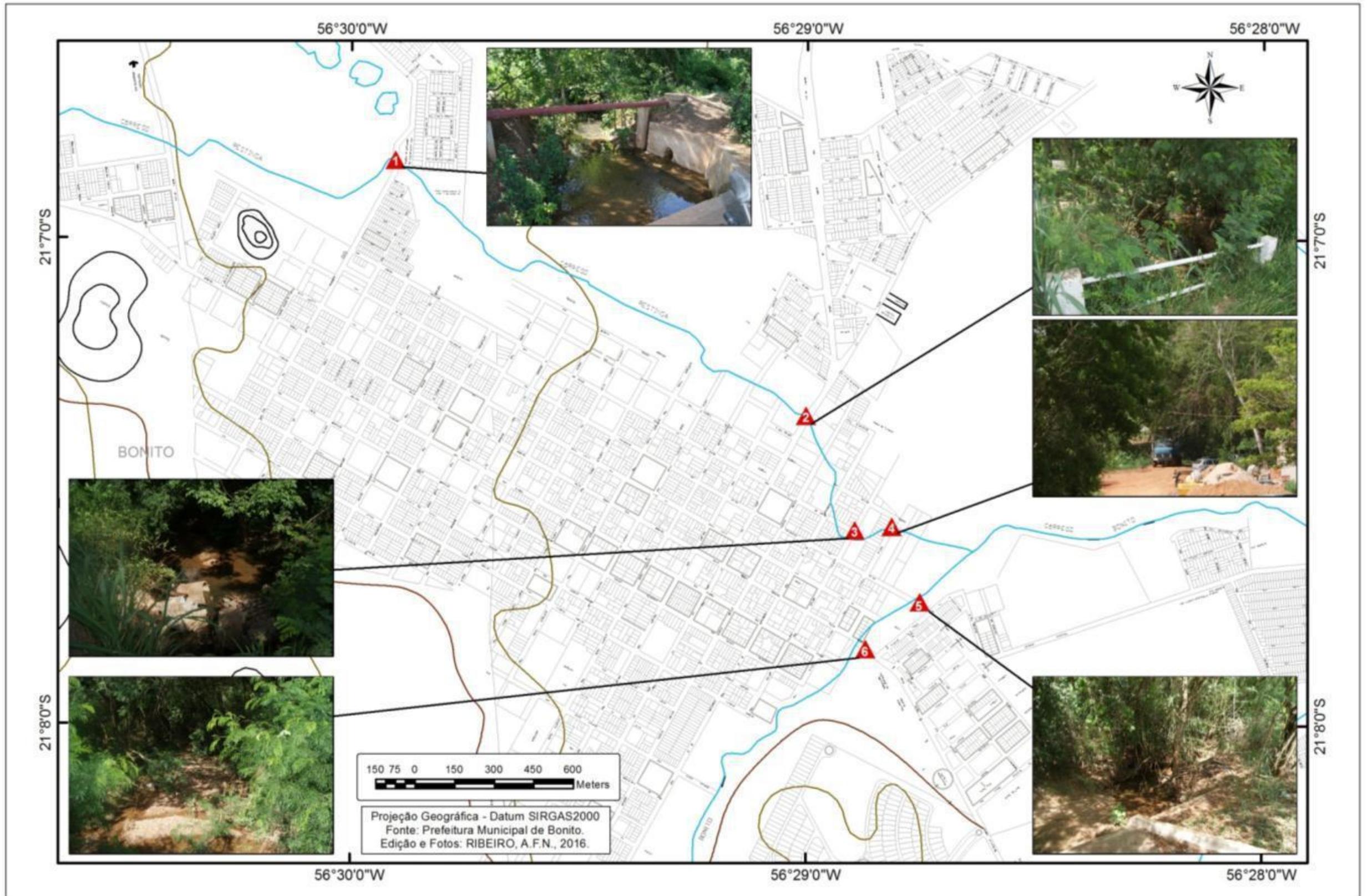
Na zona rural, a água passa pelas lavouras e pastos, muitas vezes em condições de solo exposto e com maior altimetria, conforme já mencionado no texto, o que aumenta significativamente a quantidade de sedimentos carregados pela água, e, a partir desse processo, é que o escoamento superficial chega até as estradas e pontes com áreas para descarga de água. A situação se agrava ainda mais com o avanço de culturas sobre APPs e áreas de banhado.

Figura 25 - Situação das pontes nas estradas vicinais do município de Bonito/MS.



Fonte: RIBEIRO (2017).

Figura 26 - Mapa da situação das pontes urbanas.



Fonte: RIBEIRO (2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o trâmite de regulação da atividade do turismo chamado sustentável, dentro da lógica capitalista, percorre caminhos de contradição entre suas próprias necessidades, pois tendo em vista que o lucro é o objetivo inicial e final da prática e do próprio sistema capitalista, a natureza preservada torna-se um alvo cercado de conflitos. Esses conflitos e contradições ocorrem de maneira endógena e exógena ao setor e afetam diretamente seu funcionamento.

O turismo se apropria de paisagens naturais ao mesmo tempo em que produz uma natureza artificializada. Essas paisagens estão inseridas em sistemas abertos, suscetíveis às ações antrópicas que ocorrem ao seu redor e, por isso, sua preservação não depende somente do setor. No entorno do atrativo, podem surgir outras práticas econômicas mais nocivas à saúde ambiental. Essas práticas podem causar alterações físicas e químicas na paisagem que o turismo explora.

Essa pesquisa nos revela o quão dependente do “recurso água” é o turismo de Bonito, tendo em vista que a maior parte dos atrativos estudados utiliza a água como atratividade, ou seja, comercializam um bem considerado comum. A maior concentração de atrativos ocorre nos rios Formoso e Sucuri, que têm como principais atividades a flutuação, mergulho, banho, descida em corredeiras, caiaque, bote, etc. Portanto, podemos afirmar a ocorrência de uma concentração dos atrativos em pontos específicos da hidrografia da região.

Essa localização considerada como pontos, possibilitou a alienação no entendimento da integração entre os elementos naturais e mesmo no entendimento dos rios em sua integralidade. É comum, nos atrativos, o “cercamento” de trechos dos rios, impondo um território fechado para o turista que não ultrapassa os limites impostos, e impedindo o ingresso de pessoas excluídas destes pontos eleitos como atrativos. Essa produção de territórios hídricos cercados cria nichos turísticos e exclui pessoas.

É possível afirmar que, no município de Bonito, um dos elementos de maior atratividade é a água, porém, não somente o recurso em si, mas também a sua ocorrência em características cristalinas. As águas de Bonito, em condições cristalinas, atribuem à paisagem valores associados à beleza cênica, facilitando a mistificação do lugar como

paraíso intocado, oásis de purificação, cidade das águas, etc. Mas é central entender que essa perspectiva de paraíso é restrita aos pontos cercados.

Os atributos naturais são valorizados pelo turismo e utilizados para justificar os altos preços cobrados pelo acesso a esses lugares transformados em atrativos, fato que conseqüentemente gera produção e acumulação de riqueza através do uso privado da água. O cercamento hídrico é condição imposta para a geração de riqueza, e a produção da atratividade é um movimento em busca da manutenção e ampliação do número de consumidores, chamados de turistas.

Esse processo de cercamento, ou seja, a privatização dos rios para uso turístico, é legitimado pelo Estado através de diferentes aparelhos. O papel exercido é o de regulamentação da comercialização desse bem comum, através da criação de um aparato político-institucional para o setor turístico representado por leis, planos nacionais, programas de municipalização, etc.

A presença do agronegócio no setor turístico, condição do “agro-eco-turismo” presente, denota uma grande contradição que se manifesta na forma como as duas atividades geram lucro: uma baseada na produção extensiva de *commodities*, e outra que produz e consome uma natureza preservada esteticamente para comercialização.

Bonito vem enfrentando episódios de degradação dos rios cênicos, um dos principais produtos vendidos pelo turismo na região. Existe grande complexidade no que se refere às causas do problema, mas estudos científicos apontam a agricultura predatória como o principal agente de turvamento. Esta característica, aliada às condições de altimetria, solos naturalmente propensos à erosão, falta de ações de conservação dos mesmos, estar localizada em uma bacia hidrográfica com alto nível de vulnerabilidade ambiental, possuir estradas e pontes mal conservadas, etc., faz com que os episódios de turvamento se tornem cada vez mais frequentes.

Apesar dos prejuízos causados pelo fechamento de alguns atrativos em situações de turbidez das águas ou enchentes, o turismo ainda é uma atividade lucrativa para os proprietários, além de gerar quase 70% dos empregos da cidade. Em algumas situações, proprietários rurais explicitaram que a sua prioridade não é o desenvolvimento do turismo na região, tendo em vista que o setor necessita de ações de conservação que interferem na acumulação de riqueza a partir do agronegócio.

É possível perceber, através de algumas ações dos ruralistas, que o turismo não é uma prioridade. O setor do agronegócio se isenta da responsabilidade sobre os eventos de turvamento em muitas das reuniões oficiais de diversas entidades que tratam dos problemas ambientais enfrentados na região. Além disso, esse grupo também impediu, por via judicial, a implantação de três Reservas da Vida Silvestre, e ainda mostra oposição aos decretos que transformam as margens do Rio Formoso em áreas de interesse social. Aparentemente, a preferência é a atividade econômica que gera mais lucro; e, nesse momento, é o agronegócio.

É inegável que o turismo praticado no município tem, em sua estrutura, diversos elementos, os quais exercem diferentes funções e possibilitam seu funcionamento. A água, enquanto fator de atratividade, quando em estado translúcido, é um dos agentes que compõem a cadeia produtiva do turismo e, certamente, o pilar que sustenta essa estrutura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABETA. **Perfil do Turista de Aventura e do Ecoturista no Brasil**. Ministério do Turismo, São Paulo: ABETA, 2010.

BONITO. **Lei nº 989, de 09 de dezembro de 2003**. Estabelece limitações ambientais como forma de conservação de natureza, proteção do Meio Ambiente e defesa das margens nas áreas das bacias hidrográficas dos rios Formoso, Prata e Peixe, no município de Bonito – MS. Bonito, MS, 2003.

BOGGIANI, Paulo César. *Relato gravado*. Entrevistadora: LUZ, E. K. P. Plataforma Zoom, 24 de abril de 2021.

BOGGIANI, Paulo César. **Ciência, meio ambiente e turismo em Bonito (MS) – a combinação que deu certo?** In: BANDUCCI JR.; A. e MORETTI, E. C. Qual Paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. Campo Grande/São Paulo: Editora da UFMS e Editora Chronos, 2001.

BOGGIANI, Paulo César. **Por que Bonito é bonito?** In: SCREMIN-DIAS, Edna; POTT, Vali Joana. *et al.* (Org.). Nos jardins submersos da Bodoquena. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, p. 11-23, 1999.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2012.

BRASIL. CASA CIVIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Institui o novo código florestal brasileiro**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. EMBRATUR. **Política Nacional de Turismo 1996/1999: diretrizes e programas**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de Inclusão**. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013/2016: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018/2022: mais emprego e renda para o Brasil**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 448, de 14 de fevereiro de 1992**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. Portal da Legislação, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0448.htm#:~:text=DECRETO%20No%20448%2C%20DE%2014%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201992.&text=Regulamenta%20dispositivos%20da%20Lei%20n,que%20lhe%20confere%20o%20art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0448.htm#:~:text=DECRETO%20No%20448%2C%20DE%2014%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201992.&text=Regulamenta%20dispositivos%20da%20Lei%20n,que%20lhe%20confere%20o%20art.) Acesso em 12/09/2020.

CARVALHO. Gisélia Lima. **Perspectiva histórico-institucional da política nacional de turismo no Brasil (1934-2014)**. Mercator, v. 15, n. 1. Fortaleza, 2016.

CORREIA, Guilherme; PIAZZA, Izabela. Degradação dos rios de Bonito afeta ecoturismo da região. **Primeira Notícia**, 2019. Disponível em: <http://www.primeiranoticia.ufms.br/noticias/degradacao-ambiental-em-bonito/1557/>. Acesso em: 14 ago. 2021.

COSTA, Patricia Gressler Groenendal da. **BONITO, CIDADE DAS ÁGUAS: NA TRILHA DAS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DE MATO GROSSO DO SUL (1948 - 2010)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2010.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, NUPAUB/USP, 2008.

ESPINOSA, R. H.; CORDERO, J. C. M. **Construcción social de un espacio turístico-recreativo. El caso del “Molino de Flores” en el Estado de México**. In: Gámez, Alba, Alejandro Palafox y Mayra Gutiérrez. La construcción del espacio turístico: procesos, actores e impactos. Memorias del IX Congreso Internacional de la Academia Mexicana de Investigación Turística. La Paz, Baja California Sur, México, 2015.

FERNANDES, Sabrina. **Se quiser mudar o mundo: um guia político para quem se importa**. São Paulo: Planeta, 2020.

FRATUCCI, A. C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro-RJ, 2008.

FUNDAÇÃO NEOTRÓPICA DO BRASIL. **Estudos para criação de unidades de conservação municipais em Bonito, MS**. Bonito, 2016.

FUNDAÇÃO NEOTRÓPICA DO BRASIL. **Relatório Técnico Preliminar - O Fenômeno de turvamento no Rio Formoso: Reconhecimento dos pontos de turvamento na bacia cênica do Rio Formoso**. Bonito, 2021.

GAGO, Verónica. **La potencia feminista o el deseo de cambiarlo todo**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2019.

GALINDO, O.; SANTOS, V. M. dos. **Centro-Oeste: Evolução recente da economia regional**. In: AFFONSO, R. de B. A. *et al.* (orgs). *Federalismo no Brasil: Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: UNESP, 1995.

GRECHI, Dores Cristina. **O desenvolvimento turístico sob a ótica da economia institucional: uma análise do caso de Bonito-MS**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Economia. Porto Alegre, 2011.

GUEDES, Josiel de Alencar. **A crise da ciência moderna e a busca de uma superação**. *GeoTemas*, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, v. 2, n. 2, 2012.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

IBGE. IBGE CIDADES Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/bonito/pesquisa/14/10193?tipo=grafico&indicador=10358>. Acesso em: 13 ago. 2021.

JUNIOR, H. T. *et al.* Vulnerabilidade Natural e Ambiental da Bacia Hidrográfica Rio Formoso, Mato Grosso do Sul. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, v. 41 - 2 / 2018, p. 41-50.

LAVAL, C. & DARDOT, P. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LIMA, Mayrá Silva. **Os ruralistas como elite política: hegemonia construída através do Estado e da imprensa brasileira**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Brasília, DF, 2020.

LOBO, H. A. S. Conservação da natureza e produção do ecoturismo em Bonito, MS. **Dialogando no Turismo**, v. 1, n. 2. Novembro, 2006.

LOBO, H. A. S.; MORETTI, E. C. Ecoturismo: as práticas da natureza e a natureza das práticas em Bonito, MS. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 2, n. 1, p. 43-71. Março, 2008.

LOCATEL, C. D.; LIMA, F. L. S. de; Agronegócio e poder político: políticas agrícolas e o exercício do poder no Brasil. **Revista Sociedade e Território**, v. 28, n.2. Junho/Dezembro, 2016.

LOUBET, L. F.; PAULINO, E. R. M.; CONTANTINO, R. **Projeto Formoso Vivo – Aplicação do Direito Ambiental para a Conservação da Biodiversidade na Bacia Hidrográfica do Rio Formoso em Bonito – MS**. Bonito, MS, 2021. Disponível em: [https://www.mpms.mp.br/portal/formosovivo/anexos/artigoformosovivo\\_14\\_05\\_07.pdf](https://www.mpms.mp.br/portal/formosovivo/anexos/artigoformosovivo_14_05_07.pdf). Acesso em: 02/08/2021.

MACHADO, Isabela Coutinho. **Os caminhos da contradição entre o valor simbólico e mercantil da água e sua apropriação pelo turismo de águas termais – Turismo em Caldas Novas**. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo. Brasília, DF, 2013.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. Discussão crítica acerca do turismo numa perspectiva materialista histórica. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, 2008.

MARANHÃO. Christiano Henrique da Silva. A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, v. 5, n. 2. 2017.

MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. Percepção dos turistas e moradores do município de Bonito: o lugar, os sujeitos e o turismo. **Turismo - Visão e Ação**, ano 5, n. 11, p. 27-40, abr/set 2002.

MARINHO, V. L. F.; LUZ, E. K. P. **Desafios Contemporâneos no Gerenciamento dos Recursos Hídricos: Principais Demandas dos Usos, Pressões e os Conflitos no Âmbito Regional**. In: Edvaldo Cesar Moretti. (Org.). **OLHARES GEOGRÁFICOS: Produção Social da Natureza**. 1 ed. Porto Alegre: TOTALBOOKS, 2020.

MARTINS, Geraldo Inácio. Estética da mercadoria e as dinâmicas de apropriação da natureza pelo turismo no litoral alagoano. **Caminhos de Geografia**, v. 20, n. 69. Uberlândia, MG, 2019.

MARUJO, Maria Noémi; CRAVIDÃO, Fernanda. Turismo e Lugares: uma visão geográfica. **PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 10, n. 3, p. 281-288. Abril, 2012.

MATO GROSSO DO SUL (ESTADO). **Lei nº 5.224, de 9 de julho de 2018**. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Turismo do Estado do Mato Grosso do Sul, a Política Pública Estadual para o Turismo e o Plano Estadual de Turismo, e dá outras providências. Legislação, Campo Grande, MS, 2018.

MATO GROSSO DO SUL. (ESTADO). **Conselho de Recursos Hídricos aprova moção contrária a decreto de Bonito sobre Rio Formoso.** Portal do Governo de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/conselho-de-recursos-hidricos-aprova-mocao-contraria-a-decreto-de-bonito-sobre-rio-formoso>. Acesso em: 29 abr. 2021.

MATO GROSSO DO SUL. (ESTADO). **Lei nº 1.871, de 15 de julho de 1998.** Estabelece a forma de conservação da natureza, proteção do meio ambiente e defesa das margens nas áreas contíguas aos Rios da Prata e Formoso, e dá outras providências. Legislação, Campo Grande, MS, 1998.

MATO GROSSO DO SUL. (SEMAGRO). **Relatório da Mineração em Mato Grosso do Sul** - Relatório de Compensação Financeira da Exploração de Recursos Naturais (CFEM). Campo Grande, 2020.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº. 2.135.** Institui a Política para o Desenvolvimento do Ecoturismo do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Campo Grande, MS, 2000.

MATO GROSSO DO SUL. PREFEITURA DE BONITO. Lei Nº 695 de 21 de junho de 1995. Cria o Conselho Municipal de turismo, cria o Fundo Municipal de Turismo e dá outras providências. Legislação, 1995. Disponível em: <http://www.camarabonito.ms.gov.br/leis-ordinarias/2014/lei-n-695-de-21-de-junho-de-1995>. Acesso em: 15 out. 2020.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. privado.** São Paulo: Portifólio-Penguin, 2014.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio.** Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2013.

MONTEERRUBIO, J. C. **Turismo y cambio sociocultural. Una perspectiva conceptual.** México: UAEM/Plaza y Valdez, 2011.

MORETTI, Edvaldo Cesar. **TURISMO, CONSUMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: o mundo do trabalho no período técnico científico informacional.** IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre, 2007.

MOTA, S. **Preservação e Conservação de Recursos Hídricos.** Rio de Janeiro: ABES, 1995.

OLIVEIRA, Marcelo Teixeira Cesar de. **Bonito pra quem? Um estudo sobre um destino turístico no Mato Grosso do Sul: situação atual e perspectivas, Bonito, MS, Brasil.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia Universidade de São Paulo, 2010.

RIBEIRO, Ângelo Franco Do Nascimento. **DESAFIOS E CONFLITOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO MUNICÍPIO DE BONITO/MS:** agricultura, turismo e apropriação da natureza. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2017.

RIBEIRO, Ângelo Franco Do Nascimento. **QUE BONITO É ESSE? DISPUTAS TERRITORIAIS EM TERRAS DO AGRO-ECO-TURISMO.** Revista Entre-Lugar, v. 9, n. 18, Dourados, 2018.

RIBEIRO, Ângelo Franco Do Nascimento. *Relato gravado.* Entrevistadora: LUZ. E. K. P. Plataforma Zoom, 04 de Julho de 2021.

RIZZO, Marçal Rogério. **Encontros e desencontros do turismo com a sustentabilidade: Um estudo do município de Bonito – Mato Grosso do Sul.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Geografia. Presidente Prudente, 2010.

SALLUN, W. F. *et al.* **A Deposição de Tufas Quaternárias no Estado de Mato Grosso do Sul: Proposta de Definição da Formação Serra da Bodoquena.** Revista do Instituto de Geociências – USP. São Paulo - SP, v. 9, n. 3, 2009.

SALVADORI, Juliane Ferreira. *Relato Gravado.* Entrevistadora: LUZ. E. K. P. Plataforma Zoom, 06 de Abril de 2021.

SANTOS, Douglas. De volta às discussões sobre o significado de paisagem e outras avenças. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 12, n. 2, 2018.

SILVA, Gabriela Pereira da; MARINHO, Vera Lúcia Freitas; KUERTEN, Sidney. **Caracterização hidrogeológica de ambientes cársticos – Jardim/MS.** XVIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. Universidade Federal do Ceará, 2019.

SILVA, Priscila Vargas da; PIROLI, Edson Luis; PINTO, André Luiz. **ÁGUA E TURISMO NA BACIA DO RIO FORMOSO EM BONITO-MS: PERCEPÇÃO DOS TURISTAS.** *Revista Formação (online)*, v. 2, n. 23, p. 287- 310, abril de 2016.

SILVA, Priscila Vargas da. **A importância da água para a percepção turística na bacia do rio formoso em Bonito - MS.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Presidente Prudente, 2015.

VARGAS, Heliana Comin. Turismo e Valorização do Lugar. **Turismo em Análise**, v. 9, n. 1, p. 7-19, São Paulo, 1998.

VARGAS, Icléia Albuquerque de. **A gênese do turismo em Bonito.** In: BANDUCCI JR.; A. e MORETTI, E.C. Qual Paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. Campo Grande/São Paulo: Editora da UFMS e Editora Chronos. 2001.

TRENTIN, Fábila; FRATUCCI, Aguinaldo César. Política nacional de turismo no Brasil: da municipalização à regionalização. **Tourism & Management Studies**, v. 1, Universidade do Algarve Faro, Portugal, 2011.

TREVELIN, Ana Cristina. *Relato gravado.* Entrevistadora: LUZ. E. K. P. Plataforma Zoom, 13 de Maio de 2021.

# ANEXOS

## Matérias veiculadas em mídia digital.



The screenshot shows a news article on the website 'Primeira Notícia'. The header includes the site logo, a search bar, and navigation links: HOME, ÚLTIMAS NOTÍCIAS, REPORTAGEM, EDITORIAS, ENTREVISTAS, and EXPEDIENTE. The date 'Sexta, 26 de Março d' is visible. The article is categorized under 'MEIO AMBIENTE' and has the title 'Degradação dos rios de Bonito afeta ecoturismo da região'. The sub-headline reads: 'Agricultura sem medidas corretas e chuvas intensas causam deslizamento de sedimentos em rios, e geram insegurança para turistas e moradores da região'. At the bottom, there are social media sharing icons and the author's name: 'Compartilhe: Guilherme Correia e Izabela Piazza, de Campo Grande' with a timestamp '31/10/2019 - 12h35'.

Os rios do município de Bonito apresentam situação instável e estão suscetíveis ao turvamento das águas devido à ação da chuva e agricultura predatória. O cenário se agravou após chuvas intensas registradas em dezembro de 2018. Segundo a [Secretaria Municipal de Turismo de Bonito](#) (Sectur) a degradação ambiental reflete nas regiões naturais e na economia local. O [boletim](#) divulgado no segundo trimestre deste ano pelo [Observatório do Turismo de Mato Grosso do Sul](#) mostrou que [Bonito](#) atrai em média 200 mil turistas e é o destino mais procurado em [Mato Grosso do Sul](#).

Passeios turísticos foram cancelados em 2018 devido ao [turbamento](#) das águas, que impediram visitação de turistas em áreas naturais como o [Rio da Prata](#) e o [Rio Formoso](#), que banha o [Balneário Municipal de Bonito](#). No início deste ano o cenário se repetiu e fez com que profissionais do turismo em Bonito criassem o [Instituto de Desenvolvimento de Bonito](#) (IDB), com objetivo de promover ações para a preservação ambiental e promoção do turismo na cidade. Segundo dados do IDB, cerca de 70% dos empregos da cidade estão relacionados ao turismo.

Fonte: Primeira Notícia, Jornalismo UFMS, 2019<sup>53</sup>.

<sup>53</sup> Disponível em: <http://www.primeiranoticia.ufms.br/noticias/degradacao-ambiental-em-bonito/1557/>. Acesso em: 26/03/2021.

# Águas turvas afetam turismo em Bonito e passeios são cancelados

Hipóteses consideram desde drenos de agricultores até más condições das estradas



Silvia Frias

**CAMPO GRANDE** As águas turvas, onde antes era cristalino, têm afetado a paisagem de rios de Jardim e Bonito (MS), e frustrado turistas de uma das regiões mais visitadas do país.

O sinal de alerta acendeu em 2018, mas foi no fim de março deste ano que as chuvas se intensificaram, provocando o fechamento de passeios.

Fonte: Folha de São Paulo, 2019<sup>54</sup>.

BONITO E JARDIM

## Águas turvas prejudicam <br>ecoturismo em Bonito

Empresários estão preocupados com impacto social na geração de empregos

05/12/2018 04:00 - YARIMA MECCHI

Como ficou o Balneário do Seus Assis após a chuva - Reprodução / Facebook

Fonte: Correio do Estado de Mato Grosso do Sul, 2018<sup>55</sup>.

<sup>54</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/aguas-turvas-afetam-turismo-em-bonito-e-passeios-sao-cancelados.shtml>. Acesso em: 27 ago. 2020.

<sup>55</sup> Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/sem-aguas-cristalinas-industria-do-ecoturismo-teme-colapso/342407>. Acesso em: 15 dez. 2020.

*A Seccional de Mato Grosso do Sul da Ordem dos Advogados do Brasil vem a público, diante das recentes revelações trazidas pelo programa Fantástico da Rede Globo e na presente data pelo Jornal Folha de São Paulo informando que a turvidez das águas cristalinas já tem afetado o turismo na região, manifestar sua profunda preocupação com a ocorrência desta situação, acarretada pela ação humana.*

Fonte: OAB-MS, 2019<sup>56</sup>.

## Projeto une Imasul, Ministério Público e ONG na conservação das águas de Bonito

Categoria: CONSERVAÇÃO, FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, MONITORAMENTO DOS RIOS, RECURSOS HÍDRICOS | Publicado: quarta-feira, fevereiro 19, 2020 às 10:58 | Voltar



Fonte: IMASUL, 2020<sup>57</sup>.

<sup>56</sup> Disponível em: <http://oabms.org.br/nota-oficial-aguas-turvas-em-bonito/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

<sup>57</sup> Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/projeto-une-imasul-ministerio-publico-e-ong-na-conservacao-das-aguas-de-bonito/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

# Bonito: a batalha para proteger os banhados do Prata e Formoso

*Mandado de segurança do Sindicato Rural cancela consulta pública e abre conflito sobre duas novas UCs que resguardariam rios considerados joias naturais da cidade*

**EDUARDO PEGURIER · FÁBIO PELLEGRINI** · 13 de março de 2016 · 5 anos atrás

áreas úmidas  
banhados de bonito  
unidades de conservação



*Banhado do Rio da Prata. Foto: Fabio Pellegrini*

No dia 25 de fevereiro, estava prevista acontecer a consulta pública para debater a criação de três novas unidades de conservação na cidade de Bonito, Mato Grosso do Sul. Na antevéspera, o Sindicato Rural de Bonito entrou com um mandado de segurança pedindo o cancelamento da consulta, sob alegação de que ela fora marcada sem que os produtores tivessem o devido acesso aos estudos técnicos e a proposta de criação das UCs. Uma juíza da comarca de Bonito acolheu o mandado e sustou a

Fonte: O Eco - Jornalismo Ambiental (2016)<sup>58</sup>.

<sup>58</sup> Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/bonito-a-batalha-para-proteger-os-banhados-do-prata-e-formoso/>. Acesso em: 03/08/2021.

## Discurso da formatura da primeira turma de guias em Bonito – 1993

DISCURSO DE ABERTURA DA SOLENIDADE DE FORMATURA DOS GUIAS DE TURISMO ESPECIALIZADOS EM ROTEIROS ECOLÓGICOS; BONITO /3/4/93.

Chegamos ao momento esperado do término deste curso que teve início no final de dezembro do ano passado.

De início as dificuldades foram muitas: arranjara sala de aula, agendar professores, muitos vindos de São Paulo, inscrição dos alunos - o tão discutido problema dos alunos que não concluíram o 2º grau, etc. Começamos o curso com ~~na~~ alunos duvidosos se realmente o curso ~~iria ter início~~. ~~Realmente~~ ~~o curso~~ ~~foi~~ ~~realizado~~ ~~com~~ ~~sucesso~~ ~~e~~ ~~terminou~~. ~~Realmente~~ ~~o~~ ~~curso~~ ~~foi~~ ~~realizado~~ ~~com~~ ~~sucesso~~ ~~e~~ ~~terminou~~. Mas ele começou e terminou. E terminou muito bem.

Foram mais de 320 horas ~~na~~ em sala de aula e em atividade de campo, vinte e um instrutores de formação e experiência diversas, nunca o turismo em Bonito foi tao debatido e pensado, os instrutores foram unânimes em se pronunciarem admirados com o entusiasmo e interesse da maioria dos alunos.

O resultado de todo este processo se deve a paixão de todos por Bonito o que facilitou o trabalho e ajudou a superar as dificuldades que surgiram durante o curso. Cabe porém profundos agradecimentos ao SEBRAE, aqui representado <sup>pele Sra Vera Sanchez</sup> pela Sra Maura, ~~na~~ Foi uma grata experiência trabalhar com sua equipe cuja eficiência está de parabéns. Meus agradecimentos à CODEMS, na figura do Sr. Aurélio que infelizmente não está presente mas foi quem desencadeou todo este processo quando me convidou para coordenar este curso.

Agradeço também à P.M. de Bonito pelo interesse e pronto apoio, <sup>o colega para os alunos</sup> mesmo antes da posse da atual gestão, <sup>a Dna. Maria e Dna. Juliana por</sup> ~~XXXXXXXXXXXX~~ e ~~o~~ ~~HPakany~~ ~~Tour~~ e ~~Tapera~~ ~~Tur~~ na figura do Jason e Murilá e do Tó edo Tero pelo fundamental apoio fornecido ao curso e, também aos alunos pela carinhosa acolhida dos instrutores.

Todo este esforço já apresenta resultados práticos. Durante o feriado de Carnaval ~~já~~ ~~foi~~ ~~possível~~ ~~sentir~~ a organização por parte dos guias e as reclamações dos serviços de guia diminuíram drasticamente. Lembrando que um turista insatisfeito corresponde a cinco que podem deixar de visitar a região, cabe ao guia <sup>grande parte de</sup> a ~~a~~ responsabilidade de toda atividade turística da região e sem dúvida este profissional deve ser valorizado.

(Continua)



(Continuação)

Vamos desenvolver Bonito junto com a preservação ambiental e precisamos da SMA, Secretaria de ~~Indústria e Turismo~~ Indústria e Comércio, prefeitura, universidades e juntos planejar as atividades de Bonito, queremos conservação dos solos e não o fim da agricultura, ~~em~~ urgente recuperação de todas as margens dos rios de Bonito, queremos tratamento de esgoto e aterro sanitário. Se não todo este esforço de formação dos guiss terá sido em vão. As belezas <sup>seu</sup> Bonito é patrimônio da humanidade e cabe a vocês o nobre dever de ~~preservá-~~ conservá-lo. Conto com vocês.

Paulo Boggiani

Fonte: Acervo pessoal de Paulo César Boggiani (2021).

## Parecer técnico-científico sobre os turvamentos de aparência leitosa



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Campo Grande 06 de maio de 2021

### PARECER SOBRE AS CAUSAS DO TURVAMENTO NO RIO FORMOSO À FUNDAÇÃO NEOTRÓPICA DO BRASIL

O relatório intitulado: "O Fenômeno de turvamento no Rio Formoso: Reconhecimento dos pontos de turvamento na bacia cênica do Rio Formoso" busca caracterizar variáveis limnológicas ao longo de diferentes locais de amostragem no curso do Rio Formoso a fim de determinar as causas do turvamento repentino da água do rio, observado em algumas porções do mesmo no dia 21 de abril de 2021.

É importante salientar que rios que correm sobre relevos cársticos, de origem calcária, são importantes fontes de intemperismo de rochas formadas por carbonato de cálcio (i.e., calcário), que se dissolvem naturalmente em contato com a água. Desta forma, é natural que as águas do Rio Formoso sejam ricas em formas dissolvidas de cálcio na sua forma iônica. No entanto, o cálcio na sua forma iônica pode se combinar com uma forma de carbono inorgânico dissolvido conhecida como carbonato ( $\text{CO}_3^{2-}$ ). O carbono inorgânico dissolvido se apresenta na forma de carbonato quando o pH da água é alcalino, geralmente acima de 8, valores de pH observados ao longo do Rio Formoso. Ao se combinar com o carbonato, o cálcio se precipita na forma de carbonato de cálcio. Portanto, em pH alcalino, o calcário tende a não se dissolver na água, pois o equilíbrio da reação química favorece a formação de calcário e não sua dissolução na água.

A conclusão do relatório supracitado indica que o Rio Formoso está provocando o intemperismo de um depósito de micritas inconsolidadas em função de uma mudança de curso natural. Essas rochas são formadas por depósitos de partículas, conchas e carapaças calcárias. Devido as partículas arenosas em suspensão e das condições físico-químicas que favorecem a precipitação do calcário e não de sua dissolução, é pertinente creditar que a turbidez elevada se dê pelas causas naturais relatadas.

Profº Drº Rafael Dettogni Guariento

Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação

Fonte: Fundação Neotrópica do Brasil (2021).

## Decretos da prefeitura municipal de Bonito



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO

DECRETO Nº 85

DE, 07 DE ABRIL DE 2021.

*Revoga o Decreto nº 38, de 7 de março de 2018, que Declara área de interesse social as margens direita e esquerda do Rio Formoso, da nascente a sua foz, e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BONITO**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 38, de 07 de março de 2018.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Executivo Municipal, e publicação simultânea no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes do artigo 91 e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

  
**JOSMAIL RODRIGUES**  
Prefeito Municipal

Rua Coronel Pilad Rebuá, 1.780, centro, CEP: 79290-000, BONITO/MS  
Fones: (67) 3255-1351 – 3255-1578 – CNPJ 03.073.673/0001-60

Fonte: Prefeitura Municipal de Bonito, Portal da Transparência (2021)<sup>59</sup>.

<sup>59</sup> Disponível em: <https://web.neainformatica.com.br/transparencia/publico/documentoList.xhtml?cliente=pmbto&grupo=521>. Acesso em: 29/04/2021.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO

DECRETO Nº 87

DE, 09 DE ABRIL DE 2021.

*Revoga o Decreto nº 85, de 07 de abril de 2021, e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BONITO**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 85, de 07 de abril de 2021.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Executivo Municipal, e publicação simultânea no órgão de imprensa oficial do Município, aos moldes do artigo 91 e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

  
**JOSMAIL RODRIGUES**  
Prefeito Municipal

Rua Coronel Pilad Rebuá, 1.780, centro, CEP: 79290-000, BONITO/MS  
Fones: (67) 3255-1351 – 3255-1578 – CNPJ 03.073.673/0001-60

Fonte: Prefeitura Municipal de Bonito, Portal da Transparência (2021)<sup>60</sup>.

<sup>60</sup> Disponível em: <https://web.neainformatica.com.br/transparencia/publico/documentoList.xhtml?cliente=pmbto&grupo=521>. Acesso em: 29/04/2021.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
MUNICÍPIO DE BONITO**

**DECRETO Nº 94**

**DE, 15 DE ABRIL DE 2021.**

*Revoga o Decreto nº 09/2021 e altera o Decreto 293/2020, que notifica do lançamento das Taxas de Poder de Polícia para o exercício de 2021, e dá outras providências.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BONITO**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, bem como ao disposto na Lei Complementar nº 37, de 12 de dezembro de 2000, que instituiu o Código Tributário Municipal.

**DECRETA:**

Art. 1º O artigo nº 12, do Decreto nº 293, de 21 de dezembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

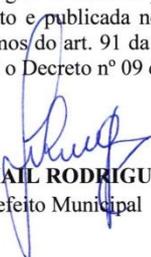
**“Art. 12. As taxas que menciona o artigo 1º para o exercício de 2021 terão o seguinte vencimento:**

- I - quota única ou primeira parcela em 10 de junho de 2021;**
- II - parcelado em 3 (três) parcelas iguais valor”.**

Art. 2º A prorrogação do prazo a que se refere esse Decreto não implica direito à restituição de quantias eventualmente já recolhidas em parcela única.

Art. 3º Os contribuintes que optarem pela prorrogação de prazos instituídos por este Decreto deverão emitir novas guias de recolhimento junto ao setor tributário, ou através do portal de atendimento disposto em [www.bonito.ms.gov.br](http://www.bonito.ms.gov.br), no portal-serviço on-line, que orientará os procedimentos operacionais a serem adotados.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de publicação, devendo ser afixado no mural da Prefeitura Municipal de Bonito e publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 91 da Lei Orgânica Municipal, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 09 de 07 de janeiro de 2021.

  
**JOSMAIL RODRIGUES**  
Prefeito Municipal

Rua Coronel Pilad Rebuá, 1.780, centro, CEP: 79290-000, BONITO/MS  
Fones: (67) 3255-1351 – 3255-1578 – CNPJ 03.073.673/0001-60

Fonte: Prefeitura Municipal de Bonito, Portal da Transparência (2021)<sup>61</sup>.

<sup>61</sup> Disponível em: <https://web.neainformatica.com.br/transparencia/publico/documentoList.xhtml?cliente=pmbto&grupo=521>. Acesso em: 29 abr. 2021.

## Moção ao prefeito de Bonito



**GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.**  
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR – SEMAGRO.  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH.

### MOÇÃO Nº 009, DE 08 DE ABRIL DE 2021.

**O Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul – CERH**, no uso de suas atribuições legais e:

Considerando as discussões ocorridas no âmbito da 45ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul – CERH, realizada virtualmente no dia 08 de abril de 2021;

Considerando o ato publicado pela Prefeitura Municipal de Bonito, por meio do DECRETO Nº 85, 07 de abril de 2021, revogando o Decreto nº 38, de 7 de março de 2018 que declara área de interesse social as margens direita e esquerda do Rio Formoso, da nascente a sua foz, e dá outras providências;

Considerando que a Política Estadual de Recursos Hídricos, disciplinada pela LEI Nº 2.406, DE 29 DE JANEIRO DE 2002 tem por objetivo de assegurar a atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água em padrões de qualidade e quantidade adequados aos respectivos usos;

Considerando que, no processo de formulação e implementação de políticas públicas, deve ser observado que a água é um bem natural limitado, de domínio público, essencial à vida e ao desenvolvimento sustentável;

Considerando que a função hidrológica das zonas úmidas é fundamental na manutenção da integridade da microbacia hidrográfica, representada por sua ação direta numa série de processos importantes para: a estabilidade da microbacia, a manutenção da qualidade e da quantidade de água, assim como, a manutenção do próprio ecossistema aquático. (Lima, W.P., 2000);

Considerando os encaminhamentos da 45ª reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Mato Grosso do Sul, **RESOLVE:**

**Aprovar MOÇÃO** dirigida ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Bonito/MS, expressando as preocupações com os possíveis impactos que o Decreto nº 85 possa causar ao município nos aspectos ambientais, sociais e econômicos, e, solicitar que seja revista a decisão de Revogação do Decreto nº 38 levando em conta que os recursos hídricos são os principais elementos de potencialidade e atração turística do município.

Campo Grande, 08 de Abril de 2021.

  
Assinado de forma digital  
por JAIME ELIAS  
VERRUCK32251777172  
Dados: 2021.04.09 10:15:11  
24700

**JAIME ELIAS VERRUCK**

Secretário Estadual de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico,  
Produção e Agricultura Familiar – SEMAGRO.  
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/MS

Fonte: MATO GROSSO DO SUL (2021)<sup>62</sup>.

<sup>62</sup> Disponível em: <https://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Mocao-09-CERH-MS-assinada.pdf>. Aceso em: 29 abr. 2021.

## Ofício FAMASUL



SISTEMA  
**FAMASUL**  
M A T O G R O S S O D O S U L

SENAR  
FUNAR  
APROSOJA S  
SINDICATOS RURAIS

OF. FAMASUL Nº 316/2014 – PRESIDÊNCIA.

Campo Grande/MS, 30 de setembro de 2014.

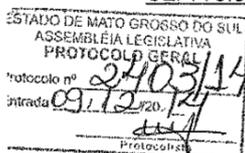
Ao Exmo Senhor

**Deputado Jerson Domingos**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul

Parque dos Poderes – Bloco 09

CEP: 79.031-901 – Campo Grande/MS



Excelentíssimo Senhor,

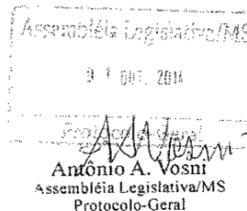
**A FAMASUL – FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO**

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (FAMASUL)**, representando a classe dos produtores rurais de Mato Grosso do Sul, vem por meio do presente ofício apresentar sugestão de projeto de lei de alteração da Lei Estadual nº 1.871, de 15 de julho de 1998, conforme justificativa e minuta anexas.

A proposta é motivada pela determinação constitucional de suspensão de eficácia da lei estadual contrária à lei federal posterior que estabelece regras gerais, situação esta materializada no confronto do Novo Código Florestal com a Lei Estadual 1.871/98.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CORREA RIEDEL**  
PRESIDENTE



Rua Marcino dos Santos, 401 • Bairro Cachoeira I • Campo Grande-MS • Cep 79040-902 • Fone: (67) 3320-9700 • Fax: (67) 3320-9777

E-mail: [famasul@famasul.com.br](mailto:famasul@famasul.com.br) • Home Page: [www.famasul.com.br](http://www.famasul.com.br)

Fonte: Época<sup>63</sup>.

<sup>63</sup> Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2015/03/fazendeiros-do-mato-grosso-do-sul-querem-mudar-blei-que-protege-bonitob.html>. Acesso em: 11 ago. 2021.

## **SOBRE A AUTORA**

### **Elaine Ketelin Pinto Luz**

Possui licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). É pesquisadora associada ao GTA - Grupo de Pesquisa Território e Ambiente, certificado pelo CNPq. Professora Convocada pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. E-mail: elaineluzgeo@gmail.com.

ELAINE KETELIN PINTO LUZ



**UFGD**  
Universidade Federal  
da Grande Dourados

